

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	132
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	134
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	135
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	136
--	-----

Motivos de Reapresentação	137
---------------------------	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	691.553
Preferenciais	341.944
<b>Total</b>	<b>1.033.497</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	8.474.538	8.118.763
1.01	Ativo Circulante	3.174.993	2.859.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.275	123.868
1.01.01.01	Caixa e Bancos	430	345
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	153.845	123.523
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.948.085	1.938.765
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.907.395	1.877.000
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras ao valor justo por meio do resultado	1.907.395	1.877.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	40.690	61.765
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	40.690	61.765
1.01.03	Contas a Receber	960.155	702.427
1.01.03.01	Clientes	960.155	702.427
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	137.835	96.055
1.01.03.01.02	Ativo Financeiro	822.320	606.372
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.337	21.271
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.337	21.271
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	21.337	21.271
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	91.141	73.097
1.01.08.03	Outros	91.141	73.097
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	24.330	17.943
1.01.08.03.02	Outras contas a receber	63.089	54.362
1.01.08.03.03	Outros ativos	3.722	792
1.02	Ativo Não Circulante	5.299.545	5.259.335
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.018.428	2.909.165
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	76.666	47.634
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	76.666	47.634
1.02.01.06	Tributos Diferidos	194.189	281.346
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	194.189	281.346
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.747.573	2.580.185
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro	3.732.802	2.571.589
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	9.479	3.599
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	5.292	4.997
1.02.02	Investimentos	1.256.577	2.328.478
1.02.02.01	Participações Societárias	1.256.577	2.328.478
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.092.330	2.166.745
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	164.247	161.733
1.02.03	Imobilizado	17.132	16.837
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.132	16.837
1.02.04	Intangível	7.408	4.855
1.02.04.01	Intangíveis	7.408	4.855
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.408	4.855

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	8.474.538	8.118.763
2.01	Passivo Circulante	522.561	446.339
2.01.02	Fornecedores	14.495	9.938
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.495	9.938
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.271	7.878
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.271	7.878
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.271	7.878
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	325.202	279.491
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	71	16.292
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	71	16.292
2.01.04.02	Debêntures	325.131	263.199
2.01.05	Outras Obrigações	170.593	149.032
2.01.05.02	Outros	170.593	149.032
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	99.648	99.648
2.01.05.02.04	Taxas e Contribuições Sociais	48.049	33.696
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	22.896	15.688
2.02	Passivo Não Circulante	3.683.588	3.575.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.458.188	3.420.951
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.427	1.451
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.427	1.451
2.02.01.02	Debêntures	3.456.761	3.419.500
2.02.02	Outras Obrigações	45.574	38.503
2.02.02.02	Outros	45.574	38.503
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	45.574	38.503
2.02.03	Tributos Diferidos	177.312	114.849
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	177.312	114.849
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	177.312	114.849
2.02.04	Provisões	2.514	878
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.514	878
2.03	Patrimônio Líquido	4.268.389	4.097.243
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	460.701	460.701
2.03.04.01	Reserva Legal	118.526	118.526
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	82.533	82.533
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	259.642	259.642
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	171.146	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	204.780	157.964
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.113	-12.896
3.02.01	Pessoal e Administradores	-6.279	-6.203
3.02.02	Material	-27.015	-1.827
3.02.03	Serviços de Terceiros	-2.357	-2.432
3.02.04	Depreciação e Amortização	-160	-107
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.302	-2.327
3.03	Resultado Bruto	166.667	145.068
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	19.887	29.396
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.008	-12.500
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-10.702	-5.983
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-3.180	-6.213
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-268	-261
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-3.858	-43
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	37.895	41.896
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	186.554	174.464
3.06	Resultado Financeiro	-65.740	-67.030
3.06.01	Receitas Financeiras	37.455	9.089
3.06.02	Despesas Financeiras	-103.195	-76.119
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	120.814	107.434
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	50.332	-11.612
3.08.01	Corrente	-23.604	-12.370
3.08.02	Diferido	73.936	758
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	171.146	95.822
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	171.146	95.822
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16560	0,12122
3.99.01.02	PN	0,16560	0,12122
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,16560	0,12122
3.99.02.02	PN	0,16560	0,12122

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	171.146	95.822
4.03	Resultado Abrangente do Período	171.146	95.822

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	209.187	185.309
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.163	35.309
6.01.01.01	Resultado do Período	171.146	95.822
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-37.895	-41.896
6.01.01.03	Depreciação e amortização	428	368
6.01.01.04	Juros e Variação Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos	2.613	32.023
6.01.01.05	Juros e Variação Monetárias sobre Debêntures	99.193	43.790
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	-50.332	11.613
6.01.01.07	Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	1.636	0
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-1.863	-2.048
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-124.763	-104.363
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	149.024	150.000
6.01.02.01	(Aumento) em Cliente	-8.880	-3.570
6.01.02.02	Redução (aumento) do Ativo Financeiro	174.196	155.566
6.01.02.03	Redução (aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	6.402	6.414
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-29.834	-7.377
6.01.02.07	Redução(aumento) no Saldo de Outros Ativos	-4.794	-2.067
6.01.02.08	(Redução ) aumento no Saldo de Fornecedores	-1.409	-5.800
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	8.816	1.256
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	3.590	5.578
6.01.02.11	Dividendos recebidos das controladas	937	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	109.356	-725
6.02.01	(Aumento) no saldo de aplicações financeiras ao valor justo - circulante	-30.395	0
6.02.02	Redução no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	19.860	0
6.02.03	Incorporação de controladas, líquido do caixa adquirido	120.517	0
6.02.04	Adições/Baixas no Imobilizado e Intangível	-626	-725
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-288.136	-7.327
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-283.956	-6.462
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-4.180	-865
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	30.407	177.257
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123.868	265.593
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.275	442.850

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.146	0	171.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.146	0	171.146
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	460.701	171.146	0	4.268.389

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.822	0	95.822
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.822	0	95.822
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	345.429	95.822	0	2.348.294

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	222.882	172.112
7.01.02	Outras Receitas	222.882	172.112
7.01.02.01	Operação e Manutenção	74.205	66.360
7.01.02.02	Construção e Indenização	23.701	1.186
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	124.763	104.362
7.01.02.04	Outras Receitas Operacionais	213	204
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-37.854	-12.290
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.552	-10.471
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.302	-1.819
7.03	Valor Adicionado Bruto	185.028	159.822
7.04	Retenções	-428	-368
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-428	-368
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	184.600	159.454
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.350	50.985
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	37.895	41.896
7.06.02	Receitas Financeiras	37.455	9.089
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	259.950	210.439
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	259.950	210.439
7.08.01	Pessoal	14.418	10.130
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.172	6.645
7.08.01.02	Benefícios	4.625	3.035
7.08.01.03	F.G.T.S.	621	450
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-28.809	28.368
7.08.02.01	Federais	-29.045	28.143
7.08.02.02	Estaduais	100	138
7.08.02.03	Municipais	136	87
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	103.195	76.119
7.08.03.01	Juros	101.806	75.813
7.08.03.03	Outras	1.389	306
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.146	95.822
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.146	95.822

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	9.388.472	9.584.907
1.01	Ativo Circulante	3.724.741	3.762.674
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	490.462	538.696
1.01.01.01	Caixa e Bancos	68.973	53.545
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	421.489	485.151
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.948.085	1.938.765
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.907.395	1.877.000
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras ao valor justo por meio do resultado	1.907.395	1.877.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	40.690	61.765
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	40.690	61.765
1.01.03	Contas a Receber	1.171.192	1.161.356
1.01.03.01	Clientes	1.171.192	1.161.356
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	164.647	155.073
1.01.03.01.02	Ativo Financeiro	1.006.545	1.006.283
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.816	70.711
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.816	70.711
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	64.816	70.711
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	50.186	53.146
1.01.08.03	Outros	50.186	53.146
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	3.306	4.244
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	42.540	44.212
1.01.08.03.03	Outros Ativos	3.723	3.723
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	617	967
1.02	Ativo Não Circulante	5.663.731	5.822.233
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.474.944	5.635.748
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	144.999	149.156
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	144.999	149.156
1.02.01.06	Tributos Diferidos	194.189	281.346
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	194.189	281.346
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.135.756	5.205.246
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro	5.098.904	5.166.859
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	12.502	12.509
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	7.256	6.663
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições Sociais	17.094	19.215
1.02.02	Investimentos	164.247	161.733
1.02.02.01	Participações Societárias	164.247	161.733
1.02.03	Imobilizado	17.132	17.458
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.132	17.458
1.02.04	Intangível	7.408	7.294
1.02.04.01	Intangíveis	7.408	7.294
1.02.04.01.02	Intangíveis	7.408	7.294

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	9.388.472	9.584.907
2.01	Passivo Circulante	627.058	642.962
2.01.02	Fornecedores	20.741	26.417
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.741	26.417
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.194	21.548
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.194	21.548
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.194	21.548
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	409.663	421.715
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	84.532	158.516
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.885	112.621
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	49.647	45.895
2.01.04.02	Debêntures	325.131	263.199
2.01.05	Outras Obrigações	180.460	173.282
2.01.05.02	Outros	180.460	173.282
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	99.648	99.648
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	54.713	51.447
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	26.099	22.187
2.02	Passivo Não Circulante	4.493.025	4.844.702
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.123.294	4.316.320
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	666.533	896.820
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	197.510	420.880
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	469.023	475.940
2.02.01.02	Debêntures	3.456.761	3.419.500
2.02.02	Outras Obrigações	53.360	47.910
2.02.02.02	Outros	53.360	47.910
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	53.360	47.910
2.02.03	Tributos Diferidos	313.828	477.519
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	313.828	477.519
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.450	164.134
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	309.378	313.385
2.02.04	Provisões	2.543	2.953
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.543	2.953
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.268.389	4.097.243
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	460.701	460.701
2.03.04.01	Reserva Legal	118.526	118.526
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	82.533	82.533
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	259.642	259.642
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	171.146	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	263.268	178.047
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.017	-15.228
3.02.01	Pessoal e administradores	-6.461	-6.547
3.02.02	Material	-31.367	-1.952
3.02.03	Serviços de terceiros	-9.887	-2.984
3.02.04	Depreciação e amortização	-171	-107
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-3.131	-3.638
3.03	Resultado Bruto	212.251	162.819
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.442	14.911
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.956	-13.076
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-10.725	-6.003
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-3.879	-6.348
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-268	-261
3.04.02.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais, Liquidas	-4.084	-464
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.514	27.987
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	195.809	177.730
3.06	Resultado Financeiro	-63.861	-68.364
3.06.01	Receitas Financeiras	41.675	10.167
3.06.02	Despesas Financeiras	-105.536	-78.531
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	131.948	109.366
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	39.198	-13.544
3.08.01	Corrente	-33.768	-15.348
3.08.02	Diferido	72.966	1.804
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	171.146	95.822
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	171.146	95.822
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	171.146	95.822
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16560	0,12122
3.99.01.02	PN	0,16560	0,12122
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,16560	0,12122
3.99.02.02	PN	0,16560	0,12122

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	171.146	95.822
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	171.146	95.822
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	171.146	95.822

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	265.565	205.040
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.565	37.254
6.01.01.01	Resultado do Período	171.146	95.822
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-2.512	-27.987
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	439	368
6.01.01.04	Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-410	0
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos	4.136	34.067
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre debêntures	99.193	43.790
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	-39.198	13.546
6.01.01.08	Tributos diferidos	-4.007	-2.271
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-169.222	-120.081
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	206.000	167.786
6.01.02.01	(Aumento) em clientes	-9.574	-3.851
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	236.915	176.737
6.01.02.03	Redução (aumento) no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	1.303	-1.098
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-32.409	-2.657
6.01.02.07	Redução (aumento) no Saldo de Outros Ativos	1.878	-2.873
6.01.02.08	Redução do Saldo de Fornecedores	-5.676	-5.972
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	3.267	1.437
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	9.359	6.063
6.01.02.11	Dividendos Recebidos das Controladas	937	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.392	-1.078
6.02.01	(Aumento) no Saldo de Aplicações Financeiras ao Valor Justo - Circulante	-30.395	0
6.02.02	(Aumento) Redução no Saldo de Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado e Depósitos Vinc.	25.232	-353
6.02.04	Adições/baixas no Imobilizado e Intangível	-229	-725
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-308.407	-15.176
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-297.529	-11.814
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-10.878	-3.362
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-48.234	188.786
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	538.696	289.683
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	490.462	478.469

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.146	0	171.146	0	171.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.146	0	171.146	0	171.146
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	460.701	171.146	0	4.268.389	0	4.268.389

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.822	0	95.822	0	95.822
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.822	0	95.822	0	95.822
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	345.429	95.822	0	2.348.294	0	2.348.294

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	289.195	193.974
7.01.02	Outras Receitas	289.195	193.974
7.01.02.01	Operação e Manutenção	91.562	72.501
7.01.02.02	Construção e Indenização	28.198	1.186
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	169.222	120.082
7.01.02.04	Outras Receitas Operacionais	213	205
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.392	-14.409
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.133	-11.284
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.259	-3.125
7.03	Valor Adicionado Bruto	237.803	179.565
7.04	Retenções	-439	-368
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-439	-368
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	237.364	179.197
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.189	38.154
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.514	27.987
7.06.02	Receitas Financeiras	41.675	10.167
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	281.553	217.351
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	281.553	217.351
7.08.01	Pessoal	14.564	10.442
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.211	6.816
7.08.01.02	Benefícios	4.719	3.162
7.08.01.03	F.G.T.S.	634	464
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-9.693	32.556
7.08.02.01	Federais	-9.995	32.282
7.08.02.02	Estaduais	154	186
7.08.02.03	Municipais	148	88
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.536	78.531
7.08.03.01	Juros	103.329	77.857
7.08.03.03	Outras	2.207	674
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.146	95.822
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.146	95.822

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### Principais acontecimentos no 1º trimestre de 2013

- ✓ Incorporação de subsidiárias integrais

Em 31 de janeiro de 2013 a Taesa incorporou a UNISA, ATE, STE e NTE, todas subsidiárias integrais. Nessa mesma data, também, ocorreram as transferências de controle da ATE II e ATE III, detidos pela UNISA, para a Taesa.

- ✓ Mudança de prática contábil

A adoção da IFRS 11 foi efetivada a partir de 1º de janeiro de 2013 e resultou em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012, eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19(R2), equivalente à IAS 31.

De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre joint ventures e joint operations e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como joint ventures e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais de 31 de março de 2013 (em 31 de março de 2012 a UNISA, além da ETAU e da Brasnorte, também era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa). Cabe ressaltar que, em 31 de março de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas.

Conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalentes ao IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e IAS 1 "Presentation of Financial Statements", respectivamente, essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas informações trimestrais. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação.

## Comentário do Desempenho

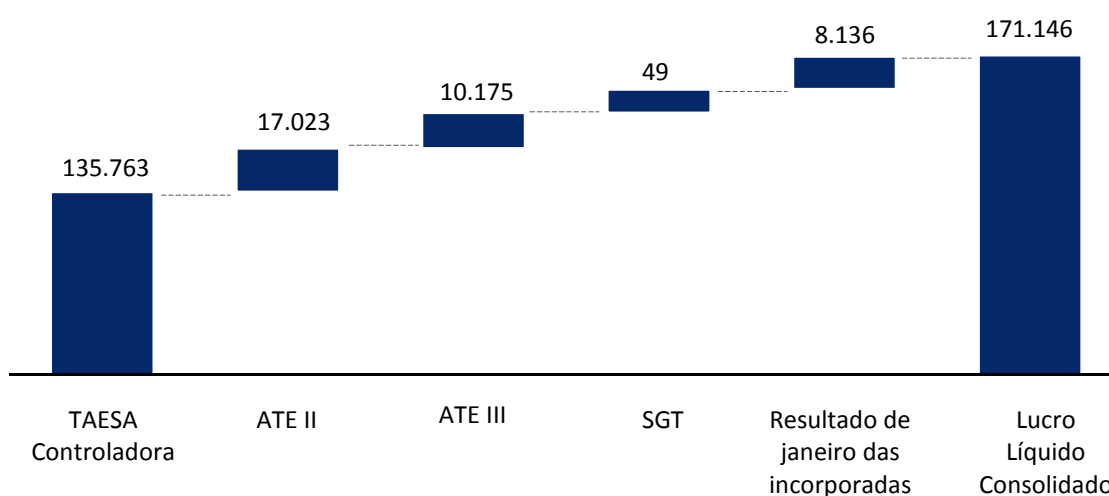
Sendo assim, a demonstração de resultado consolidada em 31 de março de 2013 é composta por Taesa, ATE II, ATE III, São Gotardo (concessão adquirida via leilão 005/2012 em junho de 2012) e o resultado do mês de janeiro 2013 das subsidiárias integrais incorporadas (*STE, NTE e ATE*), e as controladas em conjunto ETAU e Brasnorte foram registradas pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2012 a demonstração de resultado consolidada é composta por Taesa e NTE, e as controladas em conjunto ETAU, Brasnorte e UNISA (que detinha participação de 100% na, ATE, ATE II, ATE III e STE) foram registradas pelo método de equivalência patrimonial.

### 1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

#### 1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no primeiro trimestre de 2013, um resultado consolidado de R\$171.146, apresentando um aumento de 78,6% em relação ao resultado de R\$95.822 alcançado no primeiro trimestre de 2012.

#### Composição do Lucro Líquido do 1T13



Abaixo os principais eventos e seus respectivos impactos no lucro líquido do 1T13:

- ATE II e ATE III contribuíram com R\$27.198; e
- Com o processo de incorporação de subsidiárias integrais (NTE, ATE e STE), ocorrido em 31 de janeiro de 2013, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo assim a diferença temporária passiva anteriormente existente, no montante de R\$65.976.

## Comentário do Desempenho

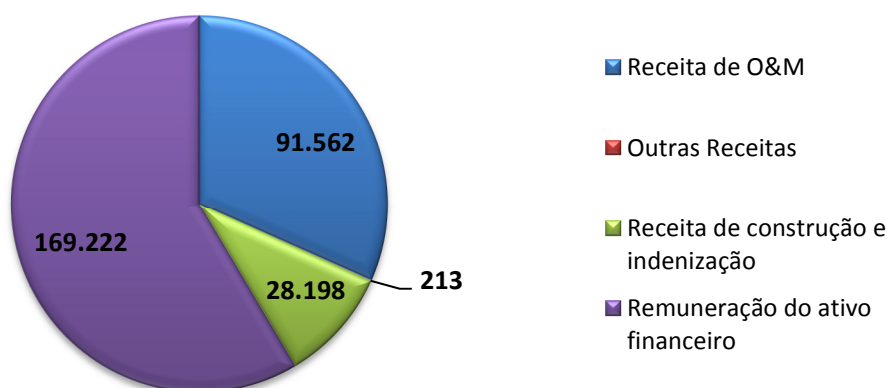
### 1.2 Detalhamento das Receitas

No primeiro trimestre de 2013, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$289.195, apresentando um aumento de 49,1% em relação ao mesmo período em 2012.

ROB	1T13	1T12	Var.	Var.%
Consolidado	289.195	193.974	95.221	49,1%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a abertura de cada uma das receitas:

#### Composição das receitas do 1T13

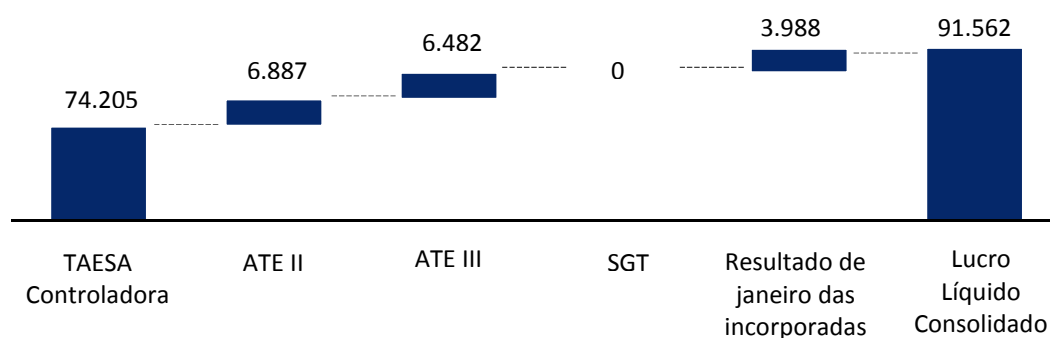


#### 1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	1T13	1T12	Var.	Var.%
Consolidado	91.562	72.501	19.061	26,3%

#### Composição da Receita de O&M do 1T13



## Comentário do Desempenho

- Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial): STE e ATE contribuíram com R\$5.592;
- ATE II e ATE III contribuíram com R\$13.369; e
- Reajuste anual pela inflação (ciclo de julho 2012 a junho 2013).

### 1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

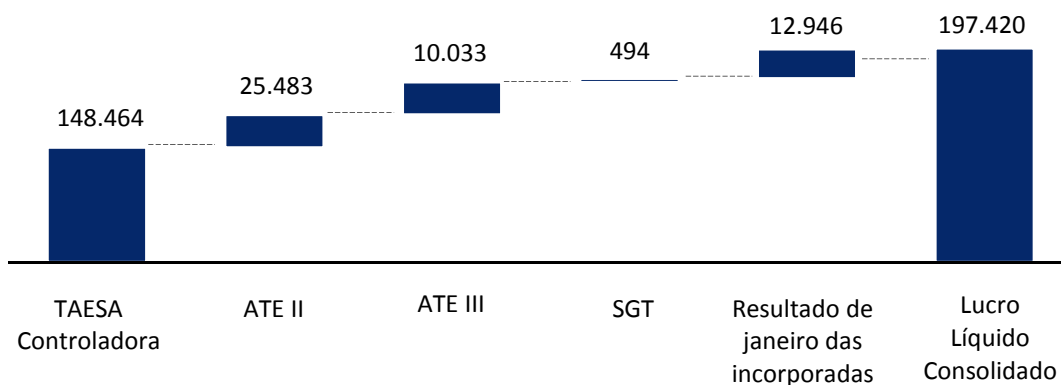
A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

Receita	1T13	1T12	Var.	Var.%
Receita de construção e indenização	28.198	1.186	27.012	2277,6%
Remuneração do ativo financeiro	169.222	120.082	49.140	40,9%
<b>Consolidado</b>	<b>197.420</b>	<b>121.268</b>	<b>76.152</b>	<b>62,8%</b>

No primeiro trimestre de 2013, a Taesa alcançou uma Remuneração do ativo financeiro consolidado de R\$169.222, apresentando um aumento de 40,9% em relação ao mesmo período em 2012.

No primeiro trimestre de 2013 a receita de construção e Indenização da Taesa consolidada somou R\$28.198, enquanto no mesmo período em 2012 somou R\$1.186.

#### Composição das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 1T13



## Comentário do Desempenho

- Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial): STE e ATE contribuíram com R\$23.301;
- ATE II e ATE III contribuíram com R\$35.516;
- São Gotardo contribuiu com R\$494;
- Receita de construção referentes a realização de reforços nas concessões TSN e ETEO contribuíram com R\$23.658; e
- Recebimentos da receita de construção, que reduziram o ativo financeiro.

### 1.2.3 Outras receitas operacionais

As Outras receitas são oriundas de prestação de serviços de Back-office com suas controladas em conjunto, ETAU e BRASNORTE.

Outras Receitas	1T13	1T12	Var.	Var.%
Consolidado	213	205	8	3,9%

## 1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No primeiro trimestre de 2013, as deduções à Receita operacional foram de R\$25.927, apresentando um aumento de 62,8% sobre o mesmo período em 2012. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

### 1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre o Faturamento. No primeiro trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$12.871, apresentando um aumento de 83,9% sobre o mesmo período em 2012.

PIS e COFINS	1T13	1T12	Var.	Var.%
Consolidado	(12.871)	(7.000)	(5.871)	83,9%

### 1.3.2 ISS

O ISS é calculado com a aplicação de percentuais sobre a Receita de serviços. No primeiro trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$11, apresentando um aumento de 10% sobre o mesmo período em 2012.

ISS	1T13	1T12	Var.	Var.%
Consolidado	(11)	(10)	(1)	10,0%

## Comentário do Desempenho

### 1.3.3 Quota para RGR e P&D

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR). No primeiro trimestre de 2013, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$13.045, apresentando um aumento de 46,3% sobre o mesmo período em 2012.

RGR e P&D	1T13	1T12	Var.	Var.%
Consolidado	(13.045)	(8.917)	(4.128)	46,3%

#### Variações

Com exceção da RGR, cujo valor é definido pela ANEEL, os demais impostos e encargos são calculados através da aplicação de alíquotas sobre o Faturamento ou Receita operacional líquida. Sendo assim, suas variações decorrem da evolução da Receita.

#### Receita Operacional Líquida

Compensando todas as deduções da Receita operacional bruta, no primeiro trimestre de 2013, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$263.268, apresentando um aumento de 47,9% em relação ao mesmo período em 2012.

ROL	1T13	1T12	Var.	Var.%
Consolidado	263.268	178.047	85.221	47,9%

- Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial): STE e ATE contribuíram com R\$26.059;
- ATE II e ATE III contribuíram com R\$42.856; e
- São Gotardo contribuiu com R\$476.

### 1.4 Custos e Despesas (excluindo Resultado Financeiro)

No primeiro trimestre de 2013, a Taesa registrou R\$69.971 de Custos e Despesas operacionais, apresentando um aumento de 147,2% em relação ao mesmo período de 2012.

Custos, Desp. e Receitas Operacionais	1T13	1T12	Var.	Var. %
Pessoal e Administradores	(17.186)	(12.550)	(4.636)	36,9%
Material	(31.367)	(1.918)	(29.449)	1535,4%
Serviços de Terceiros	(13.764)	(9.332)	(4.432)	47,5%

## Comentário do Desempenho

Outros	(7.215)	(4.102)	(3.113)	75,9%
<b>Total</b>	<b>(69.532)</b>	<b>(27.902)</b>	<b>(41.630)</b>	<b>149,2%</b>
Dep/Amort	(439)	(402)	(37)	9,2%
<b>Total</b>	<b>(69.971)</b>	<b>(28.304)</b>	<b>(41.667)</b>	<b>147,2%</b>

As principais variações estão ligadas à nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, assim a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial) e pela consolidação da São Gotardo (concessão adquirida via leilão 005/2012 em junho de 2012); e aos registros de custos de construção referente ao reforço na concessão TSN.

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 1T13:

### 1.4.1 Pessoal e Administradores

Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial). ATE e STE contribuíram com R\$903. Outros impactos decorrem de aumento nas despesas com salários e remuneração, PLR e previdência privada na TAESA.

### 1.4.2 Material

Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial). ATE e STE contribuíram com R\$256; ATE II, ATE III e SGT contribuíram com R\$4.296; e aumento nos custos de construção referente ao reforço na concessão TSN contribuiu com R\$23.644.

### 1.4.3 Serviço de Terceiros

Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial). ATE e STE contribuíram com R\$1.537; e ATE II e ATE III contribuíram com R\$6.829.

### 1.4.4 Outros

Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida

## Comentário do Desempenho

através do método de equivalência patrimonial). ATE e STE contribuíram com R\$579; ATE II e ATE III contribuíram com R\$812. Outros impactos decorrem de aumento nas despesas com condomínio e aluguel do escritório.

### 1.5 Resultado Financeiro

No primeiro trimestre de 2013, a Taesa registrou, como resultado financeiro, R\$63.861 de despesa financeira líquida, apresentando uma redução de 6,6% em relação ao mesmo período em 2012.

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1T13</b>	<b>1T12</b>	<b>Var.</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	42.795	10.167	32.628	320,9%
Variações cambiais - contas corrente em dólar	(1.120)	-	(1.120)	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>41.675</b>	<b>10.167</b>	<b>31.508</b>	<b>309,9%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dividas	(74.362)	(74.134)	(228)	0,3%
Variações monetárias líquidas	(36.518)	(3.723)	(32.795)	880,9%
Variações cambiais líquidas - empréstimos	7.551	-	7.551	-
Outras Despesas Financeiras	(2.207)	(674)	(1.533)	227,4%
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(105.536)</b>	<b>(78.531)</b>	<b>(27.005)</b>	<b>34,4%</b>
<b>Total</b>	<b>(63.861)</b>	<b>(68.364)</b>	<b>4.503</b>	<b>-6,6%</b>

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 1T13:

#### 1.5.1 Renda de aplicação financeira

O aumento na renda de aplicação financeira foi influenciado pela entrada de recursos do Re-IPO ocorrido em julho de 2012, que até a data deste relatório continuam aplicados; ATE e STE contribuíram com R\$1.451; e ATE II, ATE III e SGT contribuíram com R\$4.493.

#### 1.5.2 Encargos de dívidas

No primeiro trimestre de 2013 houve um aumento dos encargos de dívidas das debêntures no valor de R\$20.459, que foi compensado por uma redução dos encargos de dívidas dos empréstimos no valor de R\$20.231. O aumento nos encargos de dívidas das debêntures foi influenciado pela 3ª emissão de debêntures em outubro de 2012 e a diminuição dos encargos de dívidas dos empréstimos foi influenciado pela liquidação das notas promissórias em novembro de 2012.

#### 1.5.3 Variações monetárias líquidas

O aumento das variações monetárias líquidas foi influenciado pela 3ª emissão de debêntures em outubro de 2012.

## Comentário do Desempenho

### 1.5.4 Variações cambiais líquidas de empréstimos e contas correntes

Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12. O incremento de variações cambiais deve-se às dívidas e contas correntes (contas reservas) da ATE II e ATE III vinculadas ao BID, ambas em US\$.

### 1.5.5 Outras despesas financeiras

Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12. ATE e STE contribuíram com R\$145; e ATE II, ATE III e SGT contribuíram com R\$754.

## 1.6 Impostos

No primeiro trimestre de 2013 a Taesa apurou R\$39.198 positivos de Imposto de renda e contribuição social.

Impostos	1T13	1T12	Var.	Var. %
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.768)	(15.348)	(18.420)	120,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.966	1.804	71.162	3944,7%
<b>Total</b>	<b>39.198</b>	<b>(13.544)</b>	<b>52.742</b>	<b>-389,4%</b>

- Em função da nova regra contábil, que não permite a consolidação proporcional das controladas em conjunto, a variação foi impactada pela não consolidação de 50% da UNISA no 1T12 (reconhecida através do método de equivalência patrimonial): ATE e STE contribuíram com R\$11.336 negativos;
- ATE II, ATE III e SGT contribuíram com R\$6.168 negativos; e
- Pelo efeito tributário no processo de reestruturação. Como consequência do processo de incorporação de subsidiárias integrais (NTE, ATE e STE), determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo assim a diferença temporária passiva anteriormente existente, no valor de R\$ 65.976.

## 1.7 Relacionamento com os Auditores Independentes

Conforme comunicado ao mercado feito pela Companhia em 25 de abril de 2012 a Companhia trocou seus auditores independentes a partir do exercício de 2012, em função do disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99.

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") para prestação de serviços de auditoria

## Comentário do Desempenho

independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos no valor de R\$963 mil anuais (valor original), reajustados pelo IGP-M. Ainda durante o exercício de 2012 foi efetuado um aditivo ao contrato para inclusão de (i) novas entidades integralmente adquiridas no escopo dos trabalhos e (ii) elaboração de laudos de acervo líquido contábil de determinadas subsidiárias no montante de R\$437 mil. Em 2012 a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços relacionados à auditoria independente no valor de R\$1.843 mil, que se referiram basicamente a emissão de carta conforto no envolvimento de auditores no processo de oferta de emissão de Units e emissão de Debêntures da Companhia.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período findo em 31 de março de 2013, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

---

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS E OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. FUNDO DE INVESTIMENTO
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DEPÓSITOS VINCULADOS
7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS
12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
14. PARTES RELACIONADAS
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. DEBÊNTURES
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. DIVIDENDOS A RECEBER E - A PAGAR
22. COBERTURA DE SEGUROS
23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
24. RESULTADO POR AÇÃO
25. OUTRAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS, LÍQUIDAS
26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
30. OUTRAS INFORMAÇÕES
31. EVENTOS SUBSEQUENTES

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Praça XV de Novembro, nº 20 salas 1.002 e 1.003 - Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20010-010.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (i) estudos e atividades de planejamento; (ii) análises químicas em materiais e equipamentos; (iii) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, e comissionamento; (iv) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (v) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores diretos - Em 31 de março de 2013 a Companhia tinha como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. "Cemig GT", sociedade anônima de capital aberto, e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu (vide nota explicativa nº 20).

Controladas e controladas em conjunto - A Companhia possui participação societária nas seguintes empresas:

- Controladas: ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A. e São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica Ltda. ("SGT").
- Controladas em conjunto: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU") e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRASNORTE").

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As empresas controladas e controladas em conjunto da Companhia (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionados em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado domiciliadas no Brasil e com sede no Estado do Rio de Janeiro.

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações sobre as controladas e controladas em conjunto da Companhia vide nota explicativa nº 12.

Incorporações de subsidiárias integrais - A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17 de janeiro de 2013, Seção 01, página 53; anuiu à reestruturação societária da Taesa, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em Taesa, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a Taesa. A referida operação de reestruturação ocorreu em 31 de janeiro de 2013. A Companhia enviou para a ANEEL a documentação comprobatória da operação.

A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE no termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012. As Companhias citadas são controladoras diretas e subsidiárias integrais da Taesa.

A incorporação se justifica na medida em que está inserida no contexto de uma reorganização societária com vistas à simplificação da estrutura corporativa e consequente otimização da eficiência na gestão e aproveitamento da estrutura administrativa e financeira da Companhia.

A incorporação não gerou modificação do capital social da Companhia (uma vez que trata-se de incorporação de subsidiárias integrais) e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de qualquer relação de troca em decorrência da Incorporação.

Devido às características da incorporação, não houve direito de retirada ou de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo de incorporação.

Contratos de concessão - A seguir encontram-se os contratos de concessão que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem:

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	CONCESSÕES	AQUISIÇÃO/ CONSTITUIÇÃO CONTRATO DE CONCESSÃO	INÍCIO DA CONCESSÃO TÉRMINO DA CONCESSÃO	LOCALIDADES DAS SUBESTAÇÕES	EXTENSÃO/TENSÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO	
T A E S A	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste	06/06/2006	20/12/2000	Serra da Mesa I - GO Serra da Mesa II - GO	1.062 km	500 kV
		097/2000	20/12/2030	Rio das Éguas - BA Bom Jesus da Lapa II - BA Bom Jesus da Lapa - BA Ibicoara - BA Sapeaçu - BA	7 km	230kV
	Munirah - Transmissora de Energia	31/03/2006	18/02/2004	Sapeaçu - BA	106 km	500 kV
		006/2004	18/02/2034	Camaçari - BA		
	Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia	30/11/2007	21/01/2002	Goianinha - PE	51 km	230 kV
		001/2002	21/01/2032	Mussurê II - PB		
	Patesa - Paraíso Açu Transmissora de Energia	30/11/2007	11/12/2002	Paraíso - RN	135 km	230 kV
		087/2002	11/12/2032	Açu II - RN		
	Novatrans Energia	06/06/2006	20/12/2000	Imperatriz - MA	1.278 km	500 kV
		095/2000	20/12/2030	Colinas - TO Miracema - TO Gurupi - TO Serra da Mesa - GO Samambaia - DF		
ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste	31/05/2008	12/05/2000	Taquaraçu - SP	502 km	440kv	
	040/2000	12/05/2030	Assis - SP Sumaré - SP			
STE - Sul Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	19/12/2002	Maçambará - RS	389 km	230 kV	
	081/2002	19/12/2032	Santa Rosa - RS Santo Ângelo - RS Uruguiana - RS			
ATE Transmissora de Energia	30/11/2011	18/02/2004	Londrina - PR	370 km	525 kV	
	003/2004	18/02/2034	Assis - SP Araraquara - SP			
Nordeste Transmissora de Energia	30/11/2011	21/01/2002	Campina Grande II - PB	186 km	230 kV	
	002/2002	21/01/2032	Angelim II - PE Xingó - SE	197 km	500 kV	
E T A U	ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai	28/12/2007	18/12/2002	Campos Novos - SC Barra Grande - SC	188 km	230 kV
		082/2002	18/02/2032	Lagoa Vermelha 2 - RS Santa Marta - RS		

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	CONCESSÕES	AQUISIÇÃO/ CONSTITUIÇÃO CONTRATO DE CONCESSÃO	INÍCIO DA CONCESSÃO TÉRMINO DA CONCESSÃO	LOCALIDADES DAS SUBESTAÇÕES	EXTENSÃO/TENSÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO	
<b>B R A S N O R T E</b>	Brasnor Transmissora de Energia	17/09/2007	17/03/2008	Juba - MT	402 km	230 kV
		003/2008	17/03/2038	Jauru - MT Brasnor - MT Nova Mutum - MT		
<b>A T E II</b>	ATE II Transmissora de Energia	30/11/2011	15/03/2005	Colinas - TO	942 km	500 kV
		011/2005	15/03/2035	Ribeiro Gonçalves - PI São João do Piauí - PI Sobradinho - BA		
<b>A T E III</b>	ATE III Transmissora de Energia	30/11/2011	27/03/2006	Colinas - TO	344 km	500 kV
		001/2006	27/03/2036	Marabá - PA Itacaiúnas - PA Carajás - PA	110 km	230 kV
<b>S G T</b>	São Gotardo Transmissora de Energia	06/06/2012	27/08/2012	São Gotardo - MG	N/A	N/A
		024/2012	27/08/2042			
				<b>TOTAL</b>	<b>6.272 km</b>	

Lei nº 12.783/13 (conversão da Medida Provisória nº 579/12) - aplicabilidade aos contratos de concessão da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto

Exarada pela Presidência da República em 11 de setembro de 2012, a MP 579/12 ("Medida Provisória" ou "MP"), convertida na Lei nº 12.783 ("Lei") de 11 de janeiro de 2013, estabelece as medidas para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

A Lei nº 12.783/13 alcança somente as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987/95, que vencem entre 2015 e 2017. Essas concessões não foram licitadas, tendo em vista que, à época, eram outorgadas mediante a verificação de existência de requerente idôneo ou mediante concorrências públicas para a exploração de serviços de energia elétrica realizados pelo Governo Federal. A Lei também estabelece a extinção e redução de determinados encargos setoriais.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Nesse contexto, os termos e requerimentos estabelecidos pela Lei 12.783/13, não são aplicáveis para os contratos de concessão da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, pelo fato dos mesmos serem posteriores à publicação da Lei 8.987/95, onde ocorreu inclusive processo de licitação. Este entendimento é definido pelos próprios termos da lei e corroborado por parecer de assessor jurídico externo o qual efetuou a análise jurídica da mesma.

## **2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS E OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA**

### **2.1 Aquisição de controladas**

A Taesa adquiriu 100% de participação da "NTE" e da "UNISA". Devido às características do setor de transmissão de energia, essas empresas adquiridas enquadram-se contabilmente na Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão. Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP-Receita Anual Permitida), a Companhia identificou e avaliou o valor justo de cada ativo financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que emana a interpretação técnica ICPC 01(R1), para fins de atendimento ao pronunciamento CPC 15(R1) - Combinações de Negócios. Desta forma, os ativos financeiros das empresas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos mensurados sobre a mais valia. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão detalhadas nas notas explicativas nºs 3.4 e 7.

O Grupo Taesa entende que as aquisições complementarão os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações. A seguir estão demonstrados os valores justos das empresas adquiridas nas respectivas datas de aquisição.

Caso as combinações de negócios detalhadas a seguir tivessem sido efetivada em 1º de janeiro de 2012, as receitas consolidadas e o resultado consolidado do Grupo, referentes ao exercício de 2012 das operações continuadas seriam de R\$1.282.424 e R\$607.470 respectivamente. A Administração do Grupo Taesa considera que esses valores "pro forma" representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo Taesa combinados em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

#### Aquisição da NTE

Em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. ("Abengoa"), pelo montante total de R\$336.103, 100% das ações do capital votante da NTE, empresa de transmissão constituída no exercício de 2001, cujo propósito específico e único é explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle da NTE foram reconhecidos através do método de aquisição e estão demonstrados a seguir:

<b>Em 30 de novembro de 2011</b>	<b>Valores justos reconhecidos na aquisição da NTE</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	21.768
Clientes	12.608
Ativo financeiro	450.259
Outros ativos	44.816
Intangíveis	2.574
	<b>532.025</b>
<b>Passivos</b>	
Contas a pagar a fornecedores e outras	(30.457)
Empréstimos e financiamentos	(100.594)
Impostos diferidos passivos	(64.871)
	<b>(195.922)</b>
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b>336.103</b>
Participação TAESA (%)	100,00%
Efeito da participação TAESA	336.103
Valor efetivamente pago em caixa	336.103
<b>Contraprestação transferida pela aquisição da NTE</b>	<b>336.103</b>

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da NTE era R\$290.115.

A contraprestação da Companhia para essa combinação de negócios da NTE foi paga em caixa com recursos obtidos com a 4ª emissão de notas promissórias da Taesa.

As contribuições no resultado líquido e na receita consolidada da Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras referente à empresa adquirida NTE estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

#### Aquisição da UNISA

Em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu da Abengoa, pelo montante de R\$799.738, 50% das ações do capital votante da UNISA (anteriormente Abengoa Participações S.A.), empresa cujo objeto social é a participação no capital social de sociedades prestadoras de serviços público e privado de transmissão de energia elétrica, que, naquela data, detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III.

Em 16 de março de 2012, a Companhia celebrou com a Abengoa um contrato para aquisição dos 50% remanescentes do capital da UNISA. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estavam, à época, sujeitas à ocorrência de determinadas condições suspensivas. Em 3 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 4 de julho de 2012.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Com base no exposto anteriormente, a UNISA entre 30 de novembro de 2011 e 3 de julho de 2012 era controlada em conjunto pela Taesa e pela Abengoa e, a partir de 3 de julho de 2012 (data da aquisição), passou a ser uma controlada integral da Companhia. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da participação dos 50% remanescentes foi de R\$876.193, que é composto pelo valor de R\$902.390, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.717 e das contas a pagar no valor de R\$1.520, na data da aquisição, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle da UNISA (3 de julho de 2012) foram reconhecidos através do método de aquisição aplicável no caso de combinação de negócios em estágios e estão demonstrados a seguir:

<b>Em 3 de julho de 2012</b>	<b>Valores justos reconhecidos na aquisição da UNISA</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	434.638
Clientes	51.885
Ativo financeiro	2.448.428
Outros ativos	177.424
	<b>3.112.375</b>
<b>Passivos</b>	
Contas a pagar a fornecedores e outras	(95.170)
Empréstimos e financiamentos	(1.008.224)
Impostos diferidos passivos	(256.595)
	<b>(1.359.989)</b>
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b>1.752.386</b>
Participação Taesa (%)	100%
Efeito da participação Taesa	1.752.386
Investimento detido anteriormente pela Companhia	(831.024)
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA (*)	(45.169)
<b>Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012</b>	<b>876.193</b>
Valor contratual	902.390
Constituição na TAESA de dividendos a receber da UNISA	(27.717)
Constituição na TAESA de contas a pagar à ABENGOA	1.520
<b>Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012</b>	<b>876.193</b>

(\*) Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 15(R1) e pela IFRS 3(R), em uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve remensurar sua participação detida anteriormente pelo valor justo na data da obtenção do controle (data da aquisição) e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Na data da aquisição, o valor do patrimônio líquido contábil da UNISA era R\$1.649.333.

As contraprestações da Companhia para a combinação de negócios, que compreende a aquisição dos 50% iniciais e dos 50% remanescentes da UNISA foram pagas em caixa com recursos das 4ª e 5ª emissões de notas promissórias da Companhia, respectivamente.

As contribuições no resultado líquido e na receita consolidada da Companhia para os exercícios apresentados nestas informações trimestrais referentes à empresa adquirida UNISA (50% até março de 2012 e 100% no mês de janeiro de 2013) estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

#### **2.2 Operação de reestruturação societária**

##### Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, a Companhia celebrou um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a CEMIG GT, nossa Acionista do Bloco de Controle, e a CEMIG, sua controladora direta, no valor de R\$1.732 milhões (devendo este ser corrigido a partir de 31 de dezembro de 2011 até a data da conclusão da operação e descontado de eventuais dividendos e juros sobre capital próprios declarados após 31 de dezembro de 2011, pagos ou não), por meio do qual nos será transferida a totalidade das participações acionárias detidas tanto pela CEMIG quanto pela CEMIG GT, direta ou indiretamente, nas seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica: (i) 49,98% da EATE, (ii) 19,09% da ECTE, (iii) 49,99% da ENTE, (iv) 49,99% da ERTE, (v) 49,98% da ETEP, (vi) 39,98% do STC (considerando participação indireta de 80% por meio da EATE, observado que a CEMIG possui 49,98% das ações da EATE), (vii) 49,98% da ESDE (considerando participação indireta por meio da ETEP, observado que a CEMIG possui 49,98% das ações da ETEP), (viii) 39,98% da Lumitrans (considerando participação indireta de 80% por meio da EATE, observado que a CEMIG possui 49,98% das ações da EATE), (ix) 19,09% da ETSE (considerando participação indireta por meio da ECTE, observado que a CEMIG possui 19,09% das ações da ECTE), e (x) 74,49% da EBTE (considerando participação de 49% detida pela CEMIG GT e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a CEMIG possui 49,98% das ações da EATE) (em conjunto "Grupo TBE").

Em 4 de julho de 2012 o CADE realizou reunião para julgamento da transferência de percentual do controle acionário das concessões. O plenário, por unanimidade, conheceu a operação e a aprovou, nos termos do voto do Conselho Relator, o que foi publicado no Diário Oficial da União - DOU em 10 de julho de 2012.

A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos anteriormente acima indicados foi aprovada pela ANEEL conforme Resolução Autorizativa nº 4029 de 09 de abril de 2013. A liquidação financeira ocorrerá no 2º trimestre de 2013, após a entrega ao BNDES de garantias em substituição às dadas anteriormente pela CEMIG pelo financiamento de algumas empresas do Grupo TBE. Essas novas concessões acrescentarão 3.127 km de linhas de transmissão às nossas atividades, bem como representarão um aumento de R\$351 milhões à nossa RAP, o que equivale a um crescimento de 24,7% considerando o ciclo da RAP 2011/2012.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

#### *Instrumento particular de assunção de obrigações - alteração acordos de acionistas*

Em 29 de junho de 2012 a Companhia, em conjunto com a Alupar Investimento S.A. ("Alupar") (controladora em conjunto com a CEMIG e com a CEMIG GT das empresas do Grupo TBE), assinou instrumento particular de assunção de obrigações ("Instrumento"). O Instrumento determina que, em 2 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Companhia, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar e pela Companhia.

As minutas dos acordos de acionistas das empresas do Grupo TBE foram anexadas ao Instrumento e um resumo das principais cláusulas destes acordos está listado a seguir:

- (a) O direito da Alupar de comprar as ações de emissão das referidas empresas do Grupo TBE de propriedade da Companhia, caso (a) a CEMIG deixe de fazer parte do bloco de controle da Companhia e de suas sucessoras legais ou (b) um ou mais acionistas da Companhia, que não a CEMIG, vinculados por acordo de acionistas, ou que sejam sociedades coligadas, passem a deter o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, excluídos os conselheiros independentes;
- (b) As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:
  - Aumento ou redução do capital social, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações;
  - Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade, criação de sociedades subsidiárias;
  - Liquidação ou dissolução da referida sociedade;
  - Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas;

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em *joint ventures* ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza;
  - Abertura ou fechamento do capital; e
  - Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para determinadas matérias.
- (c) Vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão de quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum;
- (d) O Conselho de Administração de cada empresa do Grupo TBE será composto por seis membros e seus suplentes, visto que cada 15% do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito entre os membros indicados pela Alupar e terá o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, exceto no que tange às matérias abaixo a seguir listadas, as quais somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro conselheiros:
- Eleição e distribuição da remuneração dos Diretores, bem como fixação das atribuições dos Diretores adicionais às previstas no Estatuto Social;
  - Aprovação dos empréstimos, financiamentos, emissão ou venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, constituição de ônus reais, aquisição e a alienação de bens do ativo permanente e prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral, em valores individuais ou em conjunto, que anualmente sejam iguais ou superiores a R\$1.350; e
  - Submissão à Assembleia Geral da proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social;
- (e) A aprovação e/ou alteração do orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior estará sujeita ao veto de, pelo menos, dois membros do Conselho de Administração;
- (f) A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um diretor administrativo-financeiro (indicado pela Alupar enquanto esta detiver pelo menos 49% das ações com direito a voto) e um diretor técnico-comercial (indicado pela Companhia enquanto esta detiver pelo menos 49% das ações com direito a voto), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Ocorrendo impasse em decisão da Diretoria, a matéria será submetida ao Conselho de Administração.

O entendimento da Administração da Companhia é de que, após a observância das condições suspensivas referentes à transferência das participações das concessionárias do Grupo TBE, com base nos acordos de acionistas vigentes, alterados pelo instrumento particular de assunção de obrigações, nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas IFRS, as empresas EATE, ETEP, ENTE, ECTE, EBTE e ERTE, a Companhia deterá influência significativa nestas empresas. Consequentemente tais investimentos serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

##### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As Informações Contábeis Intermediárias individuais elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária; e
- As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A apresentação destas informações está de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo Taesa, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo Taesa e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias consolidadas do Grupo Taesa e as informações contábeis intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Taesa, das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 14 de maio de 2013.

##### 3.2. Base de mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas explicativas nºs 17 e 23).

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **3.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

##### a) Ativo financeiro

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno (TIR) é estimada pela Companhia por meio de componentes internos (das empresas concessionárias) e externos (de mercado). A TIR é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o prazo da concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e da indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

##### b) Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (O&M) são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

##### c) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação, que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado, para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****d) Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

**e) Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferido ativos e a recuperar**

A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide mais detalhes sobre impostos diferidos na nota explicativa nº 9.

**f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **3.5. Informações por segmento**

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica.

A Companhia realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - O.N.S., denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do O.N.S. na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por este acesso. Esta gerência é de inteira responsabilidade do O.N.S.

#### **3.6. Sazonalidade**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem sazonalidade em suas operações. Todavia, o reconhecimento dos efeitos inflacionários do ativo financeiro da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são reconhecidos no terceiro trimestre, uma vez que as resoluções homologatórias da ANEEL ocorrem neste período e definem a RAP do próximo ciclo tarifário de cada concessão.

## **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Na elaboração das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas na Imprensa Oficial em 27 de março de 2013, exceto pelas normas e interpretações novas e revisadas mencionadas abaixo.

### **4.1 Normas e interpretações novas e revisadas**

4.1.1 Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações trimestrais ou que somente são aplicáveis para as demonstrações financeiras anuais (IFRS 12).

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que foram adotadas nessas informações trimestrais. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual e nos períodos anteriores.

- IFRS 10 (CPC 36(R3)) - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33(R1))- Benefícios a Empregados;
- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo;
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de itens de outros resultados abrangentes;
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35(R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas;
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de ativos e passivos financeiros;
- IFRS 12 (CPC 45) - Divulgações de Participações em Outras Entidades;

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### 4.1.2 Aplicação das normas novas e revisadas que tiveram efeito sobre as informações trimestrais

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que foram adotadas nessas informações trimestrais. A aplicação dessas normas teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual e nos períodos anteriores.

- IFRS 11 (CPC 19(R2)) - Empreendimentos Conjuntos;
- IAS 28 revisada em 2011 (CPC 18(R2))- Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures".

A adoção dessas novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013 resultaram em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012, eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19(R2), equivalente à IAS 31.

De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre joint ventures e joint operations e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como joint ventures e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais de 31 de março de 2013 (em 31 de março de 2012 a Unisa, além da ETAU e da Brasnorte, também era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa. Outras informações vide nota explicativa nº 12).

Cabe ressaltar que, em 31 de março de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas.

Conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalentes ao IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e IAS 1 "Presentation of Financial Statements", respectivamente, essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas informações trimestrais. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.3.

#### 4.1.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

O Grupo não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a);
- Modificações à IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015;
- (b) 1º de janeiro de 2014.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRS anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações intermediárias de 31 de março de 2013. Não são esperados impactos relevantes na adoção dessas novas normas, com exceção da adoção do novo pronunciamento IFRS 9 "Financial Instruments". Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 9 "Financial Instruments" podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo Taesa, no entanto estes ainda estão sob avaliação da Administração da Companhia.

#### **4.2 Reclassificação e adoção das IFRSs novas e revisadas**

Conforme detalhado na nota explicativa nº 4.1.2 a adoção das IFRSs novas e revisadas também foram aplicadas de forma retrospectiva nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações intermediárias. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012 estão sendo rerepresentados para fins de comparação. Essas reclassificações e adoção das IFRSs não impactaram a demonstração do resultado abrangente.

A Companhia também identificou as seguintes reclassificações aplicáveis às informações relativas aos exercícios anteriores:

- a. Reclassificação do incentivo fiscal de áreas incentivadas no montante de R\$12.848 no Consolidado e R\$9.408 na Controladora na rubrica de receita operacional líquida para a rubrica de impostos e contribuições correntes, atendendo ao que emana o CPC 07(R1)-Subvenção e Assistência Governamentais, nos parágrafos 38D e 38E, que tratam da "Redução ou isenção de tributo em área incentivada".
- b. Reclassificações entre o grupo de receitas financeiras e despesas financeiras referentes à variação monetária líquida dos ativos (receitas financeiras) e passivos (despesas financeiras) para uma melhor apresentação desses saldos de acordo com a natureza das operações.
- c. Em 4 de dezembro de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, parágrafo 28, no desdobramento de ações, são emitidas ações ordinárias para os acionistas existentes sem nenhuma contrapartida adicional. Por isso, o número de ações ordinárias totais com os acionistas é aumentado sem aumento nos recursos. Dessa forma, o número de ações ordinárias totais com os acionistas antes do evento deve ser ajustado quanto à alteração proporcional na quantidade de ações ordinárias totais com os acionistas como se o evento tivesse ocorrido no começo do período mais antigo apresentado.
- d. Reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa entre linhas na rubrica das atividades operacionais para melhor apresentação das transações que não envolvem caixa as quais impactaram o resultado da Companhia e estavam apresentadas líquidas na variação dos saldos ativos e passivos operacionais e não como um ajuste ao lucro.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir demonstramos as informações comparativas rerepresentadas considerando as reclassificações e adoção das IFRSs novas e revisadas mencionadas anteriormente.

BALANÇO PATRIMONIAL	CONSOLIDADO	
	31/12/2012 (Publicado)	31/12/2012 (Reapresentado)
<b>Ativos</b>		
<i>Ativos circulantes</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	543.266	538.696
Aplicações financeiras valor justo	1.877.000	1.877.000
Aplicações financeiras valor justo ao custo amortizado e depósitos vinculados	61.765	61.765
Clientes	157.885	155.073
Ativo financeiro	1.023.734	1.006.283
Impostos e contribuições sociais	71.041	70.711
Instrumentos financeiros derivativos	967	967
Dividendos a receber	-	4.244
Outros ativos	3.723	3.723
Outras contas a receber	44.612	44.212
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>3.783.993</b>	<b>3.762.674</b>
<i>Ativos não circulantes</i>		
Aplicações financeiras valor justo ao custo amortizado e depósitos vinculados	151.013	149.156
Outras contas a receber	6.738	6.663
Depósitos judiciais	12.699	12.509
Impostos e contribuições sociais	19.215	19.215
Impostos e contribuições diferidos	281.425	281.346
Ativo financeiro	5.356.531	5.166.859
Investimento	-	161.735
Imobilizado	17.456	17.456
Intangível	7.294	7.294
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>5.852.371</b>	<b>5.822.233</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>9.636.364</b>	<b>9.584.907</b>
<b>Passivo</b>		
<i>Passivos circulantes</i>		
Fornecedores	26.692	26.417
Empréstimos e financiamentos	166.355	158.516
Debêntures	263.199	263.199
Taxas regulamentares	52.126	51.447
Impostos e contribuições sociais	22.078	21.548
Dividendos a pagar	99.648	99.648
Outras contas a pagar	22.825	22.187
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>652.923</b>	<b>642.962</b>
<i>Passivos não circulantes</i>		
Empréstimos e financiamentos	921.967	896.820
Debêntures	3.419.500	3.419.500
Impostos e contribuições diferidos	166.685	164.134
Tributos diferidos	326.076	313.385
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	3.122	2.953
Outras contas a pagar	48.848	47.910
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>4.886.198</b>	<b>4.844.702</b>
<i>Patrimônio líquido</i>		
Capital social	3.042.035	3.042.035
Reserva de capital	594.507	594.507
Reserva de lucros	201.059	201.059
Dividendos adicionais propostos	259.642	259.642
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.097.243</b>	<b>4.097.243</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>9.636.364</b>	<b>9.584.907</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012 (Publicado)	31/03/2012 (Reapresentado)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>234.377</b>	<b>178.047</b>
Pessoal e administradores	(6.616)	(6.547)
Material	(2.154)	(1.952)
Serviços de terceiros	(8.266)	(2.984)
Depreciação e amortização	(145)	(107)
Outros custos operacionais	(2.446)	(3.638)
Custos operacionais	(19.627)	(15.228)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>214.750</b>	<b>162.819</b>
Pessoal e administradores	(6.125)	(6.003)
Serviços de terceiros	(7.366)	(6.348)
Depreciação e amortização	(261)	(261)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(711)	(464)
Despesas operacionais	(14.463)	(13.076)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>200.287</b>	<b>149.743</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	27.987
Receitas financeiras	44.825	10.167
Despesas financeiras	(109.576)	(78.531)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(64.751)</b>	<b>(68.364)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>135.536</b>	<b>109.366</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(37.708)	(15.348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.006)	1.804
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>(39.714)</b>	<b>(13.544)</b>
<b>Lucro do período</b>	<b>95.822</b>	<b>95.822</b>
Resultado por ação ordinária - básico em R\$	0,36365	0,12122
Resultado por ação preferencial - básico em R\$	0,36365	0,12122
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$	0,36365	0,12122
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$	0,36365	0,12122

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA	
	31/03/2012 (Publicado)	31/03/2012 (Reapresentado)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>167.372</b>	<b>157.964</b>
Pessoal e administradores	(6.203)	(6.203)
Material	(1.827)	(1.827)
Serviços de terceiros	(2.432)	(2.432)
Depreciação e amortização	(107)	(107)
Outros custos operacionais	(2.327)	(2.327)
Custos operacionais	(12.896)	(12.896)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>154.476</b>	<b>145.068</b>
Pessoal e administradores	(5.983)	(5.983)
Serviços de terceiros	(6.213)	(6.213)
Depreciação e amortização	(261)	(261)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(42)	(43)
Despesas operacionais	(12.499)	(12.500)

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>CONTROLADORA</b>	
	<b>31/03/2012 (Publicado)</b>	<b>31/03/2012 (Reapresentado)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>141.977</b>	<b>132.568</b>
Resultado de equivalência patrimonial	41.896	41.896
Receitas financeiras	9.089	9.089
Despesas financeiras	(76.119)	(76.119)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(67.030)</b>	<b>(67.030)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>116.843</b>	<b>107.434</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.779)	(12.370)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	758	758
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>(21.021)</b>	<b>(11.612)</b>
<b>Lucro do período</b>	<b>95.822</b>	<b>95.822</b>
Resultado por ação ordinária - básico em R\$	0,36365	0,12122
Resultado por ação preferencial - básico em R\$	0,36365	0,12122
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$	0,36365	0,12122
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$	0,36365	0,12122

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/03/2012 (Publicado)</b>	<b>31/03/2012 (Reapresentado)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do período	95.822	95.822
Ajustes para:		
Receita de equivalência	-	(27.987)
Depreciação e amortização	406	368
Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(20)	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	73.058	34.067
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	43.790
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.006	13.546
Tributos diferidos	487	(2.271)
Remuneração do ativo financeiro	(150.735)	(120.081)
Variações nos ativos e passivos:		
Diminuição (aumento) em clientes e ativo financeiro	214.929	-
Diminuição (aumento) em clientes	-	(3.851)
Diminuição do ativo financeiro	-	176.737
Diminuição (aumento) no saldo de impostos e contrib. sociais ativos líquido do passivo	11.562	(1.098)
Diminuição (aumento) no saldo de impostos e contrib. diferidos ativos líquido do passivo	(2.972)	-
(Aumento) diminuição no saldo de outros créditos	(2.127)	(2.873)
Aumento (Diminuição) no saldo de fornecedores	(18.237)	(5.972)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	1.036	1.437
Aumento (diminuição) no saldo de outras contas a pagar	1.493	6.063
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>226.708</b>	<b>207.697</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.657)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>226.708</b>	<b>205.040</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
(Aumento) diminuição no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	(2.155)	(353)
Adições/baixas no imobilizado e intangível	(680)	(725)
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos</b>	<b>(2.835)</b>	<b>(1.078)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	(18.847)	(11.814)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	(9.342)	(3.362)

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONSOLIDADO	
	31/03/2012 (Publicado)	31/03/2012 (Reapresentado)
<b>Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos</b>	(28.189)	(15.176)
<b>Aumento (líquido) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>195.684</b>	<b>188.786</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	495.406	289.683
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	691.090	478.469
<b>Aumento (líquido) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>195.684</b>	<b>188.786</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONTROLADORA	
	31/03/2012 (Publicado)	31/03/2012 (Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do período	95.822	95.822
Ajustes para:		
Receita de equivalência	(41.896)	(41.896)
Depreciação e amortização	368	368
Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debentures e mútuo	75.815	
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		32.023
Juros e variações monetárias sobre debentures	-	43.790
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(758)	
Imposto de renda e contribuição social	-	11.613
Tributos diferidos	365	(2.048)
Remuneração do ativo financeiro	(104.362)	(104.363)
Variações nos ativos e passivos:		
Diminuição (aumento) em clientes e ativo financeiro	151.995	-
Diminuição (aumento) em clientes	-	(3.570)
Diminuição (aumento) de ativo financeiro	-	155.566
Diminuição (aumento) no saldo de impostos e contrib. sociais ativos líquido do passivo	11.408	6.414
Diminuição (aumento) no saldo de impostos e contrib. diferidos ativos líquido do passivo	(2.412)	-
(Aumento) diminuição no saldo de outros ativos	(2.069)	(2.067)
Aumento (Diminuição) no saldo de fornecedores	(5.800)	(5.800)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	1.256	1.256
Aumento (diminuição) no saldo de outras contas a pagar	5.577	5.578
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>185.309</b>	<b>192.686</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(7.377)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>185.309</b>	<b>185.309</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
(Aumento) no de outros investimentos		-
(Aumento) diminuição no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados		
Adições/baixas no imobilizado e intangível	(725)	(725)
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos</b>	<b>(725)</b>	<b>(725)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>CONTROLADORA</b>	
	<b>31/03/2012 (Publicado)</b>	<b>31/03/2012 (Reapresentado)</b>
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	(6.462)	(6.462)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	(865)	(865)
<b>Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos</b>	<b>(7.327)</b>	<b>(7.327)</b>
<b>Aumento (líquido) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>177.257</b>	<b>177.257</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	265.593	265.593
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	442.850	442.850
<b>Aumento (líquido) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>177.257</b>	<b>177.257</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/03/2012 (Publicado)</b>	<b>31/03/2012 (Reapresentado)</b>
<b>Receitas</b>		
Operação, manutenção e remuneração do ativo financeiro	240.132	-
Operação e manutenção	-	72.501
Construção e indenização	-	1.186
Remuneração do ativo financeiro	-	120.082
Outras receitas operacionais	15.899	205
	256.031	193.974
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b> (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.786)	(11.284)
Despesas gerais, administrativas e outros	(1.631)	(3.125)
	(19.417)	(14.409)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>236.614</b>	<b>179.565</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(406)</b>	<b>(368)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>236.208</b>	<b>179.197</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultado da equivalência patrimonial	-	27.987
Receitas financeiras	44.825	10.167
Outras	415	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>281.448</b>	<b>217.351</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	6.840	6.816
Benefícios	3.212	3.162
FGTS	489	464
	10.541	10.442
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais (Inclui as taxas regulamentares da Aneel)	64.295	32.282
Estaduais	711	186
Municipais	88	88
	65.094	32.556
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Encargos de dívidas, variação monetária e cambial, líquidas	108.016	77.857
Outras	1.975	674
	109.991	78.531
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucros retidos	95.822	95.822
	95.822	95.822
	<b>281.448</b>	<b>217.351</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA	
	31/03/2012 (Publicado)	31/03/2012 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>		
Operação, manutenção e remuneração do ativo financeiro	171.908	-
Operação e manutenção	-	66.360
Construção e indenização	-	1.186
Remuneração do ativo financeiro	-	104.362
Outras receitas operacionais	9.612	204
	<b>181.520</b>	<b>172.112</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.471)	(10.471)
Despesas gerais, administrativas e outros	(1.818)	(1.819)
	<b>(12.289)</b>	<b>(12.290)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>169.231</b>	<b>159.822</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(368)</b>	<b>(368)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>168.863</b>	<b>159.454</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultado da equivalência patrimonial	41.896	41.896
Receitas financeiras	9.089	9.089
Outras	389	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>220.237</b>	<b>210.439</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	6.645	6.645
Benefícios	3.035	3.035
FGTS	450	450
	<b>10.130</b>	<b>10.130</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais (Inclui as taxas regulamentares da Aneel)	37.551	28.143
Estaduais	138	138
Municipais	87	87
	<b>37.776</b>	<b>28.368</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Encargos de dívidas, variação monetária e cambial, líquidas	74.817	75.813
Outras	1.692	306
	<b>76.509</b>	<b>76.119</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucros retidos	95.822	95.822
	<b>95.822</b>	<b>95.822</b>
	<b>220.237</b>	<b>210.439</b>

## 5. FUNDO DE INVESTIMENTO

A Companhia, sua controlada SGT são cotistas do Fundo de Investimento Pampulha referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento ("Fundo Pampulha"), que se constitui- em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG.

O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir, apresentamos a composição da carteira do Fundo Pampulha:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
CDB	158.071	161.728	157.979	147.456
LFT	48.603	47.664	48.575	43.457
NTN-O	3.918	-	3.916	-
LTN-O	80.081	184.621	80.034	168.329
LTN-L	89.430	-	89.378	-
NTN-L	-	83.795	-	76.401
Debêntures	24.513	24.066	24.499	21.942
LF	332.096	293.055	331.903	267.194
Outros títulos	9.126	9.728	9.120	8.870
	<b>745.838</b>	<b>804.657</b>	<b>745.404</b>	<b>733.649</b>

Conforme definido em seu regulamento, o objetivo do Fundo Pampulha é buscar acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Para atingir esse objetivo, no mínimo, 95% - de sua carteira deve ser composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do CDI.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem a carteira do fundo são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Investimento possui demonstrações financeiras auditadas, considerando o exercício social com início em 1º de novembro de cada ano e término em 31 de outubro do ano subsequente, e está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

No período findo em 31 de março de 2013 o Fundo Pampulha apresentou uma rentabilidade média de aproximadamente 103,74% do CDI (104,24% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

A seguir, apresentamos as classificações dos instrumentos financeiros que compõem a carteira do Fundo Pampulha:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	154.279	194.531	153.845	123.523
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo (ii)	502.299	500.727	502.299	500.727
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado (iii)	89.260	109.399	89.260	109.399
<b>Carteira líquida</b>	<b>745.838</b>	<b>804.657</b>	<b>745.404</b>	<b>733.649</b>

- (i) Aplicações financeiras de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e com baixo risco de variação no valor de mercado, registradas pelo valor justo por meio de resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos;

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (ii) Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas pelo valor justo por meio do resultado. Essas aplicações financeiras serão utilizadas para a aquisição do Grupo TBE. Sendo assim, estas não atendem aos critérios de equivalente de caixa definido no item 7 do CPC 03(R2).
- (iii) Aplicações financeiras mantidas até o vencimento, sendo demonstradas pelo custo acrescido de juros até a data do balanço, e segregadas de acordo com o prazo de resgate.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DEPÓSITOS VINCULADOS**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e bancos	68.973	53.545	430	345
Aplicações financeiras (a)	421.489	485.151	153.845	123.523
	<b>490.462</b>	<b>538.696</b>	<b>154.275</b>	<b>123.868</b>
<b>Aplicações financeiras avaliadas a valor justo</b>				
Circulante (b)	1.907.395	1.877.000	1.907.395	1.877.000
	<b>1.907.395</b>	<b>1.877.000</b>	<b>1.907.395</b>	<b>1.877.000</b>
<b>Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados</b>				
Circulante (c)	40.690	61.765	40.690	61.765
Não circulante (c)	144.999	149.156	76.666	47.634
	<b>185.689</b>	<b>210.921</b>	<b>117.356</b>	<b>109.399</b>
<b>Total caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos vinculados</b>	<b>2.583.546</b>	<b>2.626.617</b>	<b>2.179.026</b>	<b>2.110.267</b>

- (a) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
Aplicações financeiras (Fundo Pampulha - Nota 5)	154.279	194.531	153.845	123.523
Aplicações financeiras (Outras) (i)	267.210	290.620	-	-
	<b>421.489</b>	<b>485.151</b>	<b>153.845</b>	<b>123.523</b>

- (i) Aplicações financeiras de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra junto às instituições financeiras, e com baixo risco de variação no valor de mercado, registradas pelo valor justo por meio de resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Referem-se basicamente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados à taxa média de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de março de 2013 (101% em 31 de dezembro de 2012).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(b) As aplicações financeiras avaliadas a valor justo são compostas da seguinte forma:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras Fundo Pampulha (nota explicativa nº 5)	502.299	500.727	502.299	500.727
Operações compromissadas e CDB (ii)	1.405.096	1.376.273	1.405.096	1.376.273
	<b>1.907.395</b>	<b>1.877.000</b>	<b>1.907.395</b>	<b>1.877.000</b>

(ii) Referem-se basicamente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados à taxa média de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de março de 2013. Essas aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas pelo valor justo por meio do resultado. Essas aplicações financeiras serão utilizadas para a aquisição do Grupo TBE. Sendo assim, estas não atendem aos critérios de equivalente de caixa definido no item 7 do CPC 03(R2).

(c) As aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e os depósitos vinculados são compostos da seguinte forma:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
<u>Circulante</u>				
Aplicações financeiras - Fundo Pampulha (nota explicativa nº 5)	40.690	61.765	40.690	61.765
	<b>40.690</b>	<b>61.765</b>	<b>40.690</b>	<b>61.765</b>
<u>Não circulante</u>				
Aplicações financeiras - Fundo Pampulha (nota explicativa nº 5)	48.570	47.634	48.570	47.634
CDB (iii)	8.246	9.108	8.246	-
CM-reinvestimento (iii)	2.524	2.485	2.524	-
Fundos de investimento (iv)	40.250	46.481	17.326	-
Depósitos vinculados (v)	45.409	43.448	-	-
	<b>144.999</b>	<b>149.156</b>	<b>76.666</b>	<b>47.634</b>
	<b>185.689</b>	<b>210.921</b>	<b>117.356</b>	<b>109.399</b>

(iii) Essas aplicações financeiras são mantidas pela Taesa para garantia dos financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas aplicações referem-se basicamente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados à taxa média de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, no exercício findo em 31 de março de 2013 (101% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

(iv) Aplicações financeiras mantidas em Fundos de Investimento (Santander Títulos Públicos, Santander Soberano DI, Fundo Bradesco FIC Referencial DI Federal e Target Bradesco) pela Taesa e suas subsidiárias ATE II e ATE III para garantia dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. A rentabilidade média obtida pelos fundos foi de aproximadamente 98,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de março de 2013 (98,6% em 2012).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(v) Os depósitos vinculados são compostos da seguinte forma:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
<u>Não circulante</u>		(Reapresentado)
Conta reserva em dólar americano - BID	44.043	42.082
Conta reserva em Reais - BNDES	1.366	1.366
	<b>45.409</b>	<b>43.448</b>

Os depósitos vinculados (conta corrente à vista) em conta reserva mantidos pelas subsidiárias ATE II e ATE III, para garantia dos financiamentos junto ao BNDES e ao BID. Essas contas reserva não são remuneradas.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.

## 7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

### I. Clientes

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
		(Reapresentado)		
Clientes	171.254	164.658	140.667	105.640
Provisão de parcela variável (i)	(6.607)	(9.585)	(2.832)	(9.585)
	<b>164.647</b>	<b>155.073</b>	<b>137.835</b>	<b>96.055</b>

(i) Refere-se à provisão de Parcela Variável ("PV") decorrentes dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2012 e no período de janeiro a março de 2013, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo O.N.S., será deduzida dos próximos recebimentos.

Segue abaixo o quadro detalhado com a movimentação no período referente à parcela variável:

	31/12/2012	Adição	Reversão	Valores descontados	31/03/2013
<u>Consolidado (Reapresentado)</u>					
Provisão de Parcela Variável	(9.585)	(18.002)	10.204	10.776	(6.607)
<u>Controladora</u>					
Provisão de Parcela Variável	(9.585)	(14.113)	10.147	10.719	(2.832)

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir encontra-se a relação dos principais desligamentos forçados ou programados em aberto e/ou discussão com a ANEEL:

Concessão	Linha de Transmissão (LT)/ Subestação (SE)	Data da Perturbação	31/03/2013	31/12/2012
ATE II	Colinas - Ribeiro Gonçalves	06/04/2012	(1.701)	(1.758)
TSN	Ibicoara - Sapeaçu	07/09/2012	-	(2.199)
NVT	Colinas - Imperatriz	26/10/2012	-	(5.628)
NVT	SE Imperatriz	10/03/2013	(1.518)	-
ATE II	Colinas - Ribeiro Gonçalves	29/03/2013	(962)	-
Outros			(2.426)	-
<b>Total</b>			<b>(6.607)</b>	<b>(9.585)</b>

A seguir encontra-se a composição por vencimento do saldo de clientes:

CLIENTES CLASSE DE CONSUMIDOR	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
<u>Consolidado</u>					
Industrial	3.077	306	7.525	10.908	12.801
Suprimento a outras concessionárias	156.737	-	3.609	160.346	151.857
	<b>159.814</b>	<b>306</b>	<b>11.134</b>	<b>171.254</b>	<b>164.658</b>
<u>Controladora</u>					
Industrial	2.534	237	6.207	8.978	8.139
Suprimento a outras concessionárias	128.737	-	2.952	131.689	97.501
	<b>131.271</b>	<b>237</b>	<b>9.159</b>	<b>140.667</b>	<b>105.640</b>

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao O.N.S. o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Outras informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 23.

## II. Ativo financeiro

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Circulante	1.006.545	1.006.283	822.320	606.372
Não circulante	5.098.904	5.166.859	3.732.802	2.571.589
	<b>6.105.449</b>	<b>6.173.142</b>	<b>4.555.122</b>	<b>3.177.961</b>

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 6% e 15%,

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

No período de janeiro a março de 2013 o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$169.222 (R\$120.082 no período de janeiro a março de 2012). Na Controladora o efeito foi de R\$124.763 (R\$104.363 no período de janeiro a março de 2012).

A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro em 31 de março de 2013:

Ativo Financeiro	TIR (a)	31/12/12	Adição (b)	Incorporação e transferências *	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	31/03/2013
<b>Consolidado</b>							
TSN	14%	1.175.163	23.645	-	34.924	(59.201)	1.174.531
ETEO	11%	488.037	13	-	12.676	(24.812)	475.914
NVT	15%	1.514.761	-	-	51.302	(75.890)	1.490.173
UNISA	10%	2.549.070	2.010	(2.541.667)	18.275	(27.688)	-
NTE	15%	443.378	43	-	15.546	(22.080)	436.887
STE	10%	-	-	323.606	5.315	(8.116)	320.805
ATE	10%	-	-	661.762	10.234	(15.184)	656.812
ATE II	9%	-	2.036	984.208	14.265	(21.780)	978.729
ATE III	7%	-	-	572.091	6.642	(10.362)	568.371
SGT	6%	2.733	451	-	43	-	3.227
<b>TOTAL</b>		<b>6.173.142</b>	<b>28.198</b>	<b>-</b>	<b>169.222</b>	<b>(265.113)</b>	<b>6.105.449</b>
<b>Controladora</b>							
TSN	14%	1.175.163	23.645	-	34.924	(59.201)	1.174.531
ETEO	11%	488.037	13	-	12.676	(24.812)	475.914
NVT	15%	1.514.761	-	-	51.302	(75.890)	1.490.173
NTE	15%	-	43	441.226	10.312	(14.694)	436.887
STE	10%	-	-	323.606	5.315	(8.116)	320.805
ATE	10%	-	-	661.762	10.234	(15.184)	656.812
<b>TOTAL</b>		<b>3.177.961</b>	<b>23.701</b>	<b>1.426.594</b>	<b>124.763</b>	<b>(197.897)</b>	<b>4.555.122</b>

(\*) Refere-se às transferências decorrentes do processo de incorporação ocorrida em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº 1.

A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro em 31 de março de 2012:

Ativo Financeiro	TIR (a)	31/12/11	Adição (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	31/03/12
						(Reapresentado)
<b>Consolidado</b>						
TSN	14%	1.199.404	1.178	38.668	(60.164)	1.179.086
ETEO	11%	499.529	-	13.487	(23.792)	489.224
NVT	15%	1.541.641	-	52.208	(72.788)	1.521.061
NTE	15%	448.488	-	15.719	(21.163)	443.044
<b>TOTAL</b>		<b>3.689.062</b>	<b>1.178</b>	<b>120.082</b>	<b>(177.907)</b>	<b>3.632.415</b>
<b>Controladora</b>						
TSN	14%	1.199.404	1.178	38.668	(60.164)	1.179.086
ETEO	11%	499.529	-	13.487	(23.792)	489.224
NVT	15%	1.541.641	-	52.208	(72.788)	1.521.061
<b>TOTAL</b>		<b>3.240.574</b>	<b>1.178</b>	<b>104.363</b>	<b>(156.744)</b>	<b>3.189.371</b>

(a) Refere-se à taxa interna de retorno anual utilizada para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(b) As adições referentes ao período findo em 31 de março de 2013 estão relacionadas basicamente a receita de construção dos reforços e concessões em fase de construção:

Concessão LT/SE	Reforço/concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão	REIDI
TSN Subestação Sapeaçu	1 Compensador Estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução autorizativa nº 2.946, 07/06/2011.	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 437, 14/07/2011 e Ato Declaratório Executivo No- 203, 23/11/2011.
ATE II Subestação São João do Piauí	Instalação do banco de reatores manobrável em 500 kV, 3x60 (180) Mvar.	Resolução Autorizativa nº 3.029, 09/08/2011.	R\$2,4 milhões	20 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 545, 21/09/2011 e Ato Declaratório Executivo nº 44, 26/04/2012.
TSN Subestação Sapeaçu	Instalação do 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e Instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, 31/01/2012.	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL.	Portaria MME nº 160, publicada em 21/03/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 188, 23/08/2012.
SGT Subestação São Gotardo 2	Contrato de Concessão nº 024/2012 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão Nº 5/2012-ANEEL.	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão.	Portaria MME nº 128, publicada em 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, 19/11/2012.

(c) As adições referentes ao período findo em 31 de março de 2012 estão relacionadas basicamente a receita de construção dos reforços e concessões em fase de construção:

Concessão LT/SE	Reforço/concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão	REIDI
TSN Subestação Ibicoara	Dois disjuntores para a SE de 500 kV de Ibicoara para adequação do arranjo de barramento	Resolução autorizativa nº 2.946, 07/06/2011.	R\$1,7 milhões	18 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Projeto concluído em Set/12.	Portaria MME nº 437, 14/07/2011 e Ato Declaratório Executivo No- 203, 23/11/2011.

#### Acordo de concessão de serviços

O Grupo Taesa, por meio das concessões TSN, ETEO, Novatrans, Brasnorte, ETAU, NTE, ATE, ATE II, ATE III, STE e SGT assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Abaixo encontram-se as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL:

Receita Anual Permitida - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo IGP-M (TSN, GTESA, PATESA, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II e STE) e IPCA (Brasnorte, ATE III e SGT).

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente. A partir do 16º - ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo final da concessão. No caso das concessões detidas pela Brasnorte e SGT, bem como os reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano de 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º - ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela Variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST - Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% (dois por cento) do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do art. 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias junto ao órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos estados, onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o poder concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP)

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão (DIT), que não pertencem à Rede Básica, é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Esta remuneração não varia com a sua disponibilidade.

A seguir encontra-se a composição da receita das concessionárias de acordo com as Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL:

- Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.313 de 26 de junho de 2012:

Ciclo 2012-2013	RAP RBL	RAP RBNI	Fronteira		DIT (exclusivo)		Total	PA Apuração	Total líquido
			RBNI	RBL	RPEC	RCDM			
TSN	351.330	-	10.031	-	-	-	361.361	(14.325)	347.036
GTESA	6.610	-	-	-	-	-	6.610	(266)	6.344
MUNIRAH	27.116	-	-	-	-	-	27.116	(1.088)	26.028
PATESA	15.875	-	-	-	-	-	15.875	(637)	15.238
ETEO	130.696	-	-	-	-	-	130.696	(5.250)	125.446
NOVATRANS	386.272	-	-	-	-	-	386.272	(15.515)	370.757
ETAU (*)	14.869	79	1.291	-	-	709	16.948	(447)	16.501
BRASNORTE (*)	6.910	861	-	694	34	-	8.499	(303)	8.196
NTE	113.774	-	-	-	-	-	113.774	(4.570)	109.204
ATE	110.734	-	-	-	-	-	110.734	(5.433)	105.301
ATE II	168.557	-	-	-	-	-	168.557	(6.764)	161.793
ATE III	77.883	2	-	-	-	-	77.885	(3.103)	74.782
STE	59.214	1.496	-	-	-	-	60.710	(2.436)	58.274
<b>TOTAL</b>	<b>1.469.840</b>	<b>2.438</b>	<b>11.322</b>	<b>694</b>	<b>34</b>	<b>709</b>	<b>1.485.037</b>	<b>(60.137)</b>	<b>1.424.900</b>

(\*) Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em 31 de março de 2013.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011:

Ciclo 2011-2012	RAP				DIT		Total	PA Apuração	Total líquido
	RBL	RBNI	RBNI FR	RBL FR	RPEC	RCDM			
TSN	336.971	9.257	-	-	-	-	346.228	(2.866)	343.362
MUNIRAH	26.008	-	-	-	-	-	26.008	127	26.135
GTESA	6.340	-	-	-	-	-	6.340	(53)	6.287
PATESA	15.226	-	-	-	-	-	15.226	62	15.288
NOVATRANS	370.484	-	-	-	-	-	370.484	(3.073)	367.411
ETAU (*)	14.261	75	1.238	-	-	680	16.254	(326)	15.928
ETEO	125.354	-	-	-	-	-	125.354	(1.040)	124.314
BRASNORTE (*)	6.584	820	-	661	33	-	8.098	50	8.148
NTE	63.656	-	-	-	-	-	63.656	-	63.656
STE (*)	16.565	419	-	-	-	-	16.984	202	17.186
ATE (*)	30.977	-	-	-	-	-	30.977	128	31.105
ATEII (*)	47.153	-	-	-	-	-	47.153	230	47.383
ATEIII (*)	21.636	1	-	-	-	-	21.637	81	21.718
<b>TOTAL</b>	<b>1.081.215</b>	<b>10.572</b>	<b>1.238</b>	<b>661</b>	<b>33</b>	<b>680</b>	<b>1.094.399</b>	<b>(6.478)</b>	<b>1.087.921</b>

(\*) Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões. Nos casos específicos da NTE e das controladas da UNISA temos: NTE - 100% de 7 meses (dezembro de 2011 a junho de 2012) e controladas da UNISA - 50% de 7 meses (dezembro de 2011 a junho de 2012).

Em que:

- RAP - RBL - Rede Básica Licitada;
- RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações;
- RAP - RBNI FR - Rede Básica Novas Instalações - Fronteira;
- RAP - RBL FR - Rede Básica Licitada - Fronteira;
- RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão;
- RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão;
- RAP - RB - Receita Básica;
- RAP - RBF - Receita Básica de Fronteira;
- RAP - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão; e
- PA - APURAÇÃO - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2009-2010/2010-2011).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL antecipados	1.969	3.311	1.947	1.566
PIS e COFINS a compensar (c)	47.777	56.076	14.682	14.592
IRPJ e CSLL a compensar	20.631	19.376	3.959	4.518
Imposto de renda retido na fonte	115	2.852	62	-
IRRF, CSLL, PIS, COFINS - Lei nº 10.833/03 (a)	10.105	7.313	248	374
Outros	1.313	998	439	221
	<b>81.910</b>	<b>89.926</b>	<b>21.337</b>	<b>21.271</b>
<b>Circulante</b>	64.816	70.711	21.337	21.271
<b>Não circulante</b>	17.094	19.215	-	-
	<b>81.910</b>	<b>89.926</b>	<b>21.337</b>	<b>21.271</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL correntes (b)	8.749	12.912	7.741	3.514
PIS e COFINS	2.928	3.265	2.915	2.511
INSS e FGTS	1.518	1.620	1.267	1.229
ISS	594	821	114	96
CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833	402	538	36	84
ICMS	1.717	1.777	116	173
Outros	286	615	82	271
	<b>16.194</b>	<b>21.548</b>	<b>12.271</b>	<b>7.878</b>

- (a) Referem-se aos impostos e contribuições sociais (IRRF, CSLL, PIS e COFINS) retidos na fonte sobre os serviços prestados aos órgãos e entidades da administração pública pela Taesa, ATE II e ATE III.
- (b) Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL, a qual contempla as antecipações mensais calculadas com base em balanços de suspensão ou redução pela Taesa, NTE, ATE II e ATE III, bem como a provisão de IRPJ e CSLL apuradas pela SGT calculadas com base no regime do lucro presumido no montante de R\$2 (R\$1 em 31 de dezembro de 2012). Esses passivos foram compensados com as antecipações de IRPJ e CSLL efetuadas pelo Grupo Taesa até 31 de março de 2013 no montante de R\$17.661 (R\$118.183 em 31 de dezembro de 2012) e na controladora no montante de R\$13.952 (R\$52.978 em 31 de dezembro de 2012).
- (c) Refere-se basicamente aos créditos de PIS e COFINS apurados pelo regime não cumulativo, bem como crédito tributário de COFINS reconhecido em 2012, relativo ação de indébito tributário, proposta pela TSN e Novatrans, a qual foi transitada em julgado, no valor total de R\$12.284, sendo R\$5.464 de principal e R\$6.820 de juros.

A Administração está desenvolvendo um plano para aproveitamento de seus créditos tributários, respeitando o prazo legal para aproveitamento de créditos de impostos pagos em exercícios anteriores e, caso seja constatada a impossibilidade de recuperação por meio de compensação, será pleiteada na Receita Federal do Brasil a restituição desses valores.

Os valores registrados como não circulante, referem-se aos impostos que, de acordo com a capacidade de realização da Companhia, não serão compensados nos próximos 12 (doze) meses. Não há nenhuma evidência de *impairment* para estes ativos.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS**

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre o prejuízo fiscal, a base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo TAESA.

A seguir, apresentamos os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos líquidos segregados por empresa, apresentados no balanço patrimonial consolidado e controladora:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo (Reapresentado)	Passivo (Reapresentado)	Efeito líquido ativo (passivo) (Reapresentado)
TAESA	547.465	(353.276)	194.189	551.814	(270.468)	281.346
<b>Ativo</b>	<b>547.465</b>	<b>(353.276)</b>	<b>194.189</b>	<b>551.814</b>	<b>(270.468)</b>	<b>281.346</b>
NTE	-	-	-	695	(45.003)	(44.308)
ATE II/ATE III	23.398	(27.749)	(4.351)	-	-	-
UNISA	-	-	-	23.075	(142.817)	(119.742)
SGT	-	(99)	(99)	-	(84)	(84)
<b>Passivo</b>	<b>23.398</b>	<b>(27.848)</b>	<b>(4.450)</b>	<b>23.770</b>	<b>(187.904)</b>	<b>(164.134)</b>
	<b>570.863</b>	<b>(381.124)</b>	<b>189.739</b>	<b>575.584</b>	<b>(458.372)</b>	<b>117.212</b>

Os principais saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos estão apresentados a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio (a)	525.770	532.806	525.770	532.806
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT (b)	26.847	23.310	21.695	19.008
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais	18.246	19.468	-	-
	<b>570.863</b>	<b>575.584</b>	<b>547.465</b>	<b>551.814</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT (b)	<b>381.124</b>	<b>458.372</b>	<b>353.276</b>	<b>270.468</b>
<b>Total líquido</b>	<b>189.739</b>	<b>117.212</b>	<b>194.189</b>	<b>281.346</b>

- (a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009, da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010, bem como da incorporação da NTE, ATE e STE em 31.01.2013.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	Base de Cálculo	31/03/2013			31/12/2012		
		IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
					(Reapresentado)		
<b>Consolidado</b>							
Rateio antecipação e parcela de ajuste	49.430	12.357	4.449	16.806	10.185	3.666	13.851
Provisão para participação nos lucros	11.390	2.847	1.025	3.872	2.192	789	2.981
Provisão para fornecedores	9.084	2.271	818	3.089	730	263	993
Provisão para parcela variável	4.111	1.028	370	1.398	2.481	893	3.374
Provisão para riscos trabalhistas	1.328	332	120	452	194	70	264
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	-	-	13	5	18
Ajustes Lei nº 11.638/07 e 11.941/09:							
- Ajuste a valor de mercado - Derivativos	2.552	637	230	867	958	345	1.303
- Ativo diferido - despesas pré operacionais	1.069	267	96	363	387	139	526
<b>Total do ativo</b>		<b>19.739</b>	<b>7.108</b>	<b>26.847</b>	<b>17.140</b>	<b>6.170</b>	<b>23.310</b>
Ajustes da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09:							
- Aplicação do ICPC01(R1) - Contratos de concessão	1.061.479	264.626	95.278	359.904	321.762	115.844	437.606
Varição cambial - Regime caixa	62.413	15.603	5.617	21.220	15.269	5.497	20.766
<b>Total do passivo</b>		<b>280.229</b>	<b>100.895</b>	<b>381.124</b>	<b>337.031</b>	<b>121.341</b>	<b>458.372</b>
<b>Controladora</b>							
Rateio antecipação e parcela de ajuste	41.783	10.446	3.760	14.206	8.720	3.139	11.859
Provisão para parcela variável	2.765	691	249	940	2.396	862	3.258
Provisão para participação nos lucros	11.390	2.847	1.025	3.872	2.054	739	2.793
Provisão para fornecedores	5.503	1.376	495	1.871	219	79	298
Provisão para contingências trabalhistas	1.299	325	117	442	188	68	256
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	-	-	13	5	18
Ajustes Lei nº 11.638/07 e 11.941/09:							
- Ativo diferido - despesas pré-operacionais	1.069	267	97	364	387	139	526
<b>Total do ativo</b>		<b>15.952</b>	<b>5.743</b>	<b>21.695</b>	<b>13.977</b>	<b>5.031</b>	<b>19.008</b>
Ajustes da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09:							
- Aplicação do ICPC01(R1) - Contratos de concessão	1.039.047	259.761	93.515	353.276	198.874	71.594	270.468
<b>Total do passivo</b>		<b>259.761</b>	<b>93.515</b>	<b>353.276</b>	<b>198.874</b>	<b>71.594</b>	<b>270.468</b>

Expectativa de realização de impostos e contribuições diferidos ativos

Com base nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, elaborados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
<b>Ágio</b>							
Imposto de renda	14.536	20.985	22.993	24.692	25.139	253.715	362.060
Contribuição social	6.573	9.436	10.340	11.103	11.304	114.954	163.710
	<b>21.109</b>	<b>30.421</b>	<b>33.333</b>	<b>35.795</b>	<b>36.443</b>	<b>368.669</b>	<b>525.770</b>
<b>Diferenças temporárias</b>							
Imposto de renda	14.669	4.145	27	27	27	845	19.740
Contribuição social	5.281	1.492	10	10	10	304	7.107
	<b>19.950</b>	<b>5.637</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>1.149</b>	<b>26.847</b>
<b>Prejuízos fiscais e base negativa CSLL</b>							
Imposto de renda	1.927	2.892	2.892	2.892	2.892	-	13.495
Contribuição social	679	1.018	1.018	1.018	1.018	-	4.751
	<b>2.606</b>	<b>3.910</b>	<b>3.910</b>	<b>3.910</b>	<b>3.910</b>	<b>-</b>	<b>18.246</b>
	<b>43.665</b>	<b>39.968</b>	<b>37.280</b>	<b>39.742</b>	<b>40.390</b>	<b>369.818</b>	<b>570.863</b>

As Administrações da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. Os referidos estudos são aprovados pelo Conselho de Administração ao final de cada exercício.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Com base nestes estudos, a Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. De acordo com o art. 510 do Regulamento do imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

**10. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
<b>Passivo</b>				
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias - RTT (a)	<b>309.378</b>	<b>313.385</b>	<b>177.312</b>	<b>114.849</b>

(a) Ajustes basicamente relacionados à aplicação do ICPC01(R1) - Contratos de Concessão.

**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
Cíveis (a)	5.148	5.148	3.485	1.243
Fiscais (b)	7.219	7.219	5.865	2.227
Trabalhistas	135	142	129	129
	<b>12.502</b>	<b>12.509</b>	<b>9.479</b>	<b>3.599</b>

As descrições dos principais saldos encontram-se a seguir:

**(a) Cíveis**

**Faixa de Servidão** - Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN e Taesa Serviços, NTE, ATE, ATE II, ATE III e STE relativos aos processos de faixa de servidão. Não foi constituída provisão para riscos cíveis, haja vista que a expectativa de perda nesses processos é considerada possível ou remota. Em 31 de março de 2013 o valor de depósitos judiciais cíveis referentes à faixa de servidão era R\$2.160 e em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 2.160.

**Taxa de compensação Ibama** - Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação, sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que a empresa cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R\$1.088.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Consórcio Colinas - No decorrer do exercício de 2008 as empresas que participam do Consórcio Colinas contratado para a construção das linhas de transmissão entraram em litígio e conseqüentemente, os assessores jurídicos da ATE II decidiram efetuar a liquidação do contas a pagar decorrente da prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro 2012. Este valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica outras contas a pagar, no passivo não circulante no mesmo montante.

**(b) Fiscais**

Contribuição previdenciária - Mandado de segurança impetrado pela TSN visando a obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, a expectativa de perda neste processo é considerada possível. O saldo registrado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$727.

Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário - 2001. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, a expectativa de perda neste processo é considerada possível. O saldo registrado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$514.

IPI - Ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produto Industrializado - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda neste processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$771.

ICMS - Ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços (sucedida pela Taesa) em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda neste processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$215.

Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda neste processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.474.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**ICMS** - Trata-se de depósito para garantir a execução fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de Transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal para a empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à execução fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não obtivemos sentença. O saldo registrado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.337.

## 12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

<b>Balanco patrimonial</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		(Reapresentado)
Controladas	1.092.330	2.166.745
Controladas em conjunto	164.247	161.733
	<b>1.256.577</b>	<b>2.328.478</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2012</b>
		(Reapresentado)
Controladas	35.381	13.909
Controladas em conjunto	2.514	27.987
	<b>37.895</b>	<b>41.896</b>

### a) Investimentos em controladas

<b>Nome da controlada</b>	<b>Quantidade de ações</b>		<b>Participação - %</b>	
	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
NTE (*)	-	147.183.428	-	100%
UNISA (*)	-	1.585.626.758	-	100%
ATEII (*)	561.643.241	-	100%	-
ATEIII (*)	379.500.000	-	100%	-
SGT	999	999	100%	100%

(\*) Empresas incorporadas e transferência de controle ocorrida em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº 1.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas da Companhia, vide nota explicativa nº 1. Nenhuma das controladas da Companhia tem suas ações negociadas em bolsa de valores e são empresas de capital fechado.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A movimentação dos investimentos em controladas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - CPC 15(R1), apresentado nas informações financeiras individuais (Controladora), é como segue:

	CONTROLADAS					TOTAL
	NTE	UNISA	ATE II	ATE III	SGT	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>332.606</b>	-	-	-	-	<b>332.606</b>
Integralização de capital	-	-	-	-	2.401	2.401
Transferência de participação de controlada em conjunto	-	831.024	-	-	-	831.024
Ganho na remensuração de participação detida anteriormente	-	45.169	-	-	-	45.169
Aquisição de participação	-	876.193	-	-	-	876.193
Equivalência patrimonial (i)	59.763	145.840	-	-	96	205.699
Dividendos intercalares pagos	(26.097)	(87.223)	-	-	-	(113.320)
Dividendos a receber 2012	(13.027)	-	-	-	-	(13.027)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>353.245</b>	<b>1.811.003</b>	-	-	<b>2.497</b>	<b>2.166.745</b>
Integralização de capital	-	-	-	-	864	864
Incorporação de subsidiárias integrais (ii)	(356.642)	(1.832.089)	724.809	353.262	-	(1.110.660)
Equivalência patrimonial	3.397	21.086	7.891	2.958	49	35.381
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	-	-	<b>732.700</b>	<b>356.220</b>	<b>3.410</b>	<b>1.092.330</b>

- (i) O valor refere-se à equivalência patrimonial de janeiro a março de 2012 no valor de R\$13.909 e à equivalência patrimonial de abril a dezembro no valor de R\$191.790.
- (ii) Empresas incorporadas e transferência de controle ocorrida em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº 1.

ATE - No dia 30 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária da ATE deliberou pelo pagamento de R\$9.188 até o dia 31 de dezembro de 2012 à sua controladora UNISA, a título de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2011, até o dia 31 de dezembro de 2012, que foram pagos em 29 de novembro de 2012.

ATEII - No dia 30 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE II deliberou pelo pagamento de R\$10.700, a título de dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2011, que foram pagos no dia 15 de agosto de 2012.

SGT - No dia 6 de junho de 2012 a TAESA sagrou-se vencedora do Lote E do leilão nº 005/2012 promovido pela ANEEL, à qual a ANEEL outorgará o direito de explorar, por 30 anos, a concessão que compreende duas funções de transmissão dentro da subestação de São Gotardo 2, no Estado de Minas Gerais (SE São Gotardo 2 345/138kV, (3+1)x100MVA). Com o objetivo de explorar essa concessão, a Companhia constituiu uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, denominada "São Gotardo Transmissora de Energia S.A.". A Taesa não ofereceu desconto em relação à base inicial de RAP de R\$3.739 e espera concluir a construção dentro dos 18 meses estipulados pela ANEEL, a contar da assinatura do Contrato de Concessão nº 024/2012, celebrado em 27 de agosto de 2012.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Conforme descrito no quadro a seguir, foram deliberadas as subscrições de capital social na SGT como segue:

Data	Aprovação	Evento	Capital subscrito	Capital integralizado	Capital a integralizar
12/06/2012	AGC	Constituição da Companhia	1	(1)	-
10/10/2012	AGE	Aumento de capital	2.400	(2.400)	-
12/11/2012	AGE	Aumento de capital (i)	864	(864)	-
10/12/2012	AGE	Aumento de capital (ii)	864	-	864
			<b>4.129</b>	<b>(3.265)</b>	<b>864</b>

(i) Este aumento de capital foi integralizado em janeiro de 2013; e

(ii) A integralização desse aumento de capital ocorrerá até o final do exercício.

Os aumentos de capital em questão visam conferir à Companhia os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social.

A Taesa já iniciou as etapas de enquadramento do projeto para financiamento com o BNDES.

b) Investimentos em controladas em conjunto

Em 31 de março de 2013, a Companhia possui controle compartilhado da ETAU e Brasnorte, por meio de acordo de acionistas assinado com as empresas descritas abaixo:

- ETAU: Eletrosul Centrais Elétricas S.A ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT").
- Brasnorte: Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A ("Bimetal").

A seguir encontram-se os contratos de concessão das controladas em conjunto ETAU e BRASNORTE:

	CONCESSÕES	AQUISIÇÃO/ CONSTITUIÇÃO CONTRATO DE CONCESSÃO	INÍCIO DA CONCESSÃO TÉRMINO DA CONCESSÃO	LOCALIDADES DAS SUBESTAÇÕES	EXTENSÃO/TENSÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO	
<b>E T A U</b>	ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/02/2032	Campos Novos - SC Barra Grande - SC Lagoa Vermelha 2 - RS Santa Marta - RS	188 km	230 kV
<b>B R A S N O R T E</b>	Brasnorte Transmissora de Energia	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	Juba - MT Jauru - MT Brasnorte - MT Nova Mutum - MT	382 km	230 kV
				<b>TOTAL</b>	<b>570 Km</b>	

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu da Abengoa 50% das ações do capital votante da UNISA que detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III. Os 50% remanescentes foram adquiridos em 3 de julho de 2012, quando a Unisa deixou de ser uma controlada em conjunto e passou a ser uma controlada integral da Taesa.

Os investimentos nas controladas em conjunto são mensurados pela Companhia usando-se o método de equivalência patrimonial. Nenhuma das controladas em conjunto da Companhia tem suas ações negociadas em bolsa de valores e são empresas de capital fechado. A data final de reporte das demonstrações financeiras destas controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada exercício.

A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto, com o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago, apresentado nas informações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

	UNISA	ETAU	BRASNORTE	TOTAL
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>801.040</b>	<b>77.210</b>	<b>79.749</b>	<b>957.999</b>
Equivalência patrimonial (i)	29.984	7.756	5.868	43.608
Transferência de participação para "controlada integral"	(831.024)	-	-	(831.024)
Dividendos a receber 2011	-	-	(2.776)	(2.776)
Dividendos a receber 2012	-	(90)	(440)	(530)
Dividendos a receber 2011 - adicionais propostos aprovados	-	(5.544)	-	(5.544)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>79.332</b>	<b>82.401</b>	<b>161.733</b>
Equivalência patrimonial	-	1.471	1.043	2.514
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	<b>-</b>	<b>80.803</b>	<b>83.444</b>	<b>164.247</b>

(i) O valor refere-se à equivalência patrimonial de janeiro a março de 2012 no valor de R\$27.987 e à equivalência patrimonial de abril a dezembro no valor de R\$15.621.

Dividendos deliberados ETAU – No dia 24 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU deliberou pelo pagamento de R\$ 5.669 (valor equivalente a participação da Companhia) até o dia 31 de dezembro de 2012, a título de dividendos referentes ao exercício de 2011. Em 07 de agosto de 2012, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A, solicitou anuência ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para o pagamento dos dividendos, referente o exercício de 2011, com a anuência do BNDES obtida em 17 de setembro de 2012. Em decorrência de fatores macroeconômicos e por força das restrições impostas pela conta-reserva do BNDES, não foi possível efetuar o pagamento integral do montante total de dividendos declarados por ocasião da AGOE supracitada. Assim, em 27 de dezembro de 2012, foram pagos R\$4.732 (valor equivalente a participação da Companhia) e o saldo remanescente, no valor de R\$937 (valor equivalente a participação da Companhia) foi pago em 26 de março de 2013.

#### Informações Financeiras e Outras

Composição Acionaria	Quantidade de ações		Participação - %	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	3/12/2012
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
BRASNORTE	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Abaixo se encontram as informações financeiras resumidas apresentadas nas demonstrações financeiras individuais das controladas em conjunto em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC:

Balanco Patrimonial	31/03/2013			31/12/2012		
	ETAU	BRASNORTE	TOTAL	ETAU	BRASNORTE	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	4.063	9.149	13.212	2.151	8.895	11.046
Ativo financeiro (a)	18.648	18.832	37.480	18.648	18.832	37.480
Outros ativos circulantes	4.301	3.739	8.040	4.094	9.937	14.031
<b>Ativos circulantes</b>	<b>27.012</b>	<b>31.720</b>	<b>58.732</b>	<b>24.893</b>	<b>31.442</b>	<b>56.335</b>
Ativo financeiro (a)	102.680	260.814	363.494	104.314	261.699	366.013
Outros ativos não circulantes	3.851	366	4.217	3.748	91	3.839
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>106.531</b>	<b>261.180</b>	<b>367.711</b>	<b>108.062</b>	<b>262.090</b>	<b>370.152</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	6.982	10.780	17.762	6.996	10.760	17.756
Outros passivos circulantes	2.489	11.025	13.514	4.151	10.947	15.098
<b>Passivos circulantes</b>	<b>9.471</b>	<b>21.805</b>	<b>31.276</b>	<b>11.147</b>	<b>21.707</b>	<b>32.854</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	26.288	24.187	50.475	28.078	26.851	54.929
Outros passivos não circulantes	5.937	31.091	37.028	6.030	31.853	37.883
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>32.225</b>	<b>55.278</b>	<b>87.503</b>	<b>34.108</b>	<b>58.704</b>	<b>92.812</b>
<b>Patrimônio Líquido individual</b>	<b>91.847</b>	<b>215.817</b>	<b>307.664</b>	<b>87.700</b>	<b>213.121</b>	<b>300.821</b>
<b>Patrimônio Líquido individual participação Taesa</b>	<b>48.297</b>	<b>83.444</b>	<b>131.741</b>	<b>46.116</b>	<b>82.401</b>	<b>128.517</b>
Valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	32.506	-	32.506	33.216	-	33.216
<b>Investimento total Taesa</b>	<b>80.803</b>	<b>83.444</b>	<b>164.247</b>	<b>79.332</b>	<b>82.401</b>	<b>161.733</b>

Demonstração do Resultado	31/03/2013		
	ETAU	BRASNORTE	Total
Receita operacional líquida	6.218	4.392	10.610
Custos e Despesas	(1.227)	(1.603)	(2.830)
Receitas financeiras	90	140	230
Despesas financeiras	(635)	(807)	(1.442)
Resultado financeiro	(545)	(667)	(1.212)
IR e CSLL correntes e diferidos	(299)	574	275
<b>Lucro do período</b>	<b>4.147</b>	<b>2.696</b>	<b>6.843</b>
<b>Lucro do período participação da Taesa</b>	<b>2.181</b>	<b>1.043</b>	<b>3.224</b>
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(710)	-	(710)
<b>Resultado de equivalência Taesa</b>	<b>1.471</b>	<b>1.043</b>	<b>2.514</b>
<b>Lucro abrangente do período</b>	<b>4.147</b>	<b>2.696</b>	<b>6.843</b>
<b>Lucro abrangente do período participação da Taesa</b>	<b>2.181</b>	<b>1.043</b>	<b>3.224</b>
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(710)	-	(710)
<b>Resultado de equivalência Taesa</b>	<b>1.471</b>	<b>1.043</b>	<b>2.514</b>

Demonstração do Resultado	31/03/2012			
	ETAU	BRASNORTE	UNISA	Total
Receita operacional líquida	5.529	4.262	78.884	88.675
Custos e Despesas	(1.162)	(1.352)	(9.500)	(12.014)
Receitas financeiras	109	274	9.040	9.423
Despesas financeiras	(766)	(1.500)	(175)	(2.441)
Resultado financeiro	(657)	(1.226)	8.865	6.982
IR e CSLL correntes e diferidos	(409)	(404)	(22.019)	(22.832)
<b>Lucro do período</b>	<b>3.301</b>	<b>1.280</b>	<b>56.230</b>	<b>60.811</b>
<b>Lucro do período participação da Taesa</b>	<b>1.736</b>	<b>495</b>	<b>28.115</b>	<b>30.346</b>
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(737)	-	(1.622)	(2.359)
<b>Resultado de equivalência Taesa</b>	<b>999</b>	<b>495</b>	<b>26.493</b>	<b>27.987</b>
<b>Lucro abrangente do período</b>	<b>3.301</b>	<b>1.280</b>	<b>56.230</b>	<b>60.811</b>
<b>Lucro abrangente do período participação da Taesa</b>	<b>1.736</b>	<b>495</b>	<b>28.115</b>	<b>30.346</b>
Apropriação do valor justo alocado ativo financeiro, líquido de impostos	(737)	-	(1.622)	(2.359)
<b>Resultado de equivalência Taesa</b>	<b>999</b>	<b>495</b>	<b>26.493</b>	<b>27.987</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Ativo Financeiro

A seguir encontra-se a movimentação do ativo financeiro em 31 de março de 2013:

<b>Linha de transmissão ETAU</b>	<b>TIR</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Juros e atualização monetária</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/03/2013</b>
Campos Novos/ Santa Marta	11%	122.962	3.298	(4.932)	121.328

<b>Linha de transmissão Brasnorte</b>	<b>TIR</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Adição</b>	<b>Juros e atualização monetária</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/03/2013</b>
Jubá/Jauru e Maggi/Nova Mutum	6%	280.531	86	3.879	(4.850)	279.646

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares a da Taesa descritas na nota explicativa nº 7 – Receita Anual Permitida.

(b) Empréstimos e financiamentos

ETAU - Abaixo se encontram as informações sobre os termos contratuais do financiamento com o BNDES com juros mensurados pelo custo amortizado:

	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>TOTAL</b>	
	<b>Encargos da dívida</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
BNDES	<b>124</b>	<b>6.858</b>	<b>6.982</b>	<b>26.288</b>	<b>26.288</b>	<b>33.270</b>	<b>35.074</b>

O contrato de financiamento contempla as seguintes cláusulas restritivas:

- Manter durante o período de amortização o índice de cobertura da dívida ("ICD") de, no mínimo, 1,3 vezes; a periodicidade do cálculo do ICD é anual;
- Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" (Conta Receita) aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES e manter até o final da liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "Conta Reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária, 3 (três) meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar as receitas vinculadas sem prévio e expresse consentimento do BNDES.
- Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES;
- Sem prévia autorização do BNDES: não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas.
- Não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES.
- Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 31 de março de 2013 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela ETAU.

Abaixo se encontram as garantias dadas pela ETAU para o respectivo contrato:

- 100% das ações da ETAU detidas pelos controladores: TAESA, Eletrosul, CEEE e DME;
- Direitos da concessão ETAU; e
- Recebíveis da concessão ETAU.

Brasnorte - Abaixo se encontram informações sobre os termos contratuais do empréstimo com a Caixa Econômica Federal (CEF) com juros mensurados pelo custo amortizado:

	PASSIVO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		TOTAL	
	Encargos da dívida	Principal	Total	Principal	Total	31/03/2013	31/12/2012
CEF	156	10.833	10.989	24.375	24.375	35.364	38.070
Custos de captação	-	(209)	(209)	(188)	(188)	(397)	(459)
	<b>156</b>	<b>10.624</b>	<b>10.780</b>	<b>24.187</b>	<b>24.187</b>	<b>34.967</b>	<b>37.611</b>

O contrato de financiamento em moeda nacional acordado com a Caixa Econômica Federal contempla as seguintes cláusulas restritivas:

- Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" (Conta Receita) aberta para tal fim.
- Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar os direitos creditórios dados em garantia, sem prévio e expresso consentimento da CEF. A Companhia obriga-se a não alienar ou oferecer em garantia o seu ativo permanente, sem prévia anuência da CEF. Na hipótese de venda, total ou parcial, das ações pertencentes a qualquer dos acionistas a um terceiro estranho à sociedade, será necessária prévia autorização. Apresentar trimestralmente cópia devidamente registrada pelo órgão competente de seu Estatuto Social e eventuais alterações.
- Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a sua atividade devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

Em 31 de março de 2013 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Brasnorte.

Abaixo se encontram as garantias dadas pela Brasnorte para o respectivo contrato:

- 100% das ações da Brasnorte detidas pelos controladores: Taesa, Eletronorte e Bimetal;
- Direitos creditórios (recebíveis) da concessão Brasnorte; e
- Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(c) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

ETAU - A Administração da ETAU, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Cíveis	<b>321</b>	<b>321</b>

Em 31 de março de 2013, existiam outros processos cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$62, sendo R\$41 em contingências cíveis e R\$21 em contingências trabalhistas (R\$222 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$201 em contingências cíveis e R\$21 em contingências trabalhistas), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Brasnorte - A Administração da Brasnorte, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituiu nenhuma provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Em 31 de março de 2013 o montante de causas possíveis era de R\$280, sendo R\$82 em contingências cíveis e R\$198 em contingências tributárias (R\$218 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$20 em contingências cíveis e R\$198 em contingências tributárias), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

(d) Licenças Ambientais das controladas em conjunto:

A seguir quadro detalhado das licenças ambientais expedidas à ETAU e BRASNORTE:

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de Emissão	Vencimento	Renovação
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	05/10/2007	05/10/2014	Licença renovada até 05/10/2014
Brasnorte	Juba - Jauru	298161/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/2012), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA 237/97)
	Brasnorte - Nova Mutum	298160/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/2012) de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA 237/97)

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>				
Adiantamentos diversos	10.121	15.733	9.303	11.915
Partes relacionadas (f)	70	70	22.891	23.583
Antecipações de P&D (a)	20.361	19.425	20.325	15.854
Outras contas a receber	11.988	8.984	10.570	3.010
	<b>42.540</b>	<b>44.212</b>	<b>63.089</b>	<b>54.362</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Partes relacionadas (f)	-	-	38	361
Outras contas a receber (e)	7.256	6.663	5.254	4.636
	<b>7.256</b>	<b>6.663</b>	<b>5.292</b>	<b>4.997</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Folha de pagamento	18.582	14.485	18.582	13.531
Compensação ambiental (b)	3.712	3.716	2.049	1.431
Outras contas a pagar (g)	3.805	3.986	2.265	726
	<b>26.099</b>	<b>22.187</b>	<b>22.896</b>	<b>15.688</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (c)	51.215	45.944	43.569	36.665
Partes relacionadas (f)	298	298	1.821	1.834
Outras contas a pagar	1.847	1.668	184	4
	<b>53.360</b>	<b>47.910</b>	<b>45.574</b>	<b>38.503</b>

- (a) Refere-se às antecipações dos valores aplicados pela Companhia em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão compensados com o passivo que a Companhia possui de Taxas Regulamentares (Pesquisa e Desenvolvimento) nos montantes de R\$20.361 no consolidado e R\$20.325 na controladora em 31 de março de 2013 (R\$19.425 no consolidado e R\$15.854 na controladora em 31 de dezembro de 2012), quando da aprovação pela Aneel e o encerramento dos respectivos projetos. Esse passivo não pode ser baixado, a nenhum título, sem a prévia anuência da Aneel.
- (b) Refere-se à provisão das obrigações com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental cujo desembolso no período de janeiro a março de 2013 foi de R\$39 (R\$836 em 2012). A Administração da Companhia entende que independentemente dos desembolsos efetuados no período essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
- (c) A ANEEL, por meio do Ofício nº 237/2005 - SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base neste Ofício, o ONS adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo Taesa, no período de janeiro a março de 2013, o montante de R\$15.728 (R\$6.203 no período de janeiro a março de 2012).
- (d) Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em adição à RAP em 31 de março de 2013, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo O.N.S. a partir de 1º de julho de 2013.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (e) Refere-se basicamente a (i) aos gastos com a implantação do MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico no valor de R\$4.536, exigido pela Resolução Normativa Aneel nº 367 de 2 de junho de 2009. Em 2013 a Companhia enviará o primeiro relatório para a ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante será reembolsado pela ANEEL a partir do exercício de 2014, e (ii) aos débitos fiscais de períodos anteriores à data de aquisição da NTE pela Taesa, que vem sendo objeto de notificação de cobrança aos antigos acionistas, no valor de R\$2.002.
- (f) Vide nota explicativa nº 14 - Partes Relacionadas.
- (g) Refere-se basicamente a adiantamentos de clientes para prestação de serviço de disponibilização das linhas de transmissão da Companhia, cuja expectativa é de que ocorra em 2013.

#### 14. PARTES RELACIONADAS

##### I - Transações com partes relacionadas

Às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores e empresas ligadas a seus acionistas, suas controladas e controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos apresentados nestas demonstrações intermediárias, estão detalhados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativos circulantes</b>				
Contas a Receber Taesa X Unisa X ATE II X ATE III <sup>(5)</sup>	-	-	22.820	23.513
Contas a Receber Taesa X ATE II <sup>(8)</sup>	-	-	1	-
Contas a receber Taesa X ETAU <sup>(9)</sup>	49	49	49	49
Contas a receber Taesa X BRASNORTE <sup>(10)</sup>	21	21	21	21
	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>22.891</b>	<b>23.583</b>
<b>Ativos não circulantes</b>				
Contas receber Taesa X NTE X SGT <sup>(6)</sup>	-	-	38	361
	-	-	<b>38</b>	<b>361</b>
<b>Passivos não circulantes</b>				
Contas a pagar Taesa X CEMIG GT <sup>(1)</sup>	298	298	298	298
Contas a pagar Taesa X UNISA X ATE II X ATE III <sup>(7)</sup>	-	-	1.523	1.536
	<b>298</b>	<b>298</b>	<b>1.821</b>	<b>1.834</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)	31/03/2013 (Reapresentado)	31/03/2012 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>				
Receita financeira Taesa X Fundo Pampulha <sup>(2)</sup>	61	44	61	41
Prestação de Serviços Taesa X ETAU <sup>(9)</sup>	147	143	147	143
Prestação de Serviços Taesa X BRASNORTE <sup>(10)</sup>	66	62	66	62
	<b>274</b>	<b>249</b>	<b>274</b>	<b>246</b>
<b>Despesas</b>				
Despesa com pessoal Taesa X Forluz <sup>(3)</sup>	749	-	749	-
Despesa com serviços prestados Taesa X Ativas <sup>(4)</sup>	177	164	177	164
Despesa juros Taesa X Brasnorte <sup>(11)</sup>	-	80	-	80
	<b>926</b>	<b>244</b>	<b>926</b>	<b>244</b>

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas

1. Taesa x CEMIG GT - Remuneração da administração

Objeto do contrato: Pagamento da remuneração global anual dos administradores da Companhia realizado pela CEMIG GT referente ao exercício de 2009.

Natureza e razão para operação: Processo de remuneração da diretoria.

Data da transação: 25 de novembro de 2009.

Montante envolvido: R\$419.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$419.

Saldo existente: R\$298 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e 2012.

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento do saldo seja realizado até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Operação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009 quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia.

2. Taesa x CEMIG GT - Equivalentes de caixa - Fundo Pampulha

Objeto do contrato: A Companhia e sua controlada SGT são cotistas do fundo de investimento Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento, que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. A Companhia, por meio do fundo de investimento, possui um saldo de debêntures emitidas pelo Grupo CEMIG registrado em aplicações financeiras de curto prazo.

Natureza e razão para operação: Aplicação do caixa da Companhia em Fundo de Investimentos - Fundo Pampulha.

Data da transação: 19 de março de 2012.

Montante envolvido: R\$9.820.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$ 9.157.

Saldo existente: R\$9.125 no Consolidado e R\$9.120 na Controladora em 31 de março 2013 (R\$8.402 no Consolidado e R\$7.787 na Controladora em 31 de dezembro de 2012) registrado no balanço patrimonial na linha de caixa e equivalente de caixa.

Resultado: R\$61 no Consolidado e R\$61 na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$44 no Consolidado e R\$41 na Controladora em 31 de março de 2012).

Taxa de juros cobrada: 0,9 % a.a. + variação do CDI.

Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Não houve.

3. Taesa x Forluz - Previdência privada (vide nota explicativa nº 28)

Objeto do contrato: Criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em diário oficial no dia 27 de março de 2012.

Natureza e razão para operação: Plano de previdência privada para os funcionários.

Data da transação: 1º de abril de 2012.

Montante envolvido: Investimento conforme opção do funcionário.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$749 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2012).

Taxa de juros cobrada: Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais empresa e empregado.

Vigência/duração: Não determinado.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Não houve.

**4. Taesa X Ativas - Contrato de prestação de serviços**

Objeto do contrato: Prestação de Serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, processamento e disponibilização, através da internet de dados eletrônicos.

Natureza e razão para a operação: Disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados.

Data da Transação: 4 de setembro de 2009.

Montante Envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$177 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$164 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2012).

Taxa de Juros cobrada: Não houve.

Correção Monetária: Atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/Duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, este será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes.

Condições de rescisão ou extinção: Caso qualquer das PARTES decida por rescindir o presente Contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra PARTE, a título de multa, o valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Não houve.

**(b) Transações entre a Companhia e suas controladas**

**5. Taesa x UNISA x ATE II x ATE III - Contrato de compra de ações da UNISA**

Objeto do contrato: Contrato de compra de 50% das ações da UNISA.

Natureza e razão para operação: Créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA - ATE II e ATE III à Abengoa, conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 2).

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$54.771.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e R\$ 22.820 na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$0 no Consolidado e R\$ R\$23.513 na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012 houve o pagamento de parte deste saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de março de 2013 R\$681 da UNISA foi eliminado e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa. Em 28 de fevereiro de 2013 houve o pagamento de parte deste saldo no valor de R\$12.

**6. Taesa x NTE X SGT - Reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa.**

Objeto do contrato: Não há.

Natureza e razão para operação: Reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: Não aplicável.

Montante envolvido: Não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: Não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e R\$38 na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$0 no Consolidado e R\$361 na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros cobrada: Não há.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de março de 2013 R\$323 da NTE foi eliminado.

**7. Taesa x ATE II X ATE III X UNISA - Reembolso de gastos entre empresas do grupo**

Objeto do contrato: Não há.

Natureza e razão para operação: Reembolso de gastos entre empresas do grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e R\$1.523 na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$0 no Consolidado e R\$1.536 na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Resultado: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012.

Taxa de juros da cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de março de 2013 o montante de R\$16 foi eliminado nesse processo.

**8. ATE II x Taesa - Reembolso de gastos entre empresas do grupo**

Objeto do contrato: Não há.

Natureza e razão para operação: Reembolso de gastos entre empresas do grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: Não aplicável.

Montante envolvido: Não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: Não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e R\$1 na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros da cobrada: Não há.

Vigência/duração: A expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: Não houve.

**(c) Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto**

**9. Taesa x ETAU - Contrato de serviços de back-office**

Objeto do contrato: Contrato de prestação de serviços de back-office para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: Prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$49 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$147 no Consolidado e R\$147 na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$143 no Consolidado e R\$143 na Controladora em 31 de março de 2012).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Atualização monetária: Atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 04 anos a partir da data de assinatura (23 de janeiro de 2013).

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: As partes pretendem manter este contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a renovação do presente contrato por meio do Despacho nº 181 de 23 de janeiro de 2013.

**10. Taesa x Brasnorte - Contrato de serviços de back-office**

Objeto do contrato: Contrato de prestação de serviços de back-office para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: Prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 9 de abril de 2009 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$18 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$18 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$21 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$21 no Consolidado e na Controladora em 31 de dezembro de 2012).

Resultado: R\$66 no Consolidado e R\$66 na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$62 no Consolidado e R\$62 na Controladora em 31 de março de 2012).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Atualização monetária: Atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: 04 anos a partir da data de assinatura (13 de outubro de 2013).

Condições de rescisão ou extinção: O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: A ANEEL autorizou o presente contrato por meio do Despacho 1.406/2009. Em 25 de janeiro de 2013 foi publicado no Diário Oficial da União a anuência da ANEEL para a renovação do contrato de prestação de serviços de back-office entre a Taesa e a Brasnorte no valor de R\$22 mensais pelo prazo de 04 (quatro) anos a contar desta aprovação.

**11. Brasnorte x Taesa - Reembolso de IRRF**

Objeto do contrato: Não aplicável.

Natureza e razão para operação: Obrigação da Taesa em reembolsar o IRRF sobre o mútuo entre Taesa e Brasnorte não retido no pagamento do saldo deste mútuo.

Data da transação: 14 de fevereiro de 2011.

Montante envolvido: R\$3.763

Saldo existente: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$0 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2013 (R\$80 no Consolidado e na Controladora em 31 de março de 2012).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Atualização Monetária: Atualização pelo CDI.

Vigência/duração: Não houve.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Outras informações relevantes: O saldo foi liquidado em 13 de fevereiro de 2012.

**12. Brasnorte x Taesa (TSN) - Contrato de comodato de imóvel**

Objeto do contrato: Contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e Taesa - TSN (comodante).

Natureza e razão para operação: A ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio Despacho nº 1.636 de 25 de abril de 2008.

Data da transação: 25 de abril de 2008.

Montante envolvido: Não aplicável (o contrato não possui valor).

Montante correspondente à participação da Companhia R\$: Não aplicável.

Saldo existente: Não aplicável.

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros cobrada: Não aplicável.

Vigência/duração: Válido por tempo indeterminado.

Condições de rescisão ou extinção: Não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: Não aplicável.

Outras informações relevantes: Não houve.

**II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal**

a. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de janeiro a março de 2013:

- Conselho de Administração: Remuneração fixa: 100%
- Comitês: Os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às suas respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- Diretoria: Remuneração fixa: 63,45% e Remuneração Variável: 36,55%
- Conselho fiscal: Remuneração fixa: 100%

b. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de janeiro a março de 2013:

	31/03/2013			Total
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho fiscal	
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>35</b>
<b>Remuneração fixa</b>	<b>447</b>	<b>807</b>	<b>72</b>	<b>1.326</b>
Salário ou pró-labore (incluindo os encargos)	447	721	72	1.240
Benefícios diretos e indiretos	n/a	85	n/a	85
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração Variável</b>	<b>-</b>	<b>465</b>	<b>-</b>	<b>465</b>
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	465	n/a	465
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor Total da remuneração</b>	<b>447</b>	<b>1.272</b>	<b>72</b>	<b>1.791</b>

(n/a) = Não aplicável

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- c. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de janeiro a março de 2013:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>
Valor da maior remuneração individual no período (mensal)	10	178	5
Valor da menor remuneração individual no período (mensal)	5	125	5
Valor médio de remuneração individual no período (mensal)	7	141	5

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONSOLIDADO					31/03/2013	31/12/2012
	Encargos	Principal	Total Circulante	Não Circulante			
MOEDA NACIONAL							(Reapresentado)
SINDICATO - SANTANDER, CITIBANK E BNP	-	-	-	-	-	-	16.244
BNDES	835	34.050	34.885	197.510	232.395	232.395	516.470
UNIBANCO	-	-	-	-	-	-	786
	<b>835</b>	<b>34.050</b>	<b>34.885</b>	<b>197.510</b>	<b>232.395</b>	<b>232.395</b>	<b>533.500</b>
MOEDA ESTRANGEIRA							
BID	6.676	42.971	49.647	469.023	518.670	518.670	521.836
	6.676	42.971	49.647	469.023	518.670	518.670	521.836
	<b>7.511</b>	<b>77.021</b>	<b>84.532</b>	<b>666.533</b>	<b>751.065</b>	<b>751.065</b>	<b>1.055.336</b>
TAESA	16	55	71	1.427	1.498	1.498	17.743
ATE II (*)	2.953	48.720	51.673	370.469	422.142	422.142	-
ATE III (*)	4.542	28.246	32.788	294.637	327.425	327.425	-
UNISA (*)	-	-	-	-	-	-	959.112
NTE (*)	-	-	-	-	-	-	78.481
	<b>7.511</b>	<b>77.021</b>	<b>84.532</b>	<b>666.533</b>	<b>751.065</b>	<b>751.065</b>	<b>1.055.336</b>

(\*) Empresas incorporadas e transferência de controle ocorrida em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº1.

Parcelas vencíveis por indexador	CIRCULANTE	2014	2015	2016	APÓS 2016	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
URTJLP	27.337	20.009	26.679	26.679	80.073	153.440	180.777
UMBNDDES	7.491	5.503	7.337	7.337	22.622	42.799	50.290
TAXA FIXA	10.913	8.131	8.933	10.383	88.732	116.179	127.092
LIBOR	38.791	36.146	38.484	42.003	237.482	354.115	392.906
	<b>84.532</b>	<b>69.789</b>	<b>81.433</b>	<b>86.402</b>	<b>428.909</b>	<b>666.533</b>	<b>751.065</b>

Fonte	Concessão	Tipo de captação	Encargos	Despesas financeiras líquidas		Saldo	
				31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/12/12
SIND.DEBANCOS - SANTANDER, CITIBANK E BNP	TAESA-NVT	Empréstimo	CDI + 0,90% a.a.	(226)	(812)	-	16.243
SIND.DEBANCOS - HSBC E JPMORGAN (a)	TAESA	Notas promissórias (4ª emissão)	105,5%CDI	-	(31.194)	-	-
BANCO DO BRASIL DE INVESTIMENTOS(a)	TAESA	Notas promissórias (5ª emissão)	104%CDI	-	-	-	-
BNDES - FINAME(b)	TAESA	Subcrédito"A" Subcrédito"B"	Taxa fixa 8,70% a.a. TJLP + 4,2% a.a.	(16)	(17)	763	765
BNDES - FINAME(b)	TAESA	Subcrédito"A" Subcrédito"A"e"B"	Taxa fixa 5,50%a.a. TJLP + 4,0%a.a.	(10)	-	735	735

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Fonte	Concessão	Tipo de captação	Encargos	Despesas financeiras líquidas		Saldo	
				31/03/13	31/03/12 (Reapresentado)	31/03/13	31/12/12 (Reapresentado)
BNDES (c)	TAESA-NTE	Subcrédito"C"	Cesta de Moedas + 5,0%a.a.	(1.029)	(2.044)	-	78.481
		Subcrédito"B"e"D"	TJLP + 5,0%a.a.				
BNDES (c)	TAESA -ATE	Subcredito"A"e"B"	TJLP + 4,0% a.a.	(1.544)	-	-	142.765
		Subcrédito"C"	Cesta de Moedas				
BNDES (c)	ATEII	Subcredito"A"	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	(3.762)	-	230.896	240.294
		Subcrédito"B"	Cesta de Moedas				
BNDES (c)	TAESA -STE	Subcrédito"A"e"B"	TJLP + 5,0%a.a.	(715)		-	53.432
		Subcrédito"C"	Cesta de Moedas				
BID(c)	ATEII	Empréstimo"A"	Libor + spread de 2,5%a.a.	1.387	-	191.245	192.632
		Empréstimo"B"	Libor + spread de 2,0%a.a.				
BID(c)	ATEIII	Empréstimo"A"	Pré-fixada 4,23%+spread de 1,975% a.a.				
		Empréstimo"A2"	Libor + spread de 1,975% a.a.	1.779	-	327.426	329.203
		Empréstimo"B"	Libor + spread de 1,6% a.a.				
UNIBANCO(c)	TAESA-STE	Subcrédito"A"	TJLP + 3,8% a.a.	-	-	-	786
				<b>(4.136)</b>	<b>(34.067)</b>	<b>751.065</b>	<b>1.055.336</b>

(a) Notas Promissórias - Taesa

**4ª Emissão** - Em 29 de novembro de 2011 a Companhia emitiu 234 notas promissórias com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo um valor total de R\$1.170.000.

As Notas Promissórias possuem as seguintes características:

- Data de Vencimento: 23 de novembro de 2012.
- Remuneração: Farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 106% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de cada nota promissória, desde a sua data de emissão até a sua respectiva data de vencimento.

A emissão das notas promissórias foi aprovada por meio da AGE realizada em 10 de outubro de 2011. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das notas promissórias foram utilizados para o pagamento da aquisição de ativos de propriedade do Grupo Abengoa.

Os custos de captação das notas promissórias foram de R\$2.165, representando 0,19% dos recursos captados.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 21 de novembro de 2012, com recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures, e complementado por recursos próprios, as 4ª e 5ª emissão de notas promissórias foram liquidadas, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.

5ª Emissão - Em 25 de maio de 2012 a Companhia emitiu 181 (cento e oitenta e uma) notas promissórias com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo um valor total de R\$905.000.

As Notas Promissórias possuem as seguintes características:

- Data de Vencimento: 20 de maio de 2013.
- Remuneração: Farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 104% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>). Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de cada nota promissória, desde a sua data de emissão até a sua respectiva data de vencimento.

A emissão das Notas Promissórias foi aprovada por meio da AGE realizada em 23 de maio de 2012. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Notas Promissórias foram utilizados para o pagamento do contrato de Compra e Venda de Ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A na UNISA.

Os custos de captação das notas promissórias foram de R\$161, representando 0,02% dos recursos captados.

Em 21 de novembro de 2012, com recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures, e complementado por recursos próprios, as 4ª e 5ª emissão de notas promissórias foram liquidadas, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.

A liquidação antecipada do empréstimo, anuída pela reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2013, foi realizada em 15 de março de 2013 no valor de R\$13,6 milhões na TAESA.

(b) Financiamentos BNDES, SANTANDER, UNIBANCO e BID

Contratos vigentes em 31 de março de 2013

- SANTANDER FINAME - Taesa - Em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou com o Santander Cédula de Crédito Bancário - BNDES FINAME PSI - Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SE's Imperatriz, Colinas, Miracema e Gurupi.

Em 28 de outubro de 2011, ocorreu a liberação de R\$756, com as seguintes características:

- Sub-crédito A: R\$587 e Sub-crédito B: R\$169, totalizando os R\$756.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Prazo e data de vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 15 de novembro de 2011 e o 1º vencimento de amortização em 15 de setembro de 2013; a última parcela será paga em 15 de agosto de 2021.
- Remuneração: Sub-crédito A - 8,70% ao ano; Sub-crédito B - TJLP - TJ462 + 4,20% ao ano.
- **SANTANDER FINAME - Taesa** - Em 20 de junho de 2012, a Companhia assinou, com o Santander, Cédula de Crédito Bancário - BNDES FINAME PSI - Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SE's Ibicoara destinado a obras de reforço e aquisição de equipamentos.  
  
Em 10 de agosto de 2012, ocorreu a liberação de R\$727, com as seguintes características:
  - Subcrédito A: R\$727.
  - Prazo e Data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 15 de outubro de 2012 e o 1º vencimento de amortização em 15 de agosto de 2014; a última parcela será paga em 15 de julho de 2022.
  - Remuneração: 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.
- **BNDES - ATE II** - Em outubro de 2007, a ATE II firmou um contrato de financiamento de longo prazo, com o BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$ 396.484. O referido contrato é dividido em dois sub-créditos: A e B, sendo A, corrigido pela TJLP, acrescidos de juros de 3% a 4,3% ao ano, a título de spread; e B, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 3% a 4,3% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2008 e 15 de fevereiro de 2008, com prazo de vencimento final em 15 de dezembro de 2020 e 15 de janeiro de 2020.
- **BID - ATE II** - A ATE II firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao BID, num montante global de US\$119.554, dividido em dois subcréditos, sendo: Subcrédito A - Em 31/10/2006 foi liberado o montante de US\$91,030 e em 15/11/2007 o montante de US\$16,770, totalizando US\$ 107.800, corrigido atualmente pela LIBOR + 2,5% ao ano, cujo vencimento final será em 15/11/2022; e Subcrédito B - Em 15/11/2007 foi liberado o montante de US\$10,000 e em 15/11/2007 o montante de US\$1,754, totalizando US\$11,754, corrigido atualmente pela LIBOR + 2,0% ao ano, cujo vencimento final será em 15/11/2018.
- **BID - ATE III** - A ATE III firmou um contrato de financiamento de longo prazo, com o BID, num montante global de US\$205.462, dividido em dois subcréditos, sendo: Subcrédito A - Em 04/04/2008 foi liberado o montante de US\$95.462, sendo US\$23.462 corrigidos pela LIBOR + 1,975% ao ano, e US\$72.000 corrigidos pela libor pré-fixada no período de 4,23% + spread de 1,975% a.a., cujos vencimentos finais serão em 15/05/2023; e Subcrédito B: Em 04/04/2008 foi liberado o montante de US\$110.000, corrigido atualmente pela LIBOR + 1,6% ao ano, cujo vencimento final será em 15/05/2020.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Contratos liquidados em 2013

- UNIBANCO - FINAME - STE - Em maio de 2008, a STE firmou um contrato de financiamento de longo prazo, com o Unibanco, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$6.238. Corrigido pela TJLP, acrescidos de juros de 3,8% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos foram liquidados em 48 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de julho de 2009, com prazo de vencimento final em 15 de junho de 2013.

A liquidação antecipada do empréstimo, anuída pela reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2013, foi realizada em 15 de março de 2013 no valor de R\$0,5 milhões.

- BNDES - STE - Em julho de 2004, a STE firmou um contrato de financiamento de longo prazo, com o BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$146.131. O referido contrato é dividido em três sub-créditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela TJLP, acrescidos de juros de 5% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de março de 2005, com prazo de vencimento final em 15 de fevereiro de 2017.

A liquidação antecipada do empréstimo, anuída pela reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2013, foi realizada em 15 de março de 2013 no valor de R\$51,2 milhões.

- BNDES - NTE - Em outubro de 2003, a NTE firmou um contrato de financiamento de longo prazo, com o BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$238.661. O referido contrato é dividido em três sub-créditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela TJLP, acrescidos de juros de 5% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de agosto de 2004, com prazo de vencimento final em 15 de julho de 2016.

A liquidação antecipada do empréstimo, anuída pela reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2013, foi realizada em 15 de março de 2013 no valor de R\$74,7 milhões.

- BNDES - ATE - Em novembro de 2005, a ATE firmou um contrato de financiamento de longo prazo, com o BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$277.460. O referido contrato é dividido em três sub-créditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela TJLP, acrescidos de juros de 4% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 10% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de setembro de 2006, com prazo de vencimento final em 15 de agosto de 2018.

A liquidação antecipada do empréstimo, anuída pela reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2013, foi realizada em 15 de março de 2013 no valor de R\$138,1 milhões.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Não houve custos de captação nos empréstimos com BNDES, Santander, Unibanco e BID.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e financiamentos contratados:

Cláusulas Restritivas - Contratos Vigentes	BNDES	BID		SANTANDER FINAME
	ATE II	ATE II	ATE III	TAESA
Manter durante o período de amortização o índice de cobertura da dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes. A periodicidade do cálculo do ICD é anual.	X			
Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" (Conta Receita) aberta para tal fim.	X			
Constituir em favor do BNDES, e manter até o final da liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "Conta Reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e 3 (três) meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.	X			
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar as receitas vinculadas sem prévio e exposto consentimento do BNDES/BID. Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/BID.	X	X	X	
Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.				X
Sem prévia autorização do BNDES: não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juro sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas. Não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem novas dívidas sem prévia autorização BNDES / BID.	X		X	
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.	X			
Em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a Beneficiária deverá apresentar ao BNDES ou BID Contrato de O&M em termos satisfatórios ao BNDES ou BID, firmado com empresa de reconhecida capacidade técnica.	X	X	X	
Manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato.	X	X	X	
Índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0.		X	X	
Índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 2,33.		X		
Constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) o ano e a partir deste momento 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.		X	X	
Manter em conta reserva a média entre os próximos dois pagamentos (saldo em dólar).		X	X	
Índice da dívida sobre o capital social da companhia não deve ser superior a 1,22			X	
Indicadores Financeiros - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - $\geq 1,3$ .		X	X	

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 31 de março de 2013 a Companhia e suas controladas possuem pleno atendimento às cláusulas restritivas "covenants" anteriormente mencionadas.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes garantias para os seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de março de 2013:

GARANTIDOR	BENEFICIÁRIO	GARANTIA
TAESA	SANTANDER-FINAME	1- Não há garantias
ATEII	BNDES	1- Ações nominativas da sociedade 2 - Concessão dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
ATEII	BID	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
ATEIII	BID	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão

## 16. DEBÊNTURES

MOEDA NACIONAL	CONSOLIDADO									
	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE				31/03/2013	31/12/2012
	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total			
1ª EMISSÃO	36.663	215.147	(553)	251.257	430.295	(257)	430.038	681.295	661.659	
2ª EMISSÃO	18.505	-	(841)	17.664	815.000	(1.671)	813.329	830.993	814.649	
3ª EMISSÃO	56.422	-	(212)	56.210	2.215.614	(2.220)	2.213.394	2.269.604	2.206.391	
	<b>111.590</b>	<b>215.147</b>	<b>(1.606)</b>	<b>325.131</b>	<b>3.460.909</b>	<b>(4.148)</b>	<b>3.456.761</b>	<b>3.781.892</b>	<b>3.682.699</b>	

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2014	2015	2016	Após 2016	Não circulante	Total
CDI	176.506	327.500	327.500	195.000	860.000	1.710.000	1.886.506
IPCA	150.231	100.147	100.147	-	1.550.614	1.750.909	1.901.140
(-) Custos a amortizar	(1.606)	(1.001)	(819)	(540)	(1.788)	(4.148)	(5.754)
	<b>325.131</b>	<b>426.646</b>	<b>426.828</b>	<b>194.460</b>	<b>2.408.826</b>	<b>3.456.761</b>	<b>3.781.892</b>

Fonte	Concessão	Tipo de captação	Encargos financeiros anuais (%)	Despesas financeiras líquidas		Parcelas a Vencer	Vencimento do Contrato
				31/03/2013	31/03/2012		
SIND. DE BANCOS (BANESPA, BNP PARIBAS BRASIL E CITIBANK S.A)	TAESA	DEBÊNTURES 1ª EMISSÃO	CDI+1,3 % a.a.			3	15/07/2015
			IPCA+7,91% a.a.	19.635	20.337	3	15/07/2015
ITAU BBA	TAESA	DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO	CDI+1,4 %a.a.			6	15/12/2015
			CDI+1,6 %a.a.	16.344	23.453	10	15/12/2017
			CDI+1,6 %a.a.			10	15/12/2017
ITAU BBA	TAESA	DEBÊNTURES 3ª EMISSÃO	CDI+0,78 %a.a.			5	15/10/2017
			IPCA+4,85% a.a.	63.214	-	8	15/10/2020
			IPCA+5,10% a.a.			12	15/10/2024
				<b>99.193</b>	<b>43.790</b>		

1ª emissão - Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, sendo 34.500 da primeira série, no valor de R\$345.000 e 25.500 da segunda série, no valor de R\$255.000, perfazendo um valor total de R\$600.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010 totalizando R\$602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

debêntures foi de R\$3.282, representando 0,55% dos recursos captados. Em 31 março de 2013 o saldo a amortizar era de R\$810 (R\$998 em 31 de dezembro de 2012).

As debêntures possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações;
- **Espécie:** Quirografia;
- **Tipo e Forma:** Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- **Garantias:** Não há garantias;
- **Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures da primeira série e segunda série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015; e
- **Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado. O valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso será atualizado, a partir da data de emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA").
- **Remuneração:**
  - 1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,30%; e
  - 2ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 7,91%.
- **Data de Pagamento dos juros:** Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série e segunda série devem ser pagos no dia 15 de julho de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011 e o último pagamento será em 15 de julho de 2015.
- **Prazo de Amortização:** O valor nominal unitário das debêntures da primeira série e segunda série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.
- **Repactuação:** Não há cláusulas de repactuação para emissão das debêntures.

A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 1º de junho de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$1.000. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 3 de agosto de 2010 no valor total de R\$592.605, além dos custos decorrentes da presente

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Emissão. O saldo remanescente foi utilizado pela Companhia para capital de giro. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R\$3.094.

2ª emissão - Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da primeira série, no valor de R\$425.000, 2.450 da segunda série, no valor de R\$245.000 e 1.450 da quarta série, no valor de R\$145.000, perfazendo um valor total de R\$815.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de Bookbuilding.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750, valor este já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão. O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Em 31 março de 2013 o saldo a amortizar era de R\$2.512 (R\$2.722 em 31 de dezembro de 2012).

As debêntures possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- **Espécie:** As debêntures da primeira série e as debêntures da segunda série são da espécie quirografária e as debêntures da quarta série são da espécie subordinada. Em 27 de junho de 2011 entrou em vigor a Lei nº 12.431, que, dentre outras disposições, revogou o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, que dispunha sobre os limites de emissão de debêntures que deveriam ser observados por emissores de valores mobiliários. Em 20 de julho de 2011 a AGE aprovou a convocação das debêntures da quarta série da espécie subordinada para a espécie quirografária e em 1º de agosto de 2011 ocorreu a celebração de aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão de debêntures.
- **Tipo e Forma:** Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- **Garantias:** Não há garantias;
- **Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2015. As debêntures da segunda e quarta série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- **Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das debêntures da primeira, segunda e quarta série não será atualizado.
- **Remuneração:**
  - 1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40%.
  - 2ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60%.
  - 4ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da quarta série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da quarta série, conforme o caso, incidirão

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60%.

- **Data de Pagamento dos juros:**

1ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2015.

2ª série e 4ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da segunda e quarta série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2017.
- **Prazo de Amortização:**

1ª série - O valor nominal unitário das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2015.

2ª série e 4ª série - O valor nominal unitário das debêntures da segunda e quarta série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- **Repactuação:** Não há cláusulas de repactuação para emissão das debêntures.

A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada em 30 de novembro de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados no aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia, Novatrans e TSN, nos montantes de R\$372.275 e R\$434.638, respectivamente. Tais recursos, adicionados ao saldo de caixa dessas concessionárias, foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.

3ª emissão - Em 15 de outubro de 2012 a Companhia emitiu 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da Primeira Série, no valor de R\$665.000, 793.000 da segunda série, no valor de R\$793.000 e, 702.000 da terceira série, no valor de R\$702.000, perfazendo um valor total de R\$2.160. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a companhia nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Em 31 de março de 2013 o saldo a amortizar era de R\$2.432 (R\$2.484 em 31 de dezembro de 2012).

As debêntures possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações;
- **Espécie:** Quirografia;
- **Tipo e forma:** Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- **Garantias:** Não há garantias;
- **Prazo e data de vencimento:** As debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017, as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2020; e as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2024.
- **Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado. o valor nominal unitário das debêntures da segunda e terceira séries ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda e terceira séries, conforme o caso, será atualizado, a partir da data de emissão, pela variação do índice nacional de preços ao consumidor amplo (o "IPCA").
- **Remuneração:**
  - 1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 0,78% (setenta e oito centésimos por cento);
  - 2ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 4,85% (quatro inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento); e
  - 3ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da terceira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da terceira série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento).
- **Data de pagamento dos juros:** Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série, segunda série e terceira série serão pagos no dia 15 de outubro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será em 15 de outubro de 2024.
- **Prazo de Amortização:**
  - 1ª série - Não haverá amortização programada das debêntures da primeira série, sendo o valor nominal unitário das debêntures da primeira série devido integralmente na data de vencimento das debêntures da primeira série - 15 de outubro de 2017;
  - 2ª série - O valor nominal unitário das debêntures da segunda série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018, a segunda com vencimento em 15 de outubro de 2019 e a última com vencimento em 15 de outubro de 2020; e
  - 3ª série - O valor nominal unitário das debêntures da terceira série, será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021, a segunda com vencimento em 15 de outubro de 2022, a terceira com vencimento em 15 de outubro de 2023 e a última com vencimento em 15 de outubro de 2024.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Repactuação: Não há cláusulas de repactuação para emissão das debêntures.

A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 17 de setembro de 2012. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 234 notas promissórias comerciais da quarta emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$5.000. As Notas Promissórias foram emitidas em 29 de novembro de 2011, no valor total de R\$1.170.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 105,5% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 23 de novembro de 2012 e para o pagamento integral de 181 notas promissórias comerciais da quinta emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$5.000.000. As Notas Promissórias foram emitidas em 25 de maio de 2012, no valor total de R\$905.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 104% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 20 de maio de 2013.

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas referentes às debêntures emitidas:

<b>Cláusulas Restritivas - Contratos Vigentes</b>	<b>Sindicato de Bancos (1ª emissão) TAESA</b>	<b>Itaú (2ª emissão) TAESA</b>	<b>Itaú (3ª emissão) TAESA</b>
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora		X	
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores de forma a evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X	X
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00.	X	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X	
Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.	X	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	X	

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Cláusulas Restritivas - Contratos Vígentes	Sindicato de Bancos (1ª emissão) TAESA	Itaú (2ª emissão) TAESA	Itaú (3ª emissão) TAESA
Não realizar alteração no controle acionário da direto ou indireto da Emissora, que resulte em diminuição do rating da Emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitidas pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.		X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.	X	X	X
Não transferir ou por qualquer outra forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas.			X

A apuração trimestral do valor da Dívida Líquida e do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebtida* Consolidado é baseada nas informações financeiras/informações trimestrais da Companhia com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, publicadas em 16 de março de 2010, desconsiderando quaisquer alterações de contabilização decorrentes de mudanças nas legislações societária, contábil e fiscal incluindo, mas não se limitando a, aquelas referentes à convergência das IFRS emitidas pelo CPC.

Em 31 de março de 2013 a Companhia possui pleno atendimento às cláusulas restritivas ("covenants").

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

As controladas ATE II e ATE III possuem alguns instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio incluindo contratos de "swaps" de taxa de juros e opção de compra de moedas (vide nota explicativa nº 24). A Companhia e suas controladas não participam de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco, e nem possuem garantia de margem em suas operações.

Esses instrumentos derivativos referem-se a:

- "Swaps" de taxa de juros (Libor) para mitigar o risco de aumento das taxas de juros dos financiamentos contratados com o BID pela ATE II e ATE III. Dadas as características dos contratos, esses swaps só impactarão os resultados da Companhia (benefício) no momento em que a libor ultrapassar 7% - 8%.
- Contratos de opção de compra de moeda estrangeira (dólar americano) para proteger o risco de mudanças nas taxas de câmbio decorrentes dos financiamentos contratados com o BID pela ATE III para as próximas três parcelas a vencer durante os cinco primeiros anos do contrato.

Em 31 de março de 2013 o portfólio de derivativos da ATE II e ATE III pode ser resumido conforme a tabela a seguir:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber	Valor de referência	Valor justo	Valores a pagar
<u>Contratos de swap</u>						
Posição ativa - taxa libor	R\$265.953	547	547	R\$265.953	546	546
<u>Contratos de opções</u>						
Posição titular - compra moeda estrangeira	US\$11.390	70	70	US\$11.390	421	421
		<b>617</b>	<b>617</b>		<b>967</b>	<b>967</b>

	Ganhos (perdas) não realizados	
	31/03/2013	31/03/2012 (*)
<u>Contratos de swap</u>		
Posição ativa - taxa libor	1	-
<u>Contratos de opções</u>		
Posição titular - compra moeda estrangeira	(351)	-
	<b>(350)</b>	<b>-</b>

(\*) Estas empresas em 31 de março de 2012 eram controladas em conjunto e por esse motivo foram contabilizadas nas informações contábeis intermediárias consolidadas de 31 de março de 2012 pelo método de equivalência patrimonial. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 4.1.2.

Esses instrumentos financeiros derivativos estão classificados na categoria de valor justo por meio de resultado. O valor justo destes instrumentos financeiros derivativos é enquadrado como nível 2, conforme definição da nota explicativa nº 23.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, e o impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como as características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro a seguir:

Direito da companhia	Obrigação da companhia	Valor principal contratado		Instituição	Vencido	Valor justo	
		31/03/2013	31/12/2012			31/03/2013	31/12/2012
<b>Contratos de swaps (R\$)</b>							
Propósito de Proteção: Risco de taxa de juros (Libor)							
Varição cambial (dólar norte americano x real) acrescida de libor	Varição cambial (dólar norte americano x real) acrescida de libor limitada 8% a.a.	R\$115.147	R\$115.147	Santander	11/2022	330	333
Varição cambial (dólar norte americano x real) acrescida de libor	Varição cambial (dólar norte americano x real) acrescida de libor limitada 8% a.a.	R\$12.555	R\$12.555	Santander	11/2018	8	8
Varição cambial (dólar norte americano x real) acrescida de libor	Varição cambial (dólar norte americano x real) acrescida de libor limitada 7% a.a.	R\$138.251	R\$138.251	Santander	05/2020	209	205
		<b>R\$265.953</b>	<b>R\$265.953</b>			<b>547</b>	<b>546</b>
<b>Contratos de opções (US\$)</b>							
Propósito de Proteção: Mudança na taxa de câmbio (Dólar)							
US\$	BRL		US\$11.390	Citibank	05/2013	70	421
			<b>USD31.907</b>			<b>70</b>	<b>421</b>

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade relacionado aos instrumentos financeiros derivativos. A exposição da Companhia aos demais riscos de taxas de juros e as respectivas análises de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 24.

Operação	Exposição/ Valor de referência	Risco	31/03/2013		
			Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<b>Hedge</b>					
Dívida em dólar norte-americano (*)	R\$22.937	Derivativo Queda do US\$	51	(4.218)	(9.860)
	R\$22.937	Parcela da dívida protegida Aumento do US\$	(51)	4.218	9.860
	R\$495.733	Parcela da dívida não protegida Aumento do US\$	3.503	(121.007)	(244.143)
Dívida em libor	R\$392.907	Swap (**) Aumento da Libor	-	-	-
		Dívida Aumento da Libor	180	(289)	(759)
<b>Efeito líquido resultado/patrimônio líquido janeiro a março de 2013 - aumento/(redução)</b>			<b>3.683</b>	<b>(121.296)</b>	<b>(244.902)</b>

(\*) Conforme determinação contratual, a Administração da Companhia realiza o gerenciamento do risco cambial de curto prazo com base na contratação de instrumentos derivativos para proteger o risco de mudanças nas taxas de câmbio decorrentes dos financiamentos contratados com o BID pela ATE III para as três próximas parcelas a vencer nos cinco primeiros anos do contrato, sendo a última parcela protegida por contratos de opções até 15 de maio de 2013. Conseqüentemente, as demais parcelas não possuem instrumento derivativo de proteção contratado.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(\*\*) Os Swaps de taxa de juros (Libor) têm o objetivo de mitigar o risco de aumento das taxas de juros, limitando sua exposição à Libor em 7% e 8%. Dadas as características dos contratos, esses swaps só impactarão o resultado da Companhia (benefício), no momento em que a Libor ultrapassar 7% e 8%. Diante do exposto e considerando que a taxa Libor apresentada na nota explicativa nº 24, não ultrapassa esses limites, o impacto desses contratos na análise de sensibilidade é nulo em qualquer um dos cenários anteriormente apresentados.

### 18. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	31/03/2013	Transferência (*)	Baixas	31/12/2012 (Reapresentado)
<b>Consolidado</b>				
Trabalhistas	515	-	309	824
Fiscais	2.002	-	101	2.103
Cíveis	26	-	-	26
	<b>2.543</b>	<b>-</b>	<b>410</b>	<b>2.953</b>
<b>Controladora</b>				
Trabalhistas	486	43	309	752
Fiscais	2.002	2.002	100	100
Cíveis	26	-	-	26
	<b>2.514</b>	<b>2.045</b>	<b>409</b>	<b>878</b>

(\*) Refere-se às incorporações ocorridas em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº 1.

	31/03/2013				31/12/2012 (Reapresentado)			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
TAESA	486	2.002	26	2.514	752	100	26	878
NTE (*)	-	-	-	-	24	2.003	-	2.027
UNISA (*)	-	-	-	-	48	-	-	48
ATE II (*)	29	-	-	29	-	-	-	-
	<b>515</b>	<b>2.002</b>	<b>26</b>	<b>2.543</b>	<b>824</b>	<b>2.103</b>	<b>26</b>	<b>2.953</b>

(\*) Empresas incorporadas / transferência de controle ocorridas em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº 1.

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas, envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão, e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referente a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Passivos contingentes

Em 31 de março de 2013, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de êxito possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<u>Consolidado</u>		(Reapresentado)
TAESA	120.937	96.926
NTE (*)	-	6.074
ATE II (*)	7.399	-
ATE III (*)	10.551	-
UNISA (*)	-	48.414
	<b>138.887</b>	<b>151.414</b>
<u>Controladora</u>		
TAESA	<b>120.937</b>	<b>96.926</b>

	<b>31/03/2013</b>				<b>31/12/2012</b>			
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
								(Reapresentado)
TAESA	2.159	105.306	13.472	120.937	2.062	85.898	8.966	96.926
NTE (*)	-	-	-	-	-	5.590	484	6.074
ATE II (*)	156	7.243	-	7.399	-	-	-	-
ATE III (*)	22	10.374	155	10.551	-	-	-	-
UNISA (*)	-	-	-	-	80	41.043	7.291	48.414
	<b>2.337</b>	<b>122.923</b>	<b>13.627</b>	<b>138.887</b>	<b>2.142</b>	<b>132.531</b>	<b>16.741</b>	<b>151.414</b>

(\*) Empresas incorporadas / transferência de controle ocorridas em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº 1.

As principais causas classificadas com expectativa de perda consideradas possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais, como segue:

- **TAESA (TSN)** - Referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, em montante de R\$31.881, bem como a embargos à execução fiscal no valor de R\$514 e ação anulatória de débito fiscal referente ao IPI no valor de R\$604;
- **TAESA (NOVATRANS)** - Referem-se a processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008, e manifestações de inconformidade referente a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.165.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- **TAESA (ETEO)** - Referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, em montante de R\$39.983. O principal processo administrativo tributário refere-se ao auto de infração sofrido no ano-calendário de 2012 referente a dedutibilidade, no ano-calendário de 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina na aquisição da ETEO no valor de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012 a Companhia recebeu um auto de infração da Receita Federal que julgou improcedente a impugnação do auto de infração. Este novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão.
- **TAESA (NTE)** - Referem-se à processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade referente a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$4.907, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$716, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, este valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes;
- **TAESA (ATE)** - Referem-se à manifestações de inconformidade referente a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$8.782, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, este valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes;
- **TAESA (STE)** - Referem-se à manifestações de inconformidade referente a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$6.157, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$4.386, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, este valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes;
- **ATE II** - Referem-se a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade referente a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.243, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, este valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes;
- **ATE III** - Referem-se a processos administrativos tributários totalizando R\$9.036, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$1.338, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, este valor será reembolsado pela Abengoa conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao estado de origem e a outra relativa ao estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela à ANEEL.

Em 29 de março de 2012, a Taesa apresentou impugnação ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$102.374 em razão de suposta falta de recolhimento do IRRF sobre a remessa ao exterior efetuada pela Lovina à Tyco International Holding SARL em função da aquisição da ETEO, por entender que a alíquota aplicável ao caso seria de 25% e não de 15%. Em 21 de dezembro de 2012, foi interposto Recurso Voluntário contra a decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, a qual manteve, por maioria de votos, o lançamento fiscal na sua integralidade por entender que os documentos estrangeiros apresentados pela empresa não comprovariam que a "TYCO" não seria regida pela lei luxemburguesa de 31 de julho de 1929 (fato que afastaria a aplicação da alíquota de 25%), o qual se encontra pendente de julgamento. Segundo a opinião dos assessores jurídicos, as chances de êxito neste processo são prováveis. A Administração entende que não haverá perda para a Companhia em razão do contrato de compra e venda firmado entre as partes à época, o qual garante o ressarcimento dos valores envolvidos em caso de julgamento desfavorável do processo.

#### Ativos contingentes

O principal ativo contingente do Grupo Taesa refere-se à ação judicial proposta por Novatrans e TSN, que vêm discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual estava sendo requerida a compensação dos débitos tributários realizados no período de abril de 2001 e janeiro de 2004 a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Em 04 de dezembro de 2012, houve o trânsito em julgado da referida ação que julgou favorável o pleito das empresas.

### **19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.768)	(15.348)	(23.604)	(12.370)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.966	1.804	73.936	758
	<b>39.198</b>	<b>13.544</b>	<b>50.332</b>	<b>(11.612)</b>

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada ao resultado é demonstrada como segue:

<b>CONSOLIDADO</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2012</b> (Reapresentado)
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	131.948	109.366
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(44.862)	(37.184)
Incentivo fiscal IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	122	-
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE	16.877	12.848
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	65.976	-
Equivalência Patrimonial	854	9.516
Diferença de alíquota lucro presumido x lucro real – São Gotardo	5	-
Outros	226	1.276
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (relacionada a operações continuadas)</b>	<b>39.198</b>	<b>(13.544)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>n/a</b>	<b>12%</b>

<b>CONTROLADORA</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2012</b> (Reapresentado)
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	120.814	107.434
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(41.077)	(36.528)
Incentivo fiscal IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	78	-
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	65.976	-
Equivalência Patrimonial	12.884	14.245
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE	11.579	9.408
Outros	892	1.263
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (relacionada a operações continuadas)</b>	<b>50.332</b>	<b>(11.612)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>n/a</b>	<b>11%</b>

(\*) Como consequência do processo de incorporação de subsidiárias integrais, descrito na nota explicativa nº 1, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo assim a diferença temporária anteriormente existente.

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE

TAESA (TSN e Novatrans) - Em 30 de julho de 2003, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à controlada TSN um benefício fiscal relativo à redução de 75% do IRPJ devido pela unidade produtiva de Bom Jesus da Lapa, posteriormente ampliado para as unidades produtivas de Sapeaçu e Camaçari decorrente da aquisição e incorporação da Munirah. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma cota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE. Em 30 de novembro de 2007, através da incorporação das empresas GTESA e PATESA, que também possuíam 100% de sua área incentivada pelo fato de suas linhas estarem localizadas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o percentual total da TSN (sucédida pela Taesa) referente ao benefício supracitado passou a ser de 85,34%. Em 16 de novembro de 2004, a Novatrans obteve da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional,

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

através do Laudo Constitutivo nº 169/2004, o benefício fiscal relativo à redução de 75% do IRPJ devido pela atividade desenvolvida nos Estados do Maranhão e de Tocantins. O benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Norte-Sul II de 73,29%, sendo este o percentual da linha que se encontra nos dois Estados que fazem parte da área incentivada pela SUDAM.

Considerando que a TSN e a Novatrans foram incorporadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2010, os benefícios fiscais decorrentes dos incentivos fiscais de redução do IRPJ estão sendo aproveitados pela Companhia, sucessora em bens, direitos e obrigações a partir do ano-calendário de 2011. Em 12 de março de 2012, a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 0015/2012, que aprovou a transferência do direito ao benefício fiscal de redução do IRPJ em favor da TAESA.

A partir do ano-calendário 2011, com a incorporação das empresas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, o percentual total da Taesa referente ao benefício supracitado passou a ser de 68,21%. Este percentual foi alterado, a partir de fevereiro de 2013 para 52,26%, em função da incorporação da NTE e da UNISA (ATE e STE).

Conforme Laudos Constitutivos nº 0015/2012 e nº169/2004, a fruição dos incentivos fiscais vigorará até o ano-calendário 2013, ou seja, até 31 de dezembro de 2013, inclusive.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

TAESA (NTE) - Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/2004, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo a redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil (RFB), com fundamento no Laudo Constitutivo nº 0323, expedido pela SUDENE em 23 de dezembro de 2004, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º, do art. 60, da IN SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário de 2005.

Os incentivos têm validade até o ano de 2013 e impõem algumas obrigações e restrições (outras informações vide nota explicativa nº 17). A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/2012, o qual declarou não formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) protocolado pela empresa, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento desta exigência.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no último dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do art. 60 da Instrução Normativa (IN) SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via 'original' do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pese os argumentos alegados no recurso, a empresa anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 0323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto pela empresa para: (i) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (ii) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra esta decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus assessores jurídicos considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de junho de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho final do processo.

ATE II - O Ministério de Integração Nacional, através do Laudo Constitutivo nº 0165/2007 emitido em 28/08/2007 pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e através do Laudo Constitutivo nº 38/2007 emitido em 29/05/2007 pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, outorgou à concessionária benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária.

Conforme Laudos Constitutivos nº 0165/2007 e nº 38/2007, a fruição dos incentivos fiscais vigorará até o ano-calendário 2016, ou seja, até 31 de dezembro de 2016, inclusive.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

ATE III - Em 30 de junho de 2009, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, emitiu o Laudo Constitutivo nº 60/2009, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo a redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado do Pará e Tocantins.

Conforme Laudo Constitutivo nº 60/2009, a fruição dos incentivos fiscais vigorará até o ano-calendário 2018, ou seja, até 31 de dezembro de 2018, inclusive.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a. Capital social - Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.536, sendo representado por 691.553.133 ações ordinárias - ON e 341.943.588 ações preferenciais - PN (203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2011<sup>1</sup>), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM 649/10, o montante de R\$25.501, líquido dos impostos e contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Aumento do capital autorizado - A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa ocorrida em 11 de maio de 2012 aprovou o aumento do limite do valor do capital autorizado da Companhia de R\$1.400.000 para R\$5.000.000. Na mesma data houve a consolidação do Estatuto Social da Companhia constando esta alteração.

Nova emissão de ações<sup>2</sup> - Em 19 de julho de 2012, a Companhia emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65,00 por Unit. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755.000, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$3.067.536 que, deduzido o custo de emissão, líquido de impostos e contribuições, no valor total de R\$25.501, totalizou R\$3.042.035, representados por 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Desdobramento de ações - Em 4 de dezembro de 2012 a AGE aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, representadas ou não por certificados de depósito de ações ("Units"), de forma que cada ação do capital social passará a ser representada por 3 (três) ações da mesma espécie, sendo automaticamente constituídas em Units as ações decorrentes do desdobramento de ações que constituíam Units, guardada a proporção de uma ação ordinária e 2 duas ações preferenciais por Unit, observado que as ações que não estão constituídas em Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

---

<sup>1</sup> Considerando o desdobramento de ações ocorrido em 4 de dezembro de 2012, o número de ações em 31 de dezembro de 2011 seria representado por 610.553.133 ações ordinárias - ON e 179.943.588 ações preferenciais.

<sup>2</sup> Considerando o desdobramento de ações ocorrido em 4 de dezembro de 2012, o número de Units emitidas foi de R\$81 milhões, mediante a emissão de 243 milhões de novas ações, sendo 81 milhões de ações ordinárias e 162 milhões de ações preferenciais. Em decorrência disto, o capital da Companhia passou a ser composto por 691.553.133 ações ordinárias - ON e 341.943.588 ações preferenciais - PN.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O desdobramento, por resultar apenas no aumento da quantidade de ações, sem modificação do capital social, não acarreta nenhum efeito patrimonial para a Companhia, não existindo assim nenhuma mudança na proporção entre ações ordinárias e preferenciais ou nos direitos e nas características de cada espécie de ação, visto que as ações oriundas do desdobramento terão todos os direitos conferidos à sua espécie e farão jus integralmente a todos os proventos, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital, que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta data.

Em razão da aprovação do desdobramento das ações de emissão da Companhia, o seu capital social passou a ser representado por 1.033.496.721 ações, sendo 691.553.133 ações ordinárias e 341.943.588 ações preferenciais, sem alteração do valor do capital social.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era a seguinte:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu	305.034.360	44,11%	-	-	305.034.360	29,51%	305.034.360	29,51%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	293.072.229	42,38%	155.050.644	45,34%	448.122.873	43,36%	448.122.873	43,36%
Free Float	93.446.472	13,51%	186.892.944	54,66%	280.339.416	27,13%	-	-
Conselheiros	66	-	-	-	66	-	-	-
Diretores	6	-	-	-	6	-	-	-
<b>Total</b>	<b>691.553.133</b>	<b>100,0%</b>	<b>341.943.588</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100,0%</b>	<b>753.157.233</b>	<b>72,87%</b>

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
  - Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;
  - Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
  - Escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e
  - Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
- b. Reserva legal - Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- c. Reserva de incentivo fiscal - A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Tocantins. Esses incentivos, no montante de R\$40.438 em 2012 (R\$42.095 em 2011), foram concedidos pela SUDAM e pela SUDENE, e consistem na redução de imposto de renda conforme detalhado na nota nº 19.

As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

As seguintes condições mencionadas a seguir foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- (i) Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio-ambiente.
  - (ii) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.
  - (iii) Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis.
  - (iv) Constituição de reserva de lucro com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
  - (v) Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM e SUDENE.
- d. Reserva especial - Constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2011 após a constituição da reserva legal, a constituição da reserva de incentivo fiscal e da provisão para dividendos obrigatórios, no montante de R\$214.267. Em 27 de abril de 2012 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária destinou o total desta reserva ao pagamento de dividendos no exercício de 2012.
- e. Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319 de 3 de dezembro de 1999, art. 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa, totalizando o montante de R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 61.701 será capitalizado no exercício de 2013 e o valor do benefício fiscal referente a 01 de janeiro a 31 de março de 2013 no valor de R\$ 7.036 será capitalizado no exercício de 2014.
- f. Remuneração aos acionistas - O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito a participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada ainda aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Proposta de destinação do lucro do exercício de 2012

Lucro do exercício de 2012	589.182
- Reserva legal (5%)	(29.459)
- Reserva de incentivo fiscal	(40.438)
- Dividendos intercalares pagos em 2012 (R\$0,15481 por ação ON e PN)	(160.000)
- Dividendos provisionados (R\$0,09641 por ação ON e PN)	(99.643)
- Dividendos obrigatórios (50%) (R\$0,25123 por ação ON e PN)	(259.643)
- Dividendos adicionais propostos (R\$0,25123 por ação ON e PN)	(259.642)
Resumo das destinações:	
- Reservas	(69.897)
- Dividendos (R\$0,50245 por ação ON e PN)	(519.285)
Total	<u>(589.182)</u>

**21. DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR**

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>				
Dividendos a receber da Brasnorte	3.215	3.215	3.215	3.215
Dividendos a receber da ETAU	91	1.029	91	1.030
Dividendos a receber da NTE (*)	-	-	-	13.027
Dividendos a receber da UNISA (*)	-	-	-	671
Dividendos a receber da ATE II (*)	-	-	14.776	-
Dividendos a receber da ATE III (*)	-	-	6.248	-
	<b>3.306</b>	<b>4.244</b>	<b>24.330</b>	<b>17.943</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (**)	99.648	99.648	99.648	99.648
	<b>99.648</b>	<b>99.648</b>	<b>99.648</b>	<b>99.648</b>

(\*) Empresas incorporadas e transferência de controle ocorrida em 31 de janeiro de 2013. Outras informações vide nota explicativa nº 1.

(\*\*) Refere-se aos dividendos obrigatórios remanescente do exercício de 2012 no valor de R\$99.643 (R\$0,09641 por ação ON e PN), conforme destinação do lucro do exercício corrente descrita na nota explicativa nº 20, e dividendos a pagar a acionistas não controladores referentes a exercícios anteriores no montante de R\$5, ainda não pagos pela inexistência de dados destes acionistas na corretora.

Pagamento de dividendos de 2012 - Em 27 de dezembro de 2012, a Companhia pagou dividendos intercalares, referentes ao exercício de 2012, com posição acionária de 18 de dezembro de 2012, no total de R\$160.000 (R\$0,15481 por ação ON e PN).

Recebimento de dividendos - ETAU - Em 26 de março de 2013 a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$937 da ETAU.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**22. COBERTURA DE SEGUROS**

O Grupo Taesa, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessões do Grupo Taesa possuem cobertura de seguros contra incêndio, riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - D&O e de frota.

As concessões do Grupo Taesa, com exceção das NTE, ATE, ATEII e ATEII, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em atendimento ao contrato de financiamento do BNDES e do BID, a ATE, ATEII, ATEII e NTE contrataram seus seguros (Risco Operacional e Risco Civil) em termos e condições aceitas pelo BNDES e pelo BID. Desta forma, para estas companhias, o seguro abrange todas as subestações e as linhas de transmissão do projeto, tendo ainda como beneficiário nas suas apólices os próprios financiadores BNDES e/ou BID e repassadores.

RESPONSABILIDADE CIVIL						
CONCESSÃO	SEGURADORA	VIGÊNCIA	TAXA	LMI	PRÊMIO TOTAL	
TAESA-ATE	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A	13/12/12 a 13/12/13	0,22%	10.000	22	
ATE II	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A	13/12/12 a 13/12/13	0,33%	10.000	33	
ATE III	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A	13/12/12 a 13/12/13	0,15%	10.000	15	
TAESA-STE	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A	13/12/12 a 13/12/13	0,12%	10.000	12	
TAESA - TSN	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	0,13%	10.000	13	
TAESA -PATESA	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	0,01%	10.000	1	
TAESA -GTESA	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	0,00%	10.000	1	
TAESA -MUNIRAH	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	0,01%	10.000	1	
TAESA -NVT	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	0,13%	10.000	13	
TAESA -ETEO	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	0,05%	10.000	5	
TAESA-NTE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 a 19/08/13	0,02%	10.000	2	
<b>TOTAL</b>					<b>118</b>	

Risco Operacional (Subestações, Almoarifado, Instalações Prediais)						
Concessão	Seguradora	Vigência	LMI (a)		Valor em risco	Prêmio total
			Subestações	Almoarifados e Instalações Prediais		
TAESA-ATE	Itaú Seguros S.A/	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	373.546	249
	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A					
ATE II	Itaú Seguros S.A/	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	773.324	515
	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A					
ATE III	Itaú Seguros S.A/	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	551.691	367
	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A					
TAESA-STE	Itaú Seguros S.A/	13/12/12 a 13/12/13	50.000	50.000	188.620	126
	Fair Fax Brasil Seguros Corporativos S/A					
TAESA-TSN	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	365.017	274
TAESA	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	8.555	6
TAESA-NVT	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	221.644	167
TAESA-ETEO	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	20.000	15.982	26.642	20
TAESA-NTE	Bradesco Seguros	19/08/12 a 19/08/13	50.000	15.982	236.100	177
<b>TOTAL</b>						<b>1.901</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

VEÍCULOS PRÓPRIOS E TERCEIRIZADOS					
CONCESSÃO	SEGURADORA	VIGÊNCIA	COBERTURA	TOTAL DE VEÍCULOS	PRÊMIO
TAESA-NTE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 à 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$ 600 (cada); Danos Morais R\$ 60; APP Morte e Invalidez R\$ 5 (cada)	9	15
TAESA-ETEO	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 à 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$ 600 (cada); Danos Morais R\$ 60; APP Morte e Invalidez R\$ 5 (cada)	13	27
TAESA-GTESA/PATESA	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 à 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$ 600 (cada); Danos Morais R\$ 60; APP Morte e Invalidez R\$ 5 (cada)	13	19
TAESA-NVT	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 à 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$ 600 (cada); Danos Morais R\$ 60; APP Morte e Invalidez R\$ 5 (cada)	35	67
TAESA	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 à 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$ 600 (cada); Danos Morais R\$ 60; APP Morte e Invalidez R\$ 5 (cada)	15	25
TAESA-TSN	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A	19/08/12 à 19/08/13	Casco 105% Tabela Fipe para veículo de passeio e utilitários e 100% para veículos pesados + RCF-V (Danos Materiais e Corporais) R\$ 600 (cada); Danos Morais R\$ 60; APP Morte e Invalidez R\$ 5 (cada)	26	56
<b>TOTAL</b>					<b>194</b>

DIRETORES E GERENTES					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	TAXA	LMG (b)	PRÊMIO TOTAL
TAESA	Banco Fator	18/08/12 a 18/08/13	0,20%	10.000	20

RISCOS DE ENGENHARIA					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	LMI	LMG	PRÊMIO TOTAL
TAESA	Liberty Paulista Seguros S/A	14/01/13 a 30/04/13	7.750	8.750	4

(a) Limite máximo de indenização

(b) Limite máximo de garantia

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gerenciamento de riscos

Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supracitados, os objetivos da Companhia, o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital exercidos pela Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

**Tipos de risco**

- a. Riscos de crédito - É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir.

Exposição a risco de crédito - O valor contábil para os ativos financeiros a seguir relacionados representa a exposição máxima do crédito:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	490.462	538.696	154.275	123.868
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	1.907.395	1.877.000	1.907.395	1.877.000
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	185.689	210.921	117.356	109.399
Clientes	164.647	155.073	137.835	96.055
Ativo financeiro	6.105.449	6.173.142	4.555.121	3.177.961
	<b>8.853.642</b>	<b>8.954.832</b>	<b>6.871.982</b>	<b>5.384.283</b>

- **Caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos vinculados**

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos vinculados de R\$2.583.546 (R\$2.626.617 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras e depósitos vinculados são mantidos com bancos e instituições financeiras de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprimento com suas obrigações.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- **Clientes e ativo financeiro**

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST, celebrado entre o O.N.S., as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao O.N.S., pelos serviços prestados e discriminados no CUST:

- Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e
- Carta de Fiança Bancária - CFB.

A seguir descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores;
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao O.N.S. o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- b. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As liquidações e seus respectivos prazos de vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 17. Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos e financiamentos e debêntures, estão divulgados nas notas explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contêm cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

CONSOLIDADO	Até 1 mês	De 1 a 3	De 3	De 1 a 5	Mais de	Total
		meses	meses a 1 ano	anos	5 anos	
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.415	105.931	464.016	3.201.169	2.150.761	5.926.292
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9	7.779	7.819	81.876	76.093	173.576
<b>TOTAL</b>	<b>4.424</b>	<b>113.710</b>	<b>471.835</b>	<b>3.283.045</b>	<b>2.226.854</b>	<b>6.099.868</b>

CONTROLADORA	Até 1 mês	De 1 a 3	De 3	De 1 a 5	Mais de	Total
		meses	meses a 1 ano	anos	5 anos	
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	74.811	403.589	2.775.917	1.889.694	5.144.011
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	10	12	114	896	730	1.762
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>74.823</b>	<b>403.703</b>	<b>2.776.813</b>	<b>1.890.424</b>	<b>5.145.773</b>

- c. Riscos de mercado - É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, impactem os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.
- d. Risco cambial - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos e indexados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Perfil - Em 31 de março de 2013 a Companhia possuía 13% (R\$568.960) de sua dívida total (Debêntures e Empréstimos e Financiamentos) atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar norte-americano e empréstimos com o BID) e ativos de R\$44.043 atrelados à taxa de câmbio (conta reserva em dólar norte-americano - BID). Desta forma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. A Administração da Companhia realiza o gerenciamento do risco cambial de curto prazo com base na contratação de instrumentos derivativos conforme nota explicativa nº 18 e da manutenção de aplicações financeiras em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade - moeda estrangeira

A análise de sensibilidade de moeda estrangeira foi determinada com base na exposição às taxas de câmbio dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto ao final do período de relatório e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão, com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário provável). Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário A e Cenário B, respectivamente). As outras variáveis, que não a taxa de câmbio, envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Operação em dólar norte americano	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a março de 2013 - aumento/(redução)			
	Exposição/Valor de referência	Cenário provável	Cenário A (Deterioração de 25%)	Cenário B (Deterioração de 50%)
<b>Ativos</b>				
Conta reserva - BID	R\$ 44.043	(302)	10.633	21.569
Contratos de opção - compra de dólar norte americano	R\$ 22.937(*)	(51)	4.218	9.860
<b>Passivos</b>				
Financiamentos BNDES - cesta de moedas	R\$50.290	345	(12.142)	(24.628)
Financiamentos - BID	R\$ 518.670	3.554	(125.225)	(254.003)
<b>Efeito líquido</b>		<b>3.546</b>	<b>(122.516)</b>	<b>(247.202)</b>

Taxas utilizadas	Taxa em 31/03/2013	Cenário provável	cenário A (Deterioração de 25%)	Cenário B (Deterioração de 50%)
PTAX	2,0138	2,0000	2,5000	3,0000

(\*) O montante correspondente em dólar é de USD 11.390.

Fonte: A PTAX utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS - mediana Top 5), em 03 de maio de 2013. A Companhia utilizou a PTAX nos cenários acima também para cesta de moedas já que esta basicamente é composta pelo dólar norte-americano.

Após a realização de um estudo a Companhia concluiu que o melhor cenário a ser utilizado para projeção de indicadores consultados no Focus (BACEN) é o posicionamento pela mediana, ao invés da média, uma vez que esta primeira indica o valor central, ou seja, excluindo as extremidades (possíveis desvios).

- e. Risco de taxa de juros - Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Perfil - Em 31 de março de 2013, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR INDEXADOR	31/03/2013	
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
<u>Aplicações financeiras (equivalentes de caixa, aplicações avaliadas a valor justo e aplicações avaliadas ao custo amortizado)</u>		
CDI	2.469.164	2.178.596
<u>Empréstimos e financiamentos e debêntures</u>		
TJLP	180.777	170
CDI	1.886.506	1.886.506
IPCA	1.901.140	1.901.140
LIBOR	392.907	-

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o exercício, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o grupo, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário provável).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário A e Cenário B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Exposição Risco: queda da taxa		Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a março de 2013 - aumento/(redução)		
		Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<b>Consolidado</b>				
CDI	2.469.164	7.595	(5.074)	(17.926)
<b>Controladora</b>				
CDI	2.178.596	6.702	(4.477)	(15.817)

Taxas utilizadas	Taxa acumulada até 31/03/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI	7,01%	8,25%	6,19%	4,13%

Fonte: A taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS - mediana Top 5 de médio prazo), em 3 de maio de 2013.

Após a realização de um estudo a Companhia concluiu que o melhor cenário a ser utilizado para projeção de indicadores consultados no Focus (BACEN) é o posicionamento pela mediana, ao invés da média, uma vez que esta primeira indica o valor central, ou seja, excluindo as extremidades (possíveis desvios).

Análise de sensibilidade da taxa de juros variável - empréstimos e financiamentos e debêntures

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos passivos abaixo esteve em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o grupo, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário provável). Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário A e Cenário B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada a variação das taxas variáveis, as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Exposição Risco: alta da taxa		Efeito líquido resultado/patrimônio líquido janeiro a março de 2013 - aumento/(redução)		
		Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<b>Consolidado</b>				
CDI	1.886.506	(5.803)	(15.348)	(24.761)
IPCA	1.901.140	3.948	(2.898)	(9.675)
LIBOR	392.906	181	(289)	(758)
TJLP	180.777	-	(2.260)	(4.519)
	<b>4.361.329</b>	<b>(1.674)</b>	<b>(20.795)</b>	<b>(39.713)</b>
<b>Controladora</b>				
CDI	1.886.506	(23.393)	(62.302)	(101.211)
IPCA	1.901.140	15.755	(11.622)	(38.998)
TJLP	170	-	(2)	(4)
	<b>3.787.816</b>	<b>(7.638)</b>	<b>(73.926)</b>	<b>(140.213)</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Taxas utilizadas</b>	<b>Taxa acumulada até 31/03/2013</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A (deterioração de 25%)</b>	<b>Cenário B (deterioração de 50%)</b>
CDI	7,01%	8,25%	10,31%	12,38%
IPCA	6,59%	5,76%	7,20%	8,64%
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
LIBOR	0,524%	0,478%	0,598%	0,717%

Fonte: O CDI e o IPCA utilizados no cenário provável foram estimados com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS - mediana Top 5 de médio prazo), em 03 de maio de 2013. A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas em 03 de maio, obtida no site do BNDES.

A Libor utilizada nos empréstimos junto ao BID são atualizadas semestralmente, sempre nos meses de maio e novembro. A Libor é uma taxa de juros média estimada pelos principais bancos em Londres e divulgada pela agência Thomson Reuters. O BID a fornece à Companhia após cada amortização da dívida nos meses de maio e novembro.

Conforme mencionado na Nota Explicativa Nº 17, a Companhia possui contratos de swaps de taxa de juros (Libor) para mitigar o risco de aumento da taxa de juros dos financiamentos contratados junto ao BID pela ATE II e ATE III, limitando sua exposição à Libor em 7% e 8%. Dado as características dos contratos, esses swaps só impactarão o resultado da Companhia (benefício), no momento em que a Libor ultrapassar 7% e 8%. Diante do exposto e considerando que as taxas de Libor apresentadas na análise acima não ultrapassaram esses limites o impacto desses contratos na análise de sensibilidade acima é nulo.

Adicionalmente, considerando que o valor justo do prêmio pago por esses contratos de "Swaps" em 31 de março de 2013 é de R\$547, o impacto no resultado da Companhia no valor justo desse prêmio para os cenários de 25% e 50% estão demonstrados abaixo:

	<b>Efeito no resultado Consolidado em 31/03/2013</b>			
	<b>Exposição/ Valor de referência</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Receita (despesa)</b>	
<b>Cenário A (Deterioração de 25%)</b>			<b>Cenário B (Deterioração de 50%)</b>	
Contratos de swap - Libor	<b>547</b>	<b>-</b>	<b>(137)</b>	<b>(274)</b>

- f. Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.
- g. Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.
- h. Risco operacional - É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
  - ✓ Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
  - ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
  - ✓ Documentação de controles e procedimentos;
  - ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
  - ✓ Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
  - ✓ Desenvolvimento de planos de contingência;
  - ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional;
  - ✓ Padrões éticos e comerciais; e
  - ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.
- **Riscos Regulatórios** - A Companhia está sujeita a extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Ministério do Meio Ambiente e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
  - **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações, com exceção das concessões NTE, ATE, ATEII e ATEIII (vide nota explicativa nº 22). Apesar de a Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
  - **Risco de interrupção do serviço** - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para a Companhia.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia e suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou à entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades da Companhia e de suas controladas e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia e suas controladas têm à disposição poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia e pelas suas controladas, estas poderão não ser capazes de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Neste caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia e por suas controladas poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia e suas controladas poderão ser obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

- Risco técnico - A infraestrutura das concessionárias da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas estão envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

#### Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**Classificações contábeis e valores justos**

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados: Contas correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Aplicações financeiras: Aplicações financeiras avaliadas a valor justo e ao custo amortizado são valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Clientes: A Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, se aproximam dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo O.N.S.
- Ativo financeiro: O ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e esta auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno atualizada. A taxa interna de retorno atualizada considera a alteração dos componentes do custo de capital próprio, considerados variáveis de mercado, e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de março de 2013.

- Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e os contratos de opção de compra de dólar são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras onde esses instrumentos foram contratados.
- Empréstimos e financiamentos: A Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES e BID são considerados iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Debêntures: Com exceção da 1ª emissão da segunda série de debêntures e a 3ª emissão da segunda e terceira série de debêntures, as demais não possuem diferença relevante entre os seus valores justos e o seus saldos contábeis, uma vez que a variação do valor de mercado do P.U. (Preço Unitário) no mercado secundário divulgado no site "debentures.com.br" é próximo ao valor contábil. Em 31 de março de 2013 o percentual mínimo e máximo do valor de mercado do P.U. para essas debêntures foram 100,06% e 100,61%, respectivamente.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O valor justo da 1ª emissão da segunda série de debêntures e 3ª emissão da segunda e terceira série de debêntures foi calculado com base no P.U. (preço unitário) de mercado divulgado no site "debentures.com.br". Em 31 de março de 2013, o valor de mercado de P.U. para essas debêntures eram respectivamente de R\$13.115, R\$1.076 e R\$1.098.

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

	Nota	31/03/2013	
		Valor contábil	Valor justo
<b>Consolidado</b>			
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	490.462	490.462
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	6	1.907.395	1.907.395
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	6	185.689	185.689
Clientes	7	164.647	164.647
Ativo financeiro	7	6.105.449	6.958.119
Instrumentos financeiros derivativos	17	617	617
		<b>8.854.259</b>	<b>9.706.929</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores		20.741	20.741
Empréstimos e financiamentos	15	751.065	751.065
Debêntures	16	3.781.892	3.838.938
		<b>4.553.698</b>	<b>4.610.744</b>
<b>Controladora</b>			
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	154.275	154.275
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	6	1.907.395	1.907.395
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	6	117.356	117.356
Clientes	7	137.835	137.835
Ativo financeiro	7	4.555.122	5.392.729
		<b>6.871.983</b>	<b>7.709.590</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores		14.495	14.495
Empréstimos e financiamentos	15	1.498	1.498
Debêntures	16	3.781.892	3.838.938
		<b>3.797.885</b>	<b>3.854.931</b>

	Nota	31/12/2012	
		Valor contábil	Valor justo
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Consolidado</b>			
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	538.696	538.696
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo		1.877.000	1.877.000
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	6	210.921	210.921
Clientes	7	155.073	155.073
Ativo financeiro	7	6.173.142	7.240.554
Instrumentos financeiros derivativos	17	967	967
		<b>8.955.799</b>	<b>10.023.211</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores		26.417	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	1.055.336	1.055.336
Debêntures	16	3.682.699	3.779.450
		<b>4.764.452</b>	<b>4.861.203</b>
<b>Controladora</b>			
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	123.868	123.868
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	6	1.877.000	1.877.000
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	6	109.399	109.399
Clientes	7	96.055	96.055
Ativo financeiro	7	3.177.961	4.153.281

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Nota	31/12/2012	
		Valor contábil	Valor justo
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
		<b>5.384.283</b>	<b>6.359.603</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores		9.938	9.938
Empréstimos e financiamentos	15	17.743	17.743
Debêntures	16	3.682.699	3.779.450
		<b>3.710.380</b>	<b>3.807.131</b>

CONSOLIDADO	Nota	31/03/2013			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	490.462	-	-	-
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	6	1.907.395	-	-	-
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	6	-	40.690	144.999	-
Clientes	7	-	164.647	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.105.449	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	617	-	-	-
		<b>2.398.474</b>	<b>6.310.786</b>	<b>144.999</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores		-	-	-	20.741
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	751.065
Debêntures	16	-	-	-	3.781.892
		-	-	-	<b>4.553.698</b>

CONSOLIDADO	Nota	31/12/2012			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	538.696	-	-	-
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	6	1.877.000	-	-	-
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	6	-	61.765	149.156	-
Clientes	7	-	155.073	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.173.143	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	967	-	-	-
		<b>2.416.663</b>	<b>6.389.981</b>	<b>149.156</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores		-	-	-	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	1.055.336
Debêntures	16	-	-	-	3.682.699
		-	-	-	<b>4.764.452</b>

**Hierarquia do valor justo**

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

A classificação e mensuração dos principais instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

CONSOLIDADO		31/03/2013			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	490.462	-	490.462
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	6	-	1.907.395	-	1.907.395
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	617	-	617
		-	<b>2.398.474</b>	-	<b>2.398.474</b>

CONSOLIDADO	Nota	31/12/2012			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
(Reapresentado)					
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	538.696	-	538.696
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	6	-	1.877.000	-	1.877.000
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	967	-	967
		-	<b>2.416.663</b>	-	<b>2.416.663</b>

## 24. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

Conforme mencionado na nota 20, em 4 de dezembro de 2012 a AGE aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, parágrafo 28, no desdobramento de ações, são emitidas ações ordinárias para os acionistas existentes sem nenhuma contrapartida adicional. Por isso, o número de ações ordinárias totais com os acionistas é aumentado sem aumento nos recursos. Dessa forma, o número de ações ordinárias totais com os acionistas antes do evento deve ser ajustado quanto à alteração proporcional na quantidade de ações ordinárias totais com os acionistas como se o evento tivesse ocorrido no começo do período mais antigo apresentado.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas, após o ajuste retrospectivo decorrente do desdobramento de ações, no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

RESULTADO POR AÇÃO	CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)
Resultado do período	171.146	95.822
Resultado do período proporcional as ações ordinárias (1)	114.520	74.010
Média ponderada da Quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	691.553	610.553
Resultado do período proporcional as ações preferenciais (3)	56.626	21.812
Média ponderada da Quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	341.944	179.944
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2)	0,16560	0,12122
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4)	0,16560	0,12122
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,16560	0,12122
Resultado por ação preferencial - diluído = (*)	0,16560	0,12122

(\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

## 25. OUTRAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS, LÍQUIDAS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)
Impostos, taxas e contribuições federais	(679)	(712)	(638)	(338)
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(110)	(108)	(67)	(67)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(135)	(76)	(123)	(74)
Aluguéis e condomínio	(931)	(133)	(931)	(133)
Doações e patrocínios	(1.480)	-	(1.420)	-
Indenizações	(523)	-	(523)	-
Outras despesas	(226)	(127)	(156)	(123)
Ganhos na alienação de bens	-	450	-	450
Outras receitas	-	242	-	242
	<b>(4.084)</b>	<b>(464)</b>	<b>(3.858)</b>	<b>(43)</b>

## 26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica "Clientes e ativo financeiro".

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir apresentamos a composição da receita operacional líquida da Companhia:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Operação e manutenção	91.562	72.501	74.205	66.360
Construção e de indenização	28.198	1.186	23.701	1.186
Remuneração do ativo financeiro	169.222	120.082	124.763	104.363
Outras receitas operacionais (a)	213	205	213	203
Receita operacional bruta	<u>289.195</u>	<u>193.974</u>	<u>222.882</u>	<u>172.112</u>
PIS e COFINS	(12.871)	(7.000)	(8.116)	(6.210)
ISS	(11)	(10)	(11)	(10)
Cota para RGR e P&D (b)	(13.045)	(8.917)	(9.975)	(7.928)
Deduções da receita	<u>(25.927)</u>	<u>(15.927)</u>	<u>(18.102)</u>	<u>(14.148)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>263.268</u></b>	<b><u>178.047</u></b>	<b><u>204.780</u></b>	<b><u>157.964</u></b>

- (a) Refere-se basicamente à prestação de serviços de back-office para a ETAU e Brasnorte.
- (b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela Aneel e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e à constituição de reserva global de reversão dos serviços públicos (RGR).

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita operacional bruta	289.195	193.974	222.882	172.112
(+/-) Efeitos de ajustes societários	70.787	55.443	52.490	50.024
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b><u>359.982</u></b>	<b><u>249.417</u></b>	<b><u>275.372</u></b>	<b><u>222.136</u></b>

## 27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012
		(Reapresentado)
Rendimentos de aplicação financeira	42.795	10.167
Variações cambiais líquidas – contas correntes em dólar norte-americano	(1.120)	-
<b>Receitas financeiras</b>	<b><u>41.675</u></b>	<b><u>10.167</u></b>
Empréstimos e financiamentos:		
Encargos de dívidas	(14.263)	(34.494)
Variações monetárias líquidas	2.576	(4.786)
Variações cambial líquidas	7.551	5.213
	<u>(4.136)</u>	<u>(34.067)</u>
Debêntures:		
Encargos de dívidas	(60.099)	(39.640)
Variações monetárias líquidas	(39.094)	(4.150)
	<u>(99.193)</u>	<u>(43.790)</u>
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(2.207)	(674)
<b>Despesas financeiras</b>	<b><u>(105.536)</u></b>	<b><u>(78.531)</u></b>
	<b><u>(63.861)</u></b>	<b><u>(68.364)</u></b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	<b>CONTROLADORA</b>	
	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2012</b>
		(Reapresentado)
Rendimentos de aplicação financeira	37.455	9.089
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>37.455</b>	<b>9.089</b>
Empréstimos e financiamentos:		
Encargos de dívidas	(3.072)	(32.023)
Variações monetárias líquidas	459	-
	<u>(2.613)</u>	<u>(32.023)</u>
Debêntures:		
Encargos de dívidas	(60.099)	(39.640)
Variações monetárias líquidas	(39.094)	(4.150)
	<u>(99.193)</u>	<u>(43.790)</u>
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(1.389)	(306)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(103.195)</b>	<b>(76.119)</b>
	<u><b>(65.740)</b></u>	<u><b>(67.030)</b></u>

## 28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012 aprovou a implantação de um Plano de Previdência Privada para seus empregados e de suas subsidiárias integrais a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, entidade fechada de previdência complementar, onde a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação junto à Previc publicada em diário oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012 foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada, com adesão de 78,66% do nosso quadro efetivo em 31 de março de 2013.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas no mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle de administradores independentes - FORLUZ - Fundação Forluminas da Seguridade Social, pertencente a Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais, um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela Autoridade Governamental Competente e se sujeitará à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora, encontra-se totalmente coberto pelos ativos do plano.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir apresentamos a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2012</b>
<b>Consolidado</b>		
Despesas com previdência privada	749	-
<b>Controladora</b>		
Despesas com previdência privada	749	-

**29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

Operação e manutenção da linha - Com exceção das concessionárias a seguir descritas, todas as outras concessionárias do Grupo Taesa realizam as atividades de operação de manutenção de linhas de transmissão e subestações com recursos próprios.

- ATE, ATE II, ATE III e STE - 100% das atividades relacionadas a operação e manutenção da linha e subestação são realizadas pela Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

O Grupo Taesa adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA").

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo Taesa, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Entre eles destacam-se: (i) o cumprimento de requisitos legais; (ii) a minimização dos riscos ambientais; (iii) a prevenção da poluição; (iv) a preservação dos recursos naturais; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o atendimento às necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (vii) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nestes documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir quadro detalhado das licenças ambientais expedidas à Companhia e às suas controladas:

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de Emissão	Vencimento	Renovação
TAESA (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela Licença de Operação 384/2004)	23/05/2003	06/11/2021	Licença renovada até 06/11/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela Licença de Operação 384/2004)	17/11/2003	06/11/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	15/04/2004	06/11/2021	
TAESA (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	07/03/2008	07/03/2014	Licença renovada até 07/03/2014
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/ TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da licença de operação - LO.
	Goianinha - Mussurê (Concessão GTESA)	339/2003	21/08/2003	21/08/2007	Renovação solicitada em 04/02/2013 ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA 237/97)
	Paraíso - Açú (Concessão PATESA)	2011- 045976/TEC/RLO- 1017	13/01/2012	13/01/2014	Licença renovada até 13/01/2014
TAESA (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00089/2001	18/10/2001	18/10/2006 - Válida até 13/06/2014	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/1999), válida até 13/06/2014
TAESA (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	30/09/2003	30/09/2007	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA 237/9)
	Xingó - Angelim	350/2003	30/09/2003	30/03/2007	
TAESA (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	Licença renovada por 10 anos
ATE II	Colinas - Sobradinho	579/2006	30/11/2006	30/11/2010	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA 237/9)
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA 237/9)
	Marabá - Carajás	5123/2010	26/10/2010	25/10/2014	Licença renovada sob nº 2010/000003814 até 25/10/2014.
TAESA(STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	4365/2008-DL	26/09/2012	26/09/2016	Licença renovada até 26/09/2016.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Compensação Ambiental - Os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, se encontram em andamento, baseados nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos.

Está prevista para o exercício de 2013, a conclusão de todo investimento proveniente da Compensação Ambiental por implantação da LT Sudeste - Nordeste.

As compensações ambientais provisionadas pelo Grupo Taesa estão registradas no grupo de "Outras contas a pagar", e estão detalhadas a seguir:

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Em 5 de julho de 2012 a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. no valor de R\$27.763 com o objeto de fornecimento, na modalidade "Turn Key", de equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba oferece uma garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, e ocultos dos equipamentos ora fornecidos, e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de vinte e quatro meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos.

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental - Todas as concessionárias do Grupo Taesa desenvolvem Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações. Entre os temas executados, destacam-se os listados a seguir:

- Prevenção e controle de queimadas;
- Convívio seguro com as linhas de transmissão; e
- Orientações básicas sobre os melhores procedimentos de descarte de resíduos/lixo.

Ressalta-se que os projetos são desenvolvidos e apresentados por meio de palestras, visitas informativas, distribuição de materiais de divulgação em escolas rurais e nas comunidades vizinhas às instalações.

Os Projetos Socioambientais, que compõem o programa ambiental de cada concessão, em sua maioria, são desenvolvidos pelas concessionárias para atender a demandas estabelecidas por meio de condicionantes das Licenças Ambientais ou vinculadas ao processo de Operação e Manutenção ("O&M") das instalações da Companhia - manutenção de faixas de servidão.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **30. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Fiscalização ANEEL - Em prosseguimento ao processo de fiscalização econômico-financeira, "in loco", realizada pela ANEEL no mês de dezembro de 2011, a TAESA recebeu o Termo de Notificação ANEEL nº 033/2012-SFF, de 01/03/2012, por meio do qual são apresentados os resultados da referida fiscalização. Foram apresentados sete Não Conformidades e nove Constatações/Recomendações apuradas no período de 4 anos (2007/2010). Destaca-se que esta foi a primeira fiscalização presencial sofrida pela Taesa, em seus 11 anos de atuação, quando foram fiscalizadas todas as concessões pertencentes ao Grupo. A Taesa encaminhou à ANEEL, tempestivamente, a Carta Taesa 082/12, apresentando suas manifestações frente ao TN 033/2012, onde argumenta as constatações registradas pelos Fiscais, e comunica que recomendações serão implementadas nos prazos estabelecidos pelo Regulador. Na oportunidade, conforme procedimentos descritos nos ritos dos processos administrativos da Agência, a Taesa solicitou o arquivamento do TN, visto que as constatações foram resolvidas e/ou esclarecidas pela Companhia, que por sua vez, se comprometeu com os prazos determinados para ajustes de alguns procedimentos. A resposta ao pleito da Taesa deverá ser expedida até o final do exercício de 2013. As constatações apontadas na fiscalização realizada pela ANEEL não impactarão financeiramente a Taesa e estão sendo devidamente atendidas/implementadas, conforme orientações da fiscalização.

Recuperação Judicial CELPA - Em 28 de fevereiro de 2012, a CELPA formulou pedido de recuperação judicial, por meio do qual a empresa solicitante consegue suspender toda e qualquer execução de créditos anteriores a esse pedido, pelo prazo de 180 dias. Com o deferimento do pedido pelo Juiz, foi nomeado um administrador judicial que elaborou edital com os créditos pendentes, que serão pagos no curso do processo, entre eles os das concessionárias do Grupo Taesa. Ocorre que, no referido edital, não restou elencada a receita de transmissão de todas as empresas do setor, referente à prestação de serviço nos meses de janeiro (última parcela do AVC) e fevereiro de 2012, o que motivou a Companhia a proceder com a habilitação do referido crédito de cada empresa do Grupo Taesa nos autos do processo de recuperação judicial.

Após todos os requerimentos de habilitação dos credores e prévia análise do administrador judicial, foi apresentado o plano de recuperação judicial pela CELPA, sendo posteriormente publicado o Quadro Geral de Credores, junto com os pareceres de julgamento das habilitações de crédito apresentadas, e o plano de recuperação judicial. As partes apresentaram suas considerações ao plano, sendo designada Assembleia Geral de Credores, realizada em 1º de setembro de 2012, oportunidade em que restou homologado o plano, decretando a recuperação judicial da CELPA. Após determinação do MM. Juízo, intimando a Equatorial Energia a apresentar a proposta de aquisição da CELPA, e após a realização de audiência com os representantes da ANEEL, da Equatorial, da J&F Participações, da CELPA e do administrador judicial para definição de alguns pontos, foi apresentada proposta de aquisição pela Equatorial. Em 30 de outubro de 2012, a proposta de aquisição da Celpa pela Equatorial foi aprovada pela ANEEL. Publicado aviso ao mercado pela Equatorial, em 5 de novembro de 2012, formalizando a aquisição da Celpa. Até 31 de dezembro de 2012, o valor total dos créditos existentes em nome da Companhia era de R\$2.835. A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos, pois possui mecanismos de proteção estabelecidos no CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o O.N.S., as concessionárias de transmissão e o usuário (vide nota explicativa nº 23).

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**Multa IBAMA** - Em 2002, a TSN foi autuada pelo IBAMA por construir uma parte da linha de transmissão em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo Instituto. Este ato, à época, gerou a lavratura de um auto de infração, momento em que a TSN apresentou recurso em face da lavratura do auto. Em outubro de 2012, o IBAMA/GO proferiu decisão definitiva sobre o caso, mantendo a multa aplicada à época no valor de R\$100 mais correções, totalizando R\$129, valor este pago pela Companhia em 10 de janeiro de 2013.

**31. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**Incorporação da ATE II** – Em 28 de fevereiro de 2013 foi protocolada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL correspondência solicitando anuência prévia para realização de Reestruturação Societária pretendida pela TAESA, notadamente incorporação da ATE II e ATE III. O referido pedido foi encaminhado para Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF para análise. Atualmente foram solicitados documentos completos os quais estão sendo elaborados para envio.

**Operação de reestruturação societária:** A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos anteriormente acima indicados foi aprovada pela ANEEL conforme Resolução Autorizativa nº 4029 de 09 de abril de 2013 a operação de reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 2.2.

**Contrato de back-office Taesa x Brasnorte** - Em 11 de abril de 2013 a Reunião do Conselho de administração da Taesa aprovou, contrato no qual a Taesa, deverá prestar serviços de "back office" para a Brasnorte por um prazo de 4 (quatro) anos, contra o recebimento da importância global de R\$ 1.055, o que corresponde à quantia mensal de R\$ 22. Em 25 de janeiro de 2013 a anuência deste contrato foi publicada no Diário Oficial da União.

**Liquidação antecipada de dívida da ATE II** – Em 12 de abril de 2013 a RCA da Companhia orientou o voto favorável em Assembleia Geral da ATE II Transmissora de Energia Elétrica S.A., com relação à liquidação antecipada das seguintes dívidas da Companhia, todas oriundas de operações de "Project Finance":

<b>Credor</b>	<b>Saldo da dívida em 12/04/13</b>
BNDES (moeda nacional)	226.800
BID (moeda estrangeira)	192.123
<b>Total</b>	<b>418.923</b>

**Aporte de capital na ATE II** - Em 30 de abril de 2013 a RCA aprovou a realização, pela Companhia, de aporte de capital na ATE II até o montante de R\$212.000.

**Destinação do resultado de 2012** - Em 30 de abril de 2013 a AGO da Companhia ratificou a destinação do resultado do exercício de 2012 descrito na nota explicativa nº 20.

**Emissão de Notas Promissórias** - Em 10 de maio de 2013, a Taesa realizou a sexta emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro 2009 ("Notas Promissórias" e "Oferta", respectivamente), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Foram emitidas 80 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5.000, perfazendo o valor total de R\$ 400.000. As Notas Promissórias terão prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de sua emissão. O valor nominal das Notas Promissórias não será atualizado. As Notas Promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104,00% da taxa média dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, conforme divulgada pela CETIP, e seu pagamento será realizado somente na data de vencimento.

A Oferta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de abril de 2013 e em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 30 de abril de 2013. Os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias serão utilizados para liquidar antecipadamente as dívidas da subsidiária integral ATE II com o BID e com o BNDES, além de reforçar o caixa da Companhia.

O BB – Banco de Investimento S.A. foi o coordenador líder da Oferta.

\* \* \* \* \*

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
DE 31 DE MARÇO DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>DIRETORIA</b>	
<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Djalma Bastos de Moraes	Flávio de Almeida Araújo
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loures Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
John Michel Pimenta de Moraes Streithorst	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Sandro Rocha Peres	Gerson Gonçalves da Silva
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Marcelo Souza Monteiro	Maurício Antônio Rosa
(Independente)	(Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes	Maurício Luis Luchetti
(Independente)	(Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Luiz Ricardo da Câmara Lima	Jorge Kalache Filho

<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Cláudio Canalis Goulart	Maria Cristina Soares Magalhães Alves
Clayton Ferraz De Paiva	Ana Paula Moraes Venancio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier	Fábio César Baptista dos Santos

**Wagner Rocha Dias  
Contador CRC RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49**



informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

José Carlos Monteiro  
Contador  
CRC 1SP 100.597/O-2 "S" RJ

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, 10.º andar, salas 1002 e 1003, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 1º trimestre de 2012, findo em 31 de março de 2013. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2013

Clayton Ferraz de Paiva

Cláudio Canalis Goulart

Ronald Gastão Andrade

José Maria Rabelo

Isabel da Silva Ramos Kemmelmeier

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2013, findo em 31 de março de 2013, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2013.

José Aloise Ragone Filho  
Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros  
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria  
Diretor Superintendente Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2013, findo em 31 de março de 2013, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2013.

José Aloise Ragone Filho  
Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros  
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria  
Diretor Superintendente Técnico

## Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Apresentação do comentário do desempenho em duplicidade nos campos Comentário do desempenho e Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais.